

O PENSAMENTO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS E O JORNALISMO

Jorge Kanehide Ijuim
(organizador)



O PENSAMENTO DE
BOAVENTURA DE
SOUSA SANTOS
E O JORNALISMO

Jorge Kanehide Ijuim
(Org)

São Paulo
2022

Copyright © 2022 dos autores dos textos,
cedidos para esta edição à Gênio Editorial.

organização

Jorge Kanehide Ijuim

edição, projeto editorial e capa

Santinelli Projetos Editoriais

revisão

Jorge Ijuim e autores

ficha cadastral

[recurso eletrônico]

O pensamento de Boaventura de Sousa Santos e o Jornalismo.

Jorge Kanehide Ijuim (org.).

São Paulo: Gênio Editorial, 1ªed., 2022

232 páginas

Inclui bibliografias.

E-book.

ISBN 978-65-00-50859-8

1. Comunicação. 2. Boaventura de Sousa Santos. 3. Jornalismo.

4. Pensamento. 5. Brasil. I. Ijuim, Jorge Kanehide (org.).

CDD: 659

genioeditorial.com

O PENSAMENTO DE
BOAVENTURA DE
SOUSA SANTOS
E O JORNALISMO

Jorge Kanehide Ijuim
(organizador)



São Paulo
2022

Dedicatória

Àqueles que partiram precocemente
sem poder dizer adeus.

A todos que estão *à flor da pele*,
como Chico Buarque

Aos amantes, poetas mais delirantes,
aos profetas embriagados, mutilados,
aos infelizes, às meretrizes, os desvalidos,
em todos os sentidos, com decência e sem censura.
Porque não podemos evitar, mas desafiar e repicar.

Porque todos os hinos irão consagrar
E todos os meninos vão desembestar
E todos os destinos irão se encontrar
E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá
Olhando aquele inferno, vai abençoar
O que não tem governo, nem nunca terá
O que não tem vergonha nem nunca terá
O que não tem juízo.

Agradecimentos

A todos que acreditam que neste país:
a EDUCAÇÃO acima de tudo,
o SENSO CRÍTICO acima de todos.

Sumário



Sumário

PREFÁCIO | 13

Isabel Ferin Cunha

APRESENTAÇÃO | 19

Jorge Kanehide Ijuim

CAPÍTULO 1 | 23

Do discurso sobre as ciências ao discurso sobre o jornalismo

Jorge Kanehide Ijuim

CAPÍTULO 2 | 37

Reflexões sobre a atuação jornalística na cobertura da morte de crianças durante operações policiais na cidade do Rio de Janeiro

Lynara Ojeda de Souza

CAPÍTULO 3 | 55

O outro lado da linha: Reflexões sobre jornalismo e a Reserva Indígena de Dourados-MS

Tatiane K. B. de Queiroz

CAPÍTULO 4 | 73

Por uma ecologia de saberes na seleção de fontes jornalísticas: A cobertura da tramitação do acordo de salvaguardas tecnológicas EUA-BRASIL na Folha de S. Paulo

Marisvaldo Silva Lima

CAPÍTULO 5 | 89

Jornalismo e direito das mulheres: a abordagem da mídia nos casos de feminicídio

Malena Wilbert

CAPÍTULO 6 | 106

O centro do mundo é aqui. E nós nem percebemos

Camila Collato

CAPÍTULO 7 | 129

Expandir o presente pela narrativa jornalística

Gabriela Bregolin Grillo

CAPÍTULO 8 | 145

Fotojornalismos dissensuais: possíveis diálogos entre Boaventura de Sousa Santos e Jacques Rancière

Rafael Giovanni Venuto

CAPÍTULO 9 | 163

Reflexões entre decisões judiciais e produtos jornalísticos a partir dos conceitos de Boaventura de Sousa Santos

Caetano Machado

CAPÍTULO 10 | 175

O jornalismo como vocação e algumas más notícias

Hendryo André

CAPÍTULO 11 | 194

Pluriversalidades e interseccionalidades dos temas direitos humanos e cidadania na práxis jornalística

Criselli Maria Montipó

CAPÍTULO 12 | 217

Jornalismo, humanização e o racismo estrutural

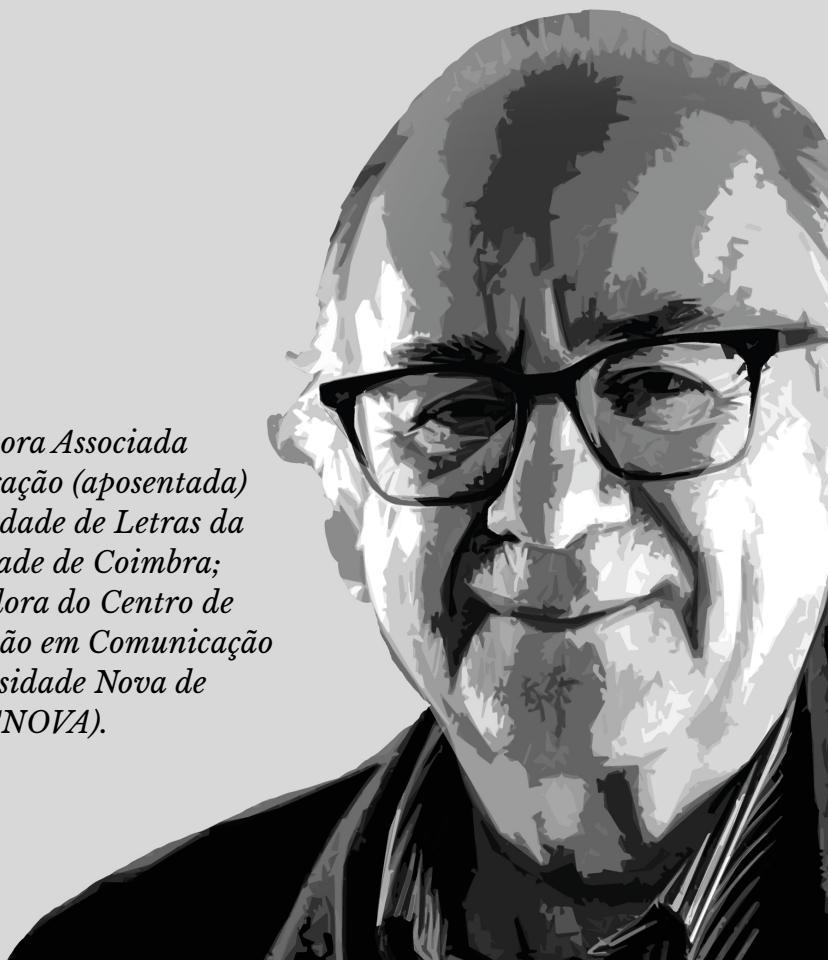
Jorge Kanehide Ijuim; Géssica Gabrieli Valentini

Prefácio

O pensamento de Boaventura de Sousa Santos e o Jornalismo

*Isabel Ferin Cunha**

** é Professora Associada
com Agregação (aposentada)
pela Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra;
Investigadora do Centro de
Investigação em Comunicação
da Universidade Nova de
Lisboa (ICNOVA).*



Prefácio

O pensamento de Boaventura de Sousa Santos e o Jornalismo

Isabel Ferin Cunha

O trabalho coordenado pelo professor Jorge Kanehide Ijuim, intitulado “O pensamento de Boaventura de Sousa Santos e o Jornalismo”, constitui uma contribuição inestimável, para repensar o Jornalismo e a pesquisa em Jornalismo. Prefaciá-la, com doze artigos, inspirados no longo trabalho, intelectual e político, de Boaventura de Sousa Santos (BSS), cuja produção remonta aos anos sessenta, trata-se de um grande desafio. Este intelectual, professor e sociólogo, pesquisador no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, estendeu as suas atividades a universidades da América Latina, aos Estados Unidos e ao Reino Unido, o que conferiu uma dimensão internacional à sua figura. A este percurso, BSS acrescentou outros ofícios, tais como os de poeta, ativista e colunista.

Enunciar a vasta obra publicada de BSS é um empreendimento desnecessário, visto que pode ser consultada em diferentes sites online, sendo que alguns dão acesso não só

a artigos, como às obras integrais, seguindo a política de open access. De assinalar, numa perspetiva histórica, as primeiras obras publicadas em Portugal que criaram uma ruptura, não só na forma de fazer sociologia, como na forma de fazer ciência e pensar as Ciências Sociais. Neste conjunto de obras iniciais, estão os títulos publicados, entre o final da década de oitenta e o início da década de noventa, do século passado: “Um discurso sobre as Ciências” (1987); “Introdução a uma Ciência Pós-Moderna” (1989); “Estado e Sociedade em Portugal” (1974-1988); “Portugal – um retrato Singular” (1933) e “Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade” (1994).

Estes trabalhos contribuíram de forma decisiva para a emergência de uma outra matriz, embora por vezes não declarada ou assumida, em Ciências Sociais, não só em Portugal, como no espaço de circulação do pensamento de BSS. Nessa época, a Sociologia, e em geral as Ciências Sociais, era uma ciência emergente, tendo estes trabalhos contribuído não só para consolidar a área, como para repensar a sociedade portuguesa, as condições que envolveram o colonialismo tardio e periférico português, bem como a revolução do 25 de Abril de 1974. Os textos apresentam, como inovação, uma linha de raciocínio que privilegia os contextos de interpretação dos fenómenos, à maneira de cenários; a ideia de que a ciência, e a técnica, são motores de mudança e devem estar ao serviço da humanidade e dos mais desprotegidos; o cientista social, sobretudo o sociólogo, deve ser um observador, um intérprete e um militante da mudança social. Com este último desígnio, reforçou-se o papel do cientista social e integrou-se o caminho da descoberta científica ao autoconhecimento, dentro da ideia que todo o conhecimento é autoconhecimento.

Sublinha-se que, em “Um discurso sobre a Ciência”, a ciência é apresentada como uma instituição social, associada às

vicissitudes contextuais da História, que produz procedimentos científicos que tendem a obedecer a padrões e regras estritas. As mudanças históricas acompanham, deste modo, a emergência de situações de inconformismo e de incapacidade de resposta, perante novos fenómenos, às quais se seguem ruturas nos padrões habituais de interpretação e na resolução de problemas. Trata-se de uma recuperação da discussão empreendida por Kuhn (1970) acerca da ciência normal, da natureza dos seus paradigmas — dominante e emergente —, das suas crises e das condições que levam às revoluções científicas. A discussão mantém-se oportuna, nestes tempos incertos, em que os paradigmas aceites, e os emergentes, parecem estar em constante crise, ameaçados pela incapacidade de explicar os fenómenos que irrompem no quotidiano local e global.

BSS defende, ainda, na mesma obra, a necessidade de fazer reverter a atividade científica para a sociedade, por meio de práticas que possam contribuir para uma vida melhor, da humanidade, em sociedade. Nesta linha, BSS frisa a importância de o conhecimento científico chegar ao cidadão comum, a partir da partilha social do conhecimento, só alcançada quando este se transforma em senso-comum. Uma formulação contestada por muitos cientistas que consideram que o senso-comum retira rigor ao conhecimento, dado que privilegia o pensamento valorativo, evita formulações abrangentes e é, predominantemente, assistemático e não replicável. Contudo, reconhece-se, que o senso-comum tende a promover a observação crítica dos fenómenos, a instigar o autoconhecimento, evitando os cânones científicos e os percursos de descoberta estabelecidos. Neste contexto, o senso-comum, tende a impulsionar a imaginação científica e, quando permeado pelo espírito crítico, pode tornar-se uma ferramenta de identificação de objetos novos de pesquisa, principalmente nas Ciências Sociais e no Jornalismo.

Estes pressupostos contribuem, definitivamente, para a reflexão sobre o Jornalismo, enquanto área disciplinar integrada nas Ciências Sociais, reforçando o objetivo comum de descrever e interpretar os fenômenos da vida social, assim como a capacidade de revelar tópicos ocultos, polêmicos ou em transformação, como seja a desigualdade, a corrupção, a pobreza, os direitos das mulheres, das crianças e dos povos indígenas, entre outros. É importante, no entanto, ter em consideração as diferenças que presidem à atividade do cientista social e do jornalista. Os jornalistas dirigem-se, preferencialmente, a um público alargado e pouco especializado, em sua maioria; têm rotinas próprias delimitadas no espaço e no tempo; seguindo critérios inerentes à relevância noticiosa, e às agendas públicas, econômicas, políticas e dos próprios meios de comunicação. Já os cientistas sociais mobilizam teorias e conceitos de áreas disciplinares, recorrem a quadros de análise, a metodologias e métodos para interpretar e sistematizar fenômenos e acontecimentos.

A pesquisa, na área do Jornalismo incide sobre a análise de materiais inscritos em variados suportes, que podem ser escritos, sonoros ou imagéticos. Faz-se pesquisa, sobre o Jornalismo, na imprensa, na rádio, na televisão, sob suporte analógico ou digital, na internet e nas redes sociais. Como em todas as disciplinas das Ciências Sociais, os pesquisadores em Jornalismo, têm uma ideia e uma proatividade na gênese da sua pesquisa, seguindo um percurso de descoberta que recorre a teorias e conceitos, à busca de evidências, dados ou indicadores, com vista a suportar um novo conhecimento e a sua validação. Estes requisitos são observáveis nos onze textos que constituem esta coletânea, publicada em ebook. Por eleger, como objeto de pesquisa, o Jornalismo, este trabalho se debruça, de forma crítica, sobre diversos materiais e suportes, com a finalidade de compreender como determinados fenômenos sociais “traumáticos” são reportados, possibilitando,

ou não, dar voz a atores sociais desprotegidos. Assim, no texto “Do discurso sobre as ciências ao discurso sobre o Jornalismo”, Jorge Kanehide Ijuim, coordenador da coletânea, com base em considerações sobre a imprensa brasileira, elabora uma crítica aos modelos jornalísticos. Em textos seguintes, os autores (as) – Lynara Ojeda de Souza, Gabriela Bregolin Grillo, Tatiane K. B. de Queiroz, Camila Collato, Malena Wilbert, Criselli Maria Montipó, Jorge Kanehide Ijuim e Gêssica Gabrieli Valentini – refletem e analisam, à luz do quadro teórico-conceitual de BSS, matérias jornalísticas que têm em comum a “quase” invisibilidade jornalística e social dos seus objetos e atores. Estão nesse rol, matérias como o assassinato de mulheres no Brasil, e de crianças, na periferia do Rio de Janeiro; a desigualdade da sociedade brasileira; a destruição das comunidades indígenas e do ecossistema da Amazônia; o racismo estrutural no Brasil. Outros temas, também inspirados na ampla bibliografia de BSS, como as questões da justiça e o papel do cientista enquanto agente de mudança, estão presentes nos textos de Caetano Machado, Rafael Giovanni Venuto e Hendryó André.

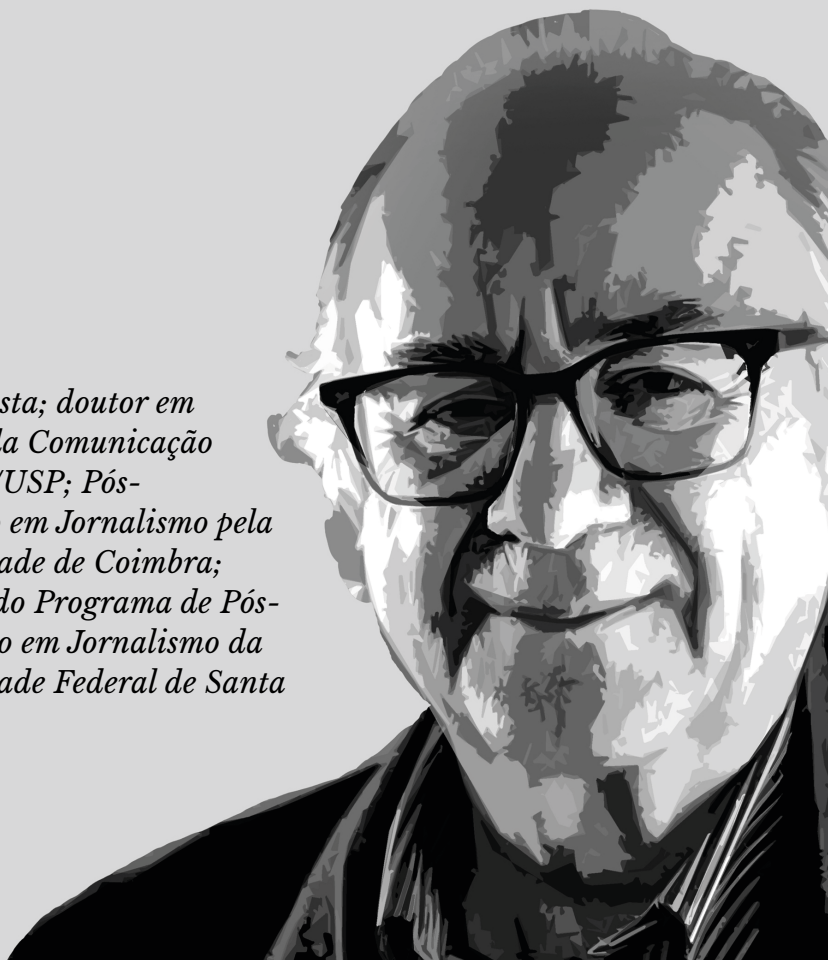
A escolha destas temáticas, objetos e atores sociais é, por si só, reveladora do propósito desta obra, focada nos direitos humanos e na ambição de dar voz, aos que não têm voz. Em tempos tão conturbados, e incertos, louva-se o organizador da obra, Professor Jorge Kanehide Ijuim, afirmando-se a pertinência da publicação e congratulando os autores(as) que contribuíram para a sua realização.

Apresentação

Vozes d'além mar

*Jorge Kanehide Ijuim**

** é jornalista; doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP; Pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra; Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Apresentação

Vozes d'além mar

Jorge Kanehide Ijuim

A seleção de ensaios para este ebook resulta das reflexões realizadas ao fim da disciplina “Questões teóricas da pesquisa em Jornalismo: O pensamento de Boaventura de Sousa Santos”, que venho oferecendo nos últimos anos junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Essas reflexões tiveram origem naquele ano letivo europeu de 2012-2013, quando fui recebido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que abriga o curso de Jornalismo, para o estágio pós-doutoral. Fundada em 1290, a UC é uma das mais antigas e tradicionais da Europa. Naquela oportunidade, fui acolhido pela doutora Isabel Maria Ferin Cunha, a portuguesa mais brasileira que conheci.

Debrucei-me sobre a obra de Boaventura de Sousa Santos buscando perceber como seu pensamento poderia ajudar a compreender o Jornalismo. Além de deter-me aos seus textos,

procurei estar na sua “cola” em todos os momentos possíveis. Eu o acompanhei em palestras, conferências, aulas magnas, assim como travamos algumas conversas sempre que oportuno. Estudar seus escritos, ouvir suas falas, sentir seus olhares, seus gestos, suas expressões – denotadas e conotadas – me proporcionaram pistas valiosas para adotá-lo definitivamente como bibliografia obrigatória em minha trajetória acadêmica.

Desde o meu retorno ao Brasil, em agosto de 2013, direcionei minha atenção, tanto na pesquisa como nas atividades de ensino, para a relação entre o Pensamento Moderno e o fazer e o pensar jornalísticos. Em outros termos, tem sido possível desenvolver uma crítica aos modelos jornalísticos com a ajuda das ideias de Boaventura. Sua crítica à ciência moderna constitui reflexões fundamentais nesse sentido. Nos últimos três anos, lancei um olhar de maneira mais aguda ao tema Cidadania e Direitos Humanos, assunto que o sociólogo português também apresenta muitas contribuições relevantes. Minhas orientações em mestrado e doutorado ganharam força e vigor pelas influências do pensador lusitano, notadamente ao discutir direitos humanos e interculturalidade.

Se a pesquisa realimenta o ensino, os reflexos foram imediatos. Ao oferecer a disciplina já mencionada, o interesse e a receptividade dos alunos revelaram-se uma agradável surpresa. A visão decolonial de Boaventura – mesmo sendo um europeu – tem impressionado a muitos. E a fruição a essas provocações em sala de aula tem sido intensa e pertinente em dissertações e teses defendidas recentemente. Enfim, as *vozes d’além mar* encontram eco em Florianópolis, cruzando as linhas abissais do Atlântico, entre o norte e o sul, como ele mesmo gosta de recomendar.

Todos esses fatos me encorajaram a propor ao grupo de pesquisadores que aqui se apresenta a elaboração de textos que sintetizem uma de suas boas experiências, em especial aquelas que

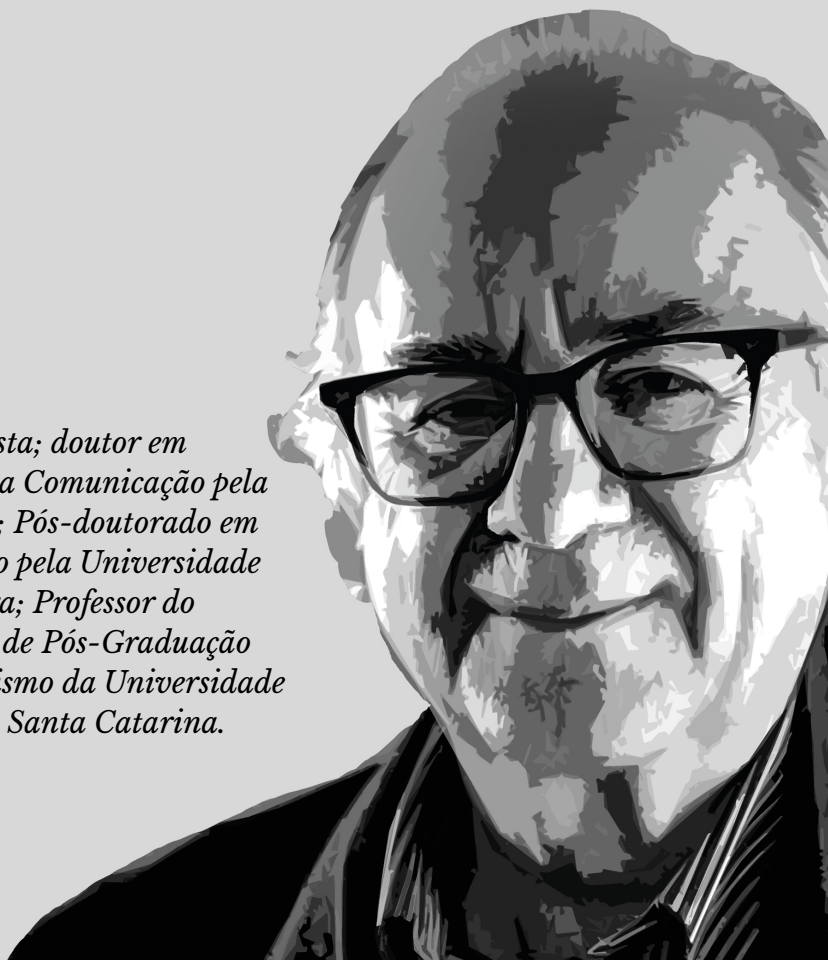
usufruíram do saber de Boaventura. E os frutos dessas sementes estão aqui, nas próximas páginas, ao que convido o leitor curioso e atento a conhecê-los e a criticá-los.

Capítulo 1

Do discurso sobre as ciências ao discurso sobre o jornalismo

*Jorge Kanehide Ijuim**

** é jornalista; doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP; Pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra; Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 1

Do discurso sobre as ciências ao discurso sobre o jornalismo

Jorge Kanehide Ijuim

1. O pensamento predominante e o fazer jornalístico

O jornalismo como o conhecemos hoje é um fenômeno desenvolvido por uma práxis que remonta à experiência europeia do século XVII. Como instrumento da burguesia, serviu inicialmente aos interesses econômicos e, quando esta aspirou à conquista dos palácios, transformou-se em tribuna para seus pontos de vista políticos e ideológicos. De veículo de divulgação de informações úteis às elites políticas e econômicas, passou, então, a ser meio de difusão de ideias e ideais dessa burguesia em ascensão.

Ao avançar ao século XIX, a imprensa transformou-se de maneira formidável quando o fazer jornalístico passou de atividade artesanal para uma indústria de informação, um veículo da indústria cultural, e adotou os mesmos métodos e procedimentos de uma fábrica do sistema capitalista (MEDINA,

2008). Essa configuração aconteceu sob a predominância do pensamento científico moderno. Esses princípios operaram tanto nas práticas científicas como nas práticas comunicacionais. Como lembra Cremilda Medina, naquele período eram propostas “...gramáticas presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social” (MEDINA, 2008, p. 18).

Esse estado de espírito foi um grande contributo da revolução científica (KUHN, 1987) vivida na Europa desde o século XVI. Os estudos sobre o universal e o particular de Descartes e Bacon, e a explicação matemática do funcionamento da natureza, de Newton, proporcionaram avanços extraordinários no progresso material e na maneira de pensar e desenvolver as ciências. O *cogito ergo sum* e o universo mecânico, por um lado, inauguraram a era antropocêntrica, por outro, levaram a cabo o paradigma da racionalidade científica. Tal visão de mundo proporcionou, entre outros aspectos, algumas crenças: redução de toda realidade à soma das partes – fragmentação, especialização, disciplinaridade; redução do real ao experimental – certeza, divisão sujeito-objeto; homem e todos os seres vivos vistos como máquinas; primado da ciência, da experiência e da razão – determinismo; ideia de homem dominador do planeta; prevalência do individualismo sobre o coletivo; saber como sinônimo de razão científica – a serviço do progresso (CAPRA, 1993).

Nesse ambiente, Augusto Comte desenvolve seu espírito positivo, entendendo que os mesmos postulados alcançados pelas ciências naturais poderiam reger a vida social. Para ele, a investigação científica só é positiva se o pesquisador opera com o que é. Por isso, a observação é a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade, adaptados sensatamente às necessidades reais (COMTE, 1983).

Por isso, como interpreta Medina, o espírito positivo delimita os sentidos: 1) o real em oposição ao quimérico; 2) o que é útil em contraposição ao que é inútil; 3) ao contrário da indecisão ou das dúvidas indefinidas, a certeza constituída pela harmonia lógica; 4) um grau de precisão compatível com a natureza dos fenômenos, e conforme a exigência das verdadeiras necessidades humanas, opõe o conceito de preciso ao de vago; 5) o significado mais banal, positivo versus negativo, caberia à filosofia organizar, e não destruir; 6) reforça-se a tendência, necessária para Comte, de substituir em tudo o relativo pelo absoluto (MEDINA, 2008, p. 20).

Medina ainda salienta que os influxos positivistas levados aos modelos jornalísticos tiveram grande importância para a evolução da imprensa. A efervescência socioeconômica, política e cultural daquele fim de milênio respondia ao crescimento demográfico e ao aumento da população alfabetizada. Esse quadro exigiu uma comunicação mais ágil e, da mesma maneira, mais informações sobre a atualidade, o que refletiu em simplicidade e concisão na linguagem. O gênero reportagem criou condições para a narração da experiência humana na forma de cenas vivas do cotidiano. O rigor científico traduziu-se nas salas de redação em trabalho de apuração e checagem de dados, com ganhos em precisão, entre outros benefícios (MEDINA, 2008, p. 24-27).

A evolução dos meios de comunicação motivou a adoção de métodos e de processos fabris que permitiram maiores tiragens e em periodicidade mais curta. Também foi imperativo formar profissionais com a rapidez que essa demanda exigia. A inevitável padronização do fazer jornalístico, ao mesmo tempo em que propiciava regularidade ao material publicado, colocava em risco sua densidade e a necessária contextualização. A departamentalização das indústrias (cartesiana) foi transferida às empresas de comunicação na forma de setorização, editorias,

muitas vezes “fechando-se” à complexidade, às relações e correlações entre acontecimentos. Em tempos de internet e das plataformas digitais, as hard news intensificam a pressa e avançam coberturas rasas, superficiais.

Mais que esses aspectos aparentemente técnicos, o espírito positivo levou à imprensa outras posturas que determinaram uma práxis que prevalece até nossos dias. Essa crítica embasada em escritos de Cremilda Medina foi a inspiração e o ponto de partida para buscar o aprofundamento no pensamento de Boaventura de Sousa Santos. Tenho procurado indícios e argumentações que possam representar mais um passo aos esforços para a compreensão dos modelos jornalísticos, como relatarei a seguir.

2. Alguns apontamentos

Boaventura de Sousa Santos, doutor pela Universidade de Yale (EUA), é professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, além de diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Seus estudos estão centrados nos temas: epistemologia, sociologia do direito, teoria pós-colonial, democracia, interculturalidade, globalização, movimentos sociais, direitos humanos.

As reflexões sobre a obra de Santos durante minha vivência em Coimbra (2012-2013), aliadas à participação em suas conferências e às entrevistas que realizei com investigadores portugueses, permitiram-me estabelecer pontos de partida que revelam as múltiplas possibilidades de, ao aprofundar o conhecimento e a compreensão desses pensamentos, contribuir para o aperfeiçoamento de uma crítica séria e consistente aos modelos de jornalismo aqui em questionamento. Destaco a seguir alguns apontamentos iniciais nesse sentido.

2.1 O primado da ciência... ou o endeusamento da ciência

Em seu Discurso sobre as ciências (2010) , uma das obras que vamos nos debruçar neste ensaio, Santos salienta que o fabuloso progresso tecnológico das últimas três ou quatro décadas pode nos iludir a pensar que os personagens da revolução científica inaugurada no século XVI seriam pré-históricos. A rigor, qualquer inovação ocorrida nesses quatrocentos anos é evolução, fruto ou consequência de ideias brotadas a partir de Copérnico, Galileu e Newton. A racionalidade, o experimentalismo e o rigor da lógica metodológica fizeram o homem moderno substituir sua fé no divino pela fé em sua inteligência e em suas próprias mãos (do teocentrismo ao antropocentrismo). Em outros termos, o homem, como personagem central do mundo, teria trocado Deus pela Ciência.

Nesse cenário, não só os centros de pesquisa, como qualquer organização – pública ou privada – têm procurado se equipar com os instrumentos criados pelas ciências. Seu braço operativo, a tecnologia, é símbolo do moderno, do atual, da eficiência. Tomemos como exemplo um tema que tem sido frequente na imprensa brasileira:

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulga periodicamente os resultados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. O relatório disponibilizado em setembro de cada ano apresenta a situação do país em aspectos como população ativa, trabalho com carteira assinada, exploração do trabalho infantil, acesso à educação formal, entre outros. Os grupos de comunicação de grande abrangência têm realizado a cobertura, em geral, de forma bem parecida. As matérias se baseiam fundamentalmente no próprio relatório do IBGE, nas falas do diretor do Instituto que conduz uma entrevista coletiva, além de, eventualmente, ministros do Trabalho ou da Previdência.

A cultura de supervalorização da ciência e de seus instrumentos impõe à sociedade – e a imprensa é uma instituição do mesmo bolo social – o estigma de que uma reportagem terá maior credibilidade se for chancelada por informações oficiais. Nas observações de Santos, pela lógica da ciência moderna, “é necessário reduzir os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis” (SANTOS, 2010, p. 35). Quem põe dúvidas ao trabalho do IBGE? Afinal, o Instituto está instrumentalizado pela ciência e pela tecnologia, sua alta especialização e métodos criteriosos lhe garantem fidedignidade. Além disso, as reportagens evidenciam números, os ganhos e as perdas para a economia, sem necessariamente demonstrar preocupação com os aspectos sociais dessas estatísticas.

Santos sublinha que a ciência moderna desprezou o senso comum em um combate ideológico contra o irracionalismo do *ancien régime*, caracterizado como conhecimento superficial e ilusório; criou-se a oposição trevas/luz. Por sua perspectiva, o autor defende que o pesquisador deva promover uma ruptura (epistemológica) com o senso comum (primeira ruptura), por meio de uma observação crítica e rigorosa sobre essa manifestação e transformá-la em conhecimento. Mas, esta feita, o cientista deve transformar suas constatações novamente em senso comum (reencontro – segunda ruptura), ou seja, colocar essa criação/geração de conhecimento à disposição e em favor do coletivo (SANTOS, 2010, p. 88-92). Da mesma forma, o jornalista, por critérios rigorosos de noticiabilidade e de suas técnicas de reportagem, poderia examinar as pautas de outras maneiras, buscando contextualizações. Criatividade: desenvolver a pauta por outros olhares, outros ângulos ou abordagens. Nesses termos, para Santos, “caminhamos para uma nova relação entre a ciência e o senso comum, uma relação em que qualquer deles é feito do outro e ambos fazem algo de novo” (SANTOS, 1989,

p, 40). O jornalismo poderia caminhar também por essas vias? Em raras oportunidades algum veículo de comunicação agiu dessa forma. O jornal O Estado de S. Paulo, num desses “momentos luminosos”, em 2009, além do relatório do IBGE e das fontes oficiais, O Estadão preocupou-se em ouvir os beneficiados com as carteiras assinadas, as pessoas que tiveram maior acesso aos bens de consumo, os novos alfabetizados, os trabalhadores infantis. Seus jornalistas lembraram que os números e as estatísticas são constituídos por pessoas que têm nome, endereço, identidade.

2.2 Causas e consequências – redução das versões únicas

Em Para além do pensamento abissal (2007), Santos descreve a bipolarização do mundo por meio de um sistema de distinções visíveis e invisíveis. São linhas imaginárias que separam a realidade social em dois mundos – norte/sul, ocidente/oriente, civilizado/selvagem, colonizador/colonizado, rico/pobre, branco/negro. O conhecimento e o direito modernos representam suas manifestações mais elaboradas. No campo do conhecimento, esse pensamento consiste na concessão à ciência moderna o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso. O caráter exclusivo desse monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e as não científicas de verdade. A ciência como conhecimento monopolista privilegia uma epistemologia das consequências; estas vêm sempre antes das causas.

Esse foco nas consequências mais que nas causas parece ser outra postura marcante que a imprensa assimilou do pensamento moderno. Nos episódios sobre o movimento reivindicatório de policiais militares em 2019-2020, no Ceará, os meios de comunicação divulgaram maciçamente os embates que envolveram policiais amotinados, órgãos de segurança e políticos. As versões dadas pelas partes antagonistas foram confusas. Greve

ou motim? O que importa é que a situação causou um estado de insegurança sem precedentes. Nem a classe política, tampouco a imprensa, procurou identificar as causas do movimento. Tratou do episódio como acontecimento isolado – consequências. Se a ciência positivista transforma os fenômenos sociais em objetos (coisas), alguns setores da imprensa também o fazem e acabam por configurar tais fenômenos como versões únicas (não plurais) dos acontecimentos.

A mesma lógica monopolista da ciência implantou a distinção entre sujeito e objeto. Mais simples e, na maioria das vezes, adequado nas ciências naturais, nas ciências sociais essa relação desliza ao enxergar fenômenos também como objetos (coisificação). Esse equívoco se repete no jornalismo ao visualizar a maioria dos acontecimentos como coisas. Para perceber melhor esse processo de coisificação, proponho observar dois temas recorrentes no noticiário: população de rua e as ocupações urbanas.

Primeiro, há grande incidência de reportagens em que já nos títulos expressam estigmas, como “incômodo”, “insegurança”, “invasões clandestinas”. Como reverberação do sentimento de grande parcela da população e do poder público, a mídia (re) produz um discurso que vê a população de rua e as ocupações urbanas como problemas. No caso da existência de pessoas em situação de rua nos locais públicos, as notícias com frequência ressaltam as “abordagens desagradáveis aos cidadãos”, além de denunciar a incapacidade das autoridades para o acolhimento dos “indesejáveis”. Sobre a ocupação e construção de moradias em áreas públicas, a imprensa tem repercutido as narrativas das autoridades tratando o tema como caso judicial ou de segurança pública. Com exceção da chamada imprensa alternativa, os veículos de comunicação não têm complexificado esses temas. Além de não buscar contextualização, aprofundamento (causas),

concentra-se nesses fatos (consequência) reproduzindo e reforçando estereótipos. Pessoas que vivem na rua não estão ali simplesmente porque são “pobres”, “mendigos”, “vagabundos”. As motivações podem ser muitas, desde perda de emprego, questões emocionais, desagregação familiar, perseguição pelo tráfico ou pela milícia, ou até mesmo por opção. Pessoas que improvisam suas casas em áreas públicas têm seu passado (desrespeitado) e podem ser sacrificadas por várias circunstâncias, como expulsão do campo pelos grandes empreendimentos rurais, falta de trabalho digno, ou até vítimas da especulação imobiliária. Por isso mesmo, tal postura desses veículos transformam sujeitos em objetos, pessoas em coisas, não enxergam os fenômenos sociais, mas fatos-coisa.

2.3 Exclusão e desumanização

A ciência moderna, que tem colaborado para a manutenção do pensamento abissal, como já referido, apresenta limitações quanto ao conteúdo do conhecimento que busca. Como alerta Santos, sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, este é desencantado e triste, e transforma a natureza em um autômato. Santos acentua que “...o rigor científico, por fundar-se no rigor matemático, quantifica e, ao quantificar, desqualifica; ao objetivar os fenômenos, objetualiza-os e os degrada – caricaturiza-os”. Nesses termos, acrescenta que “...o conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza e a retumbância dos êxitos da intervenção tecnológica esconde os limites da nossa compreensão do mundo e reprime a pergunta pelo valor humano do afã científico assim concebido” (SANTOS, 2010, p. 54).

Com relação a essa exclusão desumanizadora, vou aqui referenciar um caso que considero emblemático. O noticiário brasileiro tem dado pouca atenção à América Latina; quando

ocorre, em geral, a abordagem se volta a aspectos exóticos, a catástrofes ou ao tráfico de drogas. Durante a Copa do Mundo de Futebol de 2010, na África do Sul, a seleção paraguaia avançava com vigor em direção às semifinais da competição. A modelo Larissa Riquelme, contratada por uma empresa para promover seus produtos durante as transmissões dos jogos, nas praças de Assunção, ganhou visibilidade pela sua beleza e pelos detalhes de suas roupas. Larissa angariou maior torcida quando anunciou que desfilaria nua caso o Paraguai chegasse às semifinais da competição.

A imprensa brasileira deu grande ênfase a essa promessa. A emissora SporTV chegou, inclusive, a cometer abusos em sua reportagem sobre o tema. Ao descrever o Paraguai, a matéria caracterizou aquele país de maneira jocosa e preconceituosa. Ao valorizar aspectos físicos da modelo, insinuou contrastes para acentuar a imagem de um país no “fundo do poço”. A reportagem foi construída de forma a ridicularizar um país inteiro. Pela história do Brasil e do Paraguai, nota-se que a equipe de reportagem, educada por um colonialismo hegemônico – excludente –, assumiu a postura do superior sobre o inferior, do rico sobre o pobre. Reforçou estereótipos de que o Paraguai é um país pobre, de uma população de ignorantes e excêntricos.

Se o rigor científico objetiva os fenômenos e os degrada – caricaturizando-os – também a imprensa, ao invés de narrar a contemporaneidade, caricaturiza e degrada o valor humano que move a realidade social. Ao ignorar a natureza e a cultura paraguaias, por exemplo, a reportagem aqui criticada reduz as pessoas daquele país a objetos excêntricos e os torna motivo de deboche pelos que estão no “lado de cá da linha abissal” – atitude desumanizadora.

Assim também, quando reportagens, pela sutileza retórica, apresentam caricaturas estereotipadas do negro,

da mulher, do pobre, das pessoas em situação de rua ou do estrangeiro, reforçam preconceitos e reduzem esses indivíduos a uma vida marginal, uma vez que os ignoram, torna-os invisíveis e os desumanizam. Ao desprezar as diferenças e o diferente, reportagens como as aqui criticadas incorrem na intolerância e na redução de pessoas a coisas.

3. Desafios e perspectivas

A par dessas constatações aqui apresentadas sobre a imprensa brasileira, devo sublinhar que o empenho para construir uma crítica aos modelos jornalísticos em prática tem sido um empreendimento desafiador. Nesses apontamentos, pude anotar pelo menos quatro aspectos fundamentais como critérios de análise, quais sejam, 1) o primado [endeusamento] da ciência, que promove a transformação de fenômenos em coisas; 2) a lógica científica que estimula a concentração nas consequências e raras vezes nas causas; 3) o desprezo ao senso comum, que leva a imprensa a privilegiar as fontes oficiais; e 4) uma postura excludente e desumanizadora, que caricaturiza e degrada pessoas.

Minhas expectativas – e um desafio ainda mais relevante – estão no prosseguimento desse esforço para construir uma crítica coerente a tais modelos. Mais que convencer jornalistas das redações para que atentem a elas, parece-me exequível sensibilizar estudantes de jornalismo (a base) para que transformem o pensar e o fazer jornalístico. A tentativa de ampliar o debate na comunidade acadêmica também poderá colaborar para essa aspiração.

Referências

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 9. ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1993.

COMTE, A. **O discurso sobre o espírito positivo**. Coleção Os pensadores. Trad. José Arthur Giannotti. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 78, Coimbra: Outubro 2007: 3-46. Disponível em: <ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf>. Acesso em: 8 mar 2021.

Capítulo 2

Reflexões sobre a atuação jornalística na cobertura da morte de crianças durante operações policiais na cidade do Rio de Janeiro

*Lynara Ojeda de Souza**

** é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 2

Reflexões sobre a atuação jornalística na cobertura da morte de crianças durante operações policiais na cidade do Rio de Janeiro

Lynara Ojeda de Souza

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado.
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro...

Sujeito de sorte (Belchior)

1. 'Ano passado eu morri'

2019, Rio de Janeiro, seis crianças mortas por balas perdidas ao longo do ano. O que deveria chamar a atenção nesses casos? A morte de crianças em operações realizadas em regiões periféricas de uma das cidades brasileiras mais importantes

econômica e politicamente, a desvalorização e violação da dignidade e vida de determinado grupo minoritário¹ em nome da pretensa defesa e execução de políticas de segurança pública.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 1º que “a República Federativa, formada pela união indissociável dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito em tem como fundamentos: II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana”.

A partir da Constituição, observa-se que a dignidade humana pode ser considerada o fundamento do Estado brasileiro. E como fonte de valor, é dessa dignidade humana que decorrem todos os demais direitos humanos. Embora existam legislações e acordos internacionais que indicam os direitos humanos como um conceito central para a manutenção da dignidade do indivíduo, muitas pessoas ainda sofrem violações. E mesmo não sendo possível criar níveis e critérios de direitos humanos mais ou menos violados, pois a violência é um fenômeno complexo e com múltiplas determinações, cada violação possui suas características e se consolida de forma única para o indivíduo que sofre. Pode-se afirmar que, dentro da realidade brasileira, alguns segmentos têm mais urgência em suas demandas. Como é o caso de crianças e adolescentes que vivem nas regiões periféricas do país, lugares localizados do “lado de lá” de uma linha simbólica e, no que se refere aos direitos humanos efetivamente, geográfica.

Para Santos (2007), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal que se articula por meio de um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. O autor explica que são linhas radicais que dividem a realidade social entre o ‘deste lado da linha’

1. Trabalhamos aqui com a compreensão de minorias definido por Sodré (2005). Para o autor, minorias são grupos de indivíduos que não têm acesso a espaços de fala plena na sociedade.

e o ‘do outro lado da linha’. “A divisão é tal, que ‘o outro lado da linha’ desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente” (SANTOS, 2007, p. 2).

Considerando tais linhas – excludentes – que criam invisibilidades e produzem violências, propomos aqui uma reflexão para observarmos como se organiza a imprensa. Ao se pensar na atuação dos jornalistas, é preciso lembrar que as responsabilidades no exercício da profissão estão expostas no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, vigente desde 2007, estabelece em seu artigo 6º ser dever do jornalista: Art. 6º. [...] XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias (FENAJ, 2007).

Medina (2000) ressalta a importância da postura e atuação do jornalista na construção da notícia, indicando a sensibilidade e o diálogo como elementos fundamentais. Ao se pensar em temáticas delicadas, que exigem do profissional uma abordagem cuidadosa e comprometida com a complexidade dos fenômenos para que não haja revitimização de direitos ou novas violações, o pensamento de Medina se mostra ainda mais pertinente. A autora também reforça a importância da apropriação das práticas éticas e técnicas da profissão e o reconhecimento das limitações quase sempre encontradas no fazer jornalístico.

Para observarmos como isso se dá empiricamente, propomos uma discussão conceitual sobre direitos humanos, infância e visibilidade de populações periféricas, atrelada à análise exploratória da cobertura jornalística dos casos de mortes de crianças e adolescentes durante operações da polícia no Rio de Janeiro em 2019. Selecionamos as matérias publicadas sobre os casos no Portal G1 e constatamos pautas preocupadas em noticiar o acontecimento, mas não em contextualizar suas motivações.

2. ‘Alvos passeando por aí’

O relatório Cenário da Criança e do Adolescente 2019, feito pela Fundação Abrinq com base nos dados mais recentes do IBGE, mostra que, em 2018, estimava-se que o Brasil tinha 68,8 milhões de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade. Quase dois em cada cinco dos residentes do país nessa faixa etária se concentravam na Região Sudeste, sendo que 22,6% das crianças e adolescentes com idade entre 0 e 14 anos vivem em situação de extrema pobreza. Isso corresponde a 9,4 milhões de crianças e adolescentes com renda domiciliar per capita mensal inferior ou igual a um quarto de salário mínimo, ou R\$ 234,25 em valores de 2017. O relatório ainda indica que 2,5 milhões de crianças e adolescentes até 17 anos trabalham, 11,7 mil crianças e adolescentes foram vítimas de homicídios em 2017 e mais de 3 milhões de domicílios estão em favelas.

Esse cenário denuncia a violação dos direitos previstos na legislação, como o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual preconiza que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral”, e o artigo 4º que complementa ser dever da família, do Estado e da sociedade zelar com prioridade absoluta a “efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990). Podemos avaliar que, apesar dos esforços legislativos, o princípio de que a criança e o adolescente têm prioridade absoluta na promoção e defesa dos direitos humanos acaba por não se efetivar na prática.

Outro aspecto importante para nossa reflexão é compreender os locais em que essas crianças circulam. Ao pensarmos em favelas, as linhas que dividem o “eu” e o “outro” se tornam fortemente visíveis e excludentes. Gonçalves e Nascimento

(2011, p. 55) afirmam que “a visibilidade desses espaços ocorre quando esses são relacionados a aspectos negativos, tais como a violência ou a miséria”.

A favela surge primeiro da necessidade de onde morar, e só posteriormente o como morar é que preocupa. Casa ou barraco de lata, de folha de zinco ou papelão, são problemas enfrentados em um segundo momento. E, embora, elas variem de imagem de uma cidade para outra, algumas com mais, outras com menos estruturas, existem características negativas quase invariáveis, como a violência e a miséria. Nesse sentido Gonçalves e Nascimento reforçam que as favelas se multiplicam, mudam suas configurações, mas continuam degradando o sujeito. Na cidade, o “eu” e o “outro” se fundem e se perdem nos subúrbios e na exclusão.

Embora a realidade da desigualdade não se restrinja aos jovens e não se localize apenas em favelas, cabe admitir que estes territórios e seus moradores vivem condições restritas em termos de acesso aos direitos, entre eles, a garantia da segurança por parte do Estado.

Segundo Piovesan (2014), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, representa a concepção contemporânea dos direitos humanos, uma vez que a partir dela é fixada a ideia de que esses direitos são universais, incorporando ainda em seu conjunto, além dos direitos civis e políticos, os sociais, econômicos e culturais. Entretanto, o reconhecimento formal de direitos, por si, não dá garantia às pessoas de que esses direitos serão respeitados ou colocados em prática.

Santos (2009) justifica que a complexidade dos direitos humanos está justamente na ideia de universalidade, desconsiderando as especificidades de cada localidade. O autor defende que não é possível falar de direitos humanos sem, simultaneamente, criticá-los. Isso não significa que eles não gozam de legitimidade ou eficácia, mas como indica Arendt (2012), são

construídos e reconstruídos, conhecidos e reconhecidos, modelados e remodelados em um espaço de produção e reprodução inesgotável de contradições sociais, sendo, portanto, inevitavelmente, um campo de conflitos. O que Santos (2013) denuncia é que alguns grupos sociais, a partir dessa lógica globalizada de direitos, acabam tornando-se apenas objetos do discurso hegemônico e não sujeitos de direitos humanos. O autor aponta a necessidade de compreender como se dá esse processo que, muitas vezes, invisibiliza grupos sociais. Para ele, a linha abissal continua dividindo a sociedade, tendo o conceito de emancipação e liberdade como suporte: “tenho vindo a defender que esta linha abissal, que produz exclusões radicais, longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas” (SANTOS, 2013, p. 44). Nesse sentido, Boaventura indica que as legislações e doutrinas internacionais de direitos humanos, o direito internacional e as doutrinas convencionais dos direitos humanos têm assegurado essa continuidade.

Santos (2013) ainda problematiza não a existência do universal e do particular, mas sim a forma com que eles dialogam. Ou seja, o desafio, para o autor, está em como o lado de cá da linha tem negado a existência do lado de lá. O discurso de legitimação dos direitos humanos só se dá de um lado nas sociedades metropolitanas.

Portanto, a construção e aprovação de mecanismos legais para preconizar o respeito e a defesa da dignidade humana não são capazes de alterar a realidade se não contarem com um contexto social e histórico que dê suporte à efetivação. Deste modo, ao longo da história, a finalidade dos direitos humanos foi variando para se adaptar às concepções de viver e enxergar o mundo de cada momento. Como explica Vieira (2011, p. 79), eles “já serviram desde um símbolo de luta contra abusos de poder até suportes formais de proteção teórica, passando, inclusive, por moedas simbólicas de troca na esfera internacional”.

Observamos que mesmo havendo um esforço para a ampla garantia da dignidade humana e pela inviolabilidade de direitos estabelecidos em todo o mundo, na prática, ainda existe um abismo que separa o que foi estabelecido em declarações e convenções e a vivência plena desses direitos para muitos sujeitos. Ao presente trabalho interessa esse questionamento no que diz respeito aos jornalistas. De que lado estão? O discurso jornalístico tem buscado ser contra-hegemônico ou só reproduz o pensamento hegemônico, de modo a reforçar o distanciamento entre os dois lados da linha abissal? É um discurso que dá voz aos grupos minoritários?

3. ‘Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro’

Segundo a plataforma Fogo Cruzado², em 2019, das 189 vítimas de bala perdida, 71% (134) foram atingidas em situações em que havia presença de agentes de segurança, categoria que inclui policiais civis, militares, federais, guardas municipais, agentes penitenciários, bombeiros e militares das forças armadas. Destas 189 vítimas, 109 (equivalente a 58%) foram baleadas durante ações policiais, como operações, patrulhamento, blitz, entre outras ações de rotina. O número de baleados em 2019 é 1,5% maior, em relação a 2018, que registrou 2.833 pessoas baleadas, com 1.482 mortos e 1.351 feridos. Segundo a plataforma, 24 vítimas de balas perdidas foram atingidas quando estavam dentro de casa; 8 vítimas iam ou voltavam da escola; 4 estavam em algum meio de transporte; 1 estava dentro de um hospital; 1 no shopping; 1 dentro de uma estação de trem.

Do total de tiroteios, 23 crianças foram baleadas na região metropolitana do Rio. Destas, seis morreram. São elas, Jenifer Gomes, de 11 anos: morta em 14 de fevereiro no bairro Triagem,

2. Laboratório de dados sobre violência armada que registra, desde 2015, a incidência de tiroteios no Rio de Janeiro e em Recife.

Zona Norte do Rio de Janeiro; Kauan Peixoto, de 12 anos: morto em 17 de março na comunidade da Chatuba, em Mesquita, na Baixada Fluminense; Kauã Rozário, de 11 anos: morto em 16 de maio na Vila Aliança, em Bangu; Kauê dos Santos, de 12 anos: morto em 8 de setembro na comunidade da Chica, no Complexo do Chapadão, na Zona Norte do Rio de Janeiro; Ágatha Félix, de 8 anos; morta em 20 de setembro no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio; Ketellen Gomes, 5 anos: morta em 12 de novembro no Realengo, bairro da Zona Oeste carioca.

Para nossa reflexão, realizamos uma pesquisa exploratória com as matérias jornalísticas que foram veiculadas noticiando as mortes das seis crianças. Todas são do Portal de notícias G1 e foram as primeiras de cada caso publicadas. Como um estudo exploratório, recorreremos a algumas técnicas da análise de conteúdo, conforme Herscovitz (2010). Para a autora, tal método é adequado para “descrever e classificar produtos [...] para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias” (HERSCOVITZ, 2010, p. 123). Desse modo, ao observar uma amostra de notícias, foi possível realizar inferências sobre tendências no tratamento do tema em questão.

Quadro 1 – Notícias selecionadas

Data de publicação	Data de publicação
14/02/2019	Criança morre baleada na Zona Norte e moradores acusam policiais de serem os autores de disparo ³
17/03/2019	Menino morre após ser baleado durante tiro-teiro na Baixada Fluminense ⁴

3. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/14/crianca-morre-baleada-na-zona-norte-e-moradores-bloqueiam-o-transito-em-protesto.ghtml. Acesso em: 30 jan. 2020.

4. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/17/adolescente-

16/05/2019	Menino baleado na Vila Aliança, em Bangu, tem morte cerebral ⁵
09/09/2019	Menino de 12 anos morto durante operação da PM no Chapadão é enterrado ⁶
21/09/2019	Menina de 8 anos morre baleada no Complexo do Alemão ⁷
12/11/2019	Menina morre por bala perdida em Realengo, Zona Oeste do Rio ⁸

Fonte: Da autora (2020)

O primeiro aspecto a se observar é de que as notícias narram as mortes de forma episódica, quase sem mencionar outras mortes ocorridas anteriormente. A única matéria que aponta a existência de outros casos é a do dia 21 de setembro: “Ágatha é a quinta criança morta em função da violência no estado esse ano” (G1 RIO, 2020, online). Essa também é a única matéria que traz mais informações sobre homicídios causados em ações policiais, com o subtítulo “Mortes em ações policiais aumentaram”, o texto apresenta dados oficiais do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Em contrapartida, é informado que, no geral, os homicídios diminuiram: “Ao mesmo tempo em que aumentaram as mortes por agentes da segurança pública, os homicídios dolosos

morre-apos-ser-baleado-no-pescoco-e-abdomen-na-baixada-fluminense.ghtml. Acesso em: 30 jan. 2020.

5. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/16/menino-baleado-na-vila-alianca-em-bangu-tem-morte-cerebral.ghtml. Acesso em: 30 jan. 2020.

6. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/09/menino-de-12-anos-morto-durante-operacao-da-pm-no-chapadao-e-enterrado.ghtml. Acesso em 30 jan. 2020.

7. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/21/menina-de-8-anos-morre-baleada-no-complexo-do-alemao.ghtml. Acesso em: 30 jan. 2020.

8. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/13/menina-morre-por-bala-perdida-em-realengo-zona-oeste-do-rio.ghtml. Acesso em: 30 jan. 2020.

caíram”. Como se a diminuição de uma categoria de violência justificasse ou amenizasse o aumento de outra.

Em todas as matérias é informado o fato de que foram trocas de tiros durante ações policiais que mataram as crianças, ainda assim, o discurso que é reproduzido nos textos jornalísticos é o oficial divulgado pela própria polícia. Lembramos que Genro Filho (2012) caracteriza o jornalismo como uma forma social de conhecimento que se cristaliza no singular. Marcada a partir de como o repórter enxerga a pauta, a singularidade estará, principalmente, no modo em que o jornalista vivencia o processo de reportagem, o que encontra de peculiar, diferenciado, menos generalizante nos acontecimentos e em como aborda a complexidade que envolve os fenômenos. Assim, o jornalismo pode ser vislumbrado como uma forma de conhecer o mundo a partir do singular e a expressão de seu trabalho é compartilhar sua construção e entendimento da realidade, oferecendo ao público os elementos necessários para que ele possa se apropriar do universo que envolve o fato singular. Porém, notamos nas matérias selecionadas que as informações oferecidas ao público não dão conta da complexidade que envolve a temática: direitos humanos, violência, segurança pública, morte de crianças sem respostas plausíveis. Verificamos textos que tentam se encaixar na ideia de objetividade jornalística e inteiramente construídos a partir dos relatos da fonte oficial ou na descrição pura (pouco ou mal interpretada) dos fatos, o que dá um caráter policial e superficial ao conteúdo.

Diante da temática, percebemos que não é dada a importância e o aprofundamento necessário para o entendimento dessas violências cometidas por ou sob os olhos do Estado, uma vez que resultaram de ações consideradas políticas de Segurança Pública. A postura da polícia só é questionada quando aparecem as falas de fontes ligadas às vítimas ou moradores dos locais onde as mortes ocorreram, deixando esquecido o papel questionador e

vigilante do jornalista. A falta de contextualização em um tema tão complexo pode ser vista como um possível despreparo por parte da imprensa em tratar tal fenômeno. Mas também pode indicar uma abordagem policial pouco preocupada em se aprofundar nas temáticas e que não trata esses casos como violações de direitos humanos e, apenas, como simples consequências de ações de defesa e segurança da população do Rio de Janeiro. Reconhecemos que as motivações podem ser variadas, porém é perceptível uma superficialidade e silenciamento ao abordar questões que exigem compromisso social. Observamos que as seis matérias estão centradas apenas na reprodução factual do acontecimento, sem interpretar ou buscar diversidade de fontes.

A falta de pluralidade nos textos, com o uso apenas de fontes oficiais e poucos personagens locais, como familiares e moradores, indicam uma abordagem rasa, que negligencia dados de pesquisas e fontes especializadas no fenômeno que é a violência. Salientamos a relevância de tais fontes, por acreditarmos que seriam importantes para auxiliar na compreensão dos fatos, nas causas e consequências dessas mortes. Porém, ao não incorporar essas informações nos textos, jornalistas assumem uma postura de pura descrição do ocorrido, esquecendo das vidas envolvidas. As vítimas deixam de ser crianças e passam a ser somente o crime que sofreram. Medina (2008) nos alerta para o fato de que tais características do jornalismo, que podem ser entendidas como técnicas de objetividade, neutralidade e distanciamento são fruto do pensamento científico dominante do século XIX, um modelo positivista incorporado pelo fazer jornalístico que ainda se prende à ideia de que é possível espelhar a realidade sem interferências.

Para Sodré (2009), um jornalismo que não consiga ultrapassar, ainda que minimamente, a aparência estabilizada das coisas, não possui outro papel além da tão criticada ratificação declaratória da realidade. “Jornalista seria, acima de tudo, o

intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos” (SODRÉ, 2009, p. 62-63).

No entanto, a promoção, discussão e apropriação da complexidade que envolvem a temática sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes e a violência nas regiões periféricas apresentam-se como um grande desafio para os jornalistas, sobretudo ao expressarem o tema em seus textos jornalísticos. Atores importantes para a garantia de direitos, os profissionais do jornalismo possuem função singular e estratégica na luta pela cidadania plena, mas isso quando apresentam uma abordagem qualificada e problematizadora, sem negligenciar as complexidades e especificidades que envolvem a temática. “As narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais” (IJUIM, 2020, p.100). Ou seja, o trabalho jornalístico deve tensionar a prática pautada em coberturas episódicas e buscar oferecer os elementos necessários para que o público compreenda os acontecimentos por meio de uma contextualização social, histórica e econômica.

Anteriormente, questionamos, a partir da concepção de pensamento abissal de Santos (2007), de que lado o jornalismo e seu discurso têm atuado, se de modo a reproduzir os valores hegemônicos que pouco problematizam as violações de direitos humanos, ou de maneira contra-hegemônica, tentando oferecer novas formas de interpretar as experiências e transformar o mundo. Em nosso levantamento exploratório verificamos que o portal de notícias pesquisado ainda reproduz padrões ideológicos hegemônicos e não problematiza o fato de ações policiais do Estado resultarem em mortes de crianças. Ao não questionar tais operações, de certo modo, a imprensa naturaliza essas mortes, sobretudo por acontecerem em favelas cariocas. Assim, reforça a

divisão dos grupos sociais entre os do lado de cá e os do lado de lá da linha abissal. Tais reproduções feitas pelo jornal nos fazem constatar que ao invés de oferecer aos leitores informações que deem elementos necessários para compreender as especificidades da violência ocorrida nas favelas cariocas e que resulta na morte de crianças, elas só reforçam a lógica de não-existência provocada pela ignorância e o não reconhecimento do Outro como sujeito pleno de direitos.

Assim, embora os profissionais da imprensa possam ser reconhecidos como capazes de interpretar e compartilhar com o público experiências desconhecidas e, muitas vezes, invisibilizadas, o que Santos (2002) chama de trabalho de tradução, identificamos ainda a predominância de discursos que estigmatizam pessoas que têm seus direitos violados. Ou que ainda enxergam direitos humanos de forma limitada, apenas como direitos civis e políticos, deixando de relacionar questões como pobreza, falta de acesso às políticas públicas e negligência por parte do poder público e sociedade como sendo também violações contra a dignidade do indivíduo, sendo assim, um desrespeito aos direitos humanos.

Pudemos inferir que, embora, esperemos um trabalho jornalístico que dê visibilidade e ofereça à sociedade informações que auxiliem no debate crítico sobre os direitos humanos, por meio de uma prática que contextualize os aspectos dessa temática, no portal de notícias investigado isso não se concretiza, uma vez que as matérias são superficiais e pautadas apenas na cobertura episódica dos casos.

4. 'Mas esse ano eu não morro (?)'

Acreditamos que a imprensa exerce um papel estratégico e fundamental para a promoção e garantia dos direitos humanos, não apenas denunciando violações a tais direitos, como fortalecendo o debate público em torno das formas de defendê-los,

garanti-los e promovê-los. Mas o que constatamos pela avaliação exploratória das seis notícias selecionadas é que o tema que envolve a morte de crianças por bala perdida em operações da polícia nas favelas cariocas e todas as complexidades e especificidades que envolvem essas ações e, muitas vezes, consequentes violações de direitos ainda não foram incorporadas pela imprensa.

No exercício de sua atividade, jornalistas atuam no esforço de tornarem inteligíveis os acontecimentos, buscando divulgar para o público o que acontece no cotidiano. Para tanto, acabam, frequentemente, ancorando-se na simplificação do acontecimento, tentando narrar o fato de modo a facilitar a compreensão, porém, ao fazerem isso, esquecem de dar conta da complexidade que envolve os fenômenos. Para Morin (2000), a complexidade deve ser entendida como uma motivação para pensar, pois ela permite esclarecer os fenômenos de modo não simplificador, reducionista. “Complexidade é a que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos os aspectos que envolvem algo, enquanto o pensamento simplificador separa esses diferentes aspectos ou unifica-os por uma redução mutilante” (MORIN, 2000, p. 176).

Observamos que, em sua maioria, as matérias são episódicas e produzidas de forma isolada. Desse modo, os textos jornalísticos que levantamos acabam deixando de lado, em muitos momentos, o aprofundamento dos aspectos que o relacionam a contextos históricos, políticas públicas, responsabilidade dos setores do governo e possibilidades de enfrentamento e superação. Isso faz com que o conteúdo das notícias sejam apenas descrições dos fatos e não contextualizem a complexidade que permeia os casos de violação de direitos que resultaram em mortes de seis crianças ao longo do ano de 2019.

Percebemos uma distância considerável entre o ideal e a prática na abordagem de direitos humanos no G1. Nesse

sentido, entendemos que as rotinas produtivas, a exigência de produções factuais, cada vez mais constantes e que se adequem a uma dinâmica mercadológica, afetam diretamente na cobertura jornalística aprofundada e complexa que o tema estudado exige, fruto de um modelo de produção jornalística que privilegia fatos e negligencia pessoas e fenômenos sociais.

Referências

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência no Brasil**. 2019. Disponível em: <fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/cenario-brasil-2019.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília – DF, 1988. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Estatuto (1990)**. Estatuto da Criança e do Adolescente: promulgado em 13 de julho de 1990. Brasília – DF, 1990. Disponível em <planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (2007). **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Aprovado em Vitória, em 4 de agosto de 2007. Disponível em: <fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso: 20 dez. 2019.

G1 RIO. **Menino morre após ser baleado durante tiroteio na Baixada Fluminense**. Disponível em: <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/17/adolescente-morre-apos-ser-baleado-no-pescoco-e-abdomen-na-baixada-fluminense.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2020.

G1 RIO. **Menino baleado na Vila Aliança, em Bangu, tem morte cerebral**. Disponível em: <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/16/menino-baleado-na-vila-alianca-em-bangu-tem-morte-cerebral.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2020.

G1 RIO. **Menina de 8 anos morre baleada no Complexo do Alemão**.

Disponível em: <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/21/menina-de-8-anos-morre-baleada-no-complexo-do-alemao.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2020.

G1 RIO. Menina morre por bala perdida em Realengo, Zona Oeste do Rio. Disponível em: <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/13/menina-morre-por-bala-perdida-em-realengo-zona-oeste-do-rio.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2020.

GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GONÇALVES, A. B. R.; NASCIMENTO, D. A. do. Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa. 2011. Disponível em: <ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/8-Favela-esp%C3%A7o-e-sujeito-Ipotesi-152.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia da Pesquisa em Jornalismo.** 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

IJUIM, J.K. Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos. **Revista Extraprensa**, v. 13, n. 2, p. 91-108, 20 jul. 2020.

MEDINA, C. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2000.

MEDINA, C. Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MELO, E. Direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil: dilemas de um cenário cultural e transformação. In: VENTURI, G. (Org.) **Direitos Humanos – percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand no Brasil, 2000.

NASCIMENTO, Tatiane. Menino de 12 anos morto durante operação da PM no Chapadão é enterrado. Disponível em: <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/09/menino-de-12-anos-morto-durante-operacao-da-pm-no-chapadao-e-enterrado.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2020.

PEIXOTO, A. Criança morre baleada no Zona Norte e moradores

acusam policiais de serem os autores de disparo. Disponível em: <g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/14/crianca-morre-baleada-na-zona-norte-e-moradores-bloqueiam-o-transito-em-protesto.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2020.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, B. de S. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, B. de S. **Direitos humanos: o desafio da interculturalidade.** 2009. Disponível em: <boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf.> Acesso em: 16 dez. 2019.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, out., 2002: 237-280. Disponível em <rccs.revues.org/1285. Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**, Coimbra: Almedina, 2007.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs). **Comunicação e cultura de minorias.** São Paulo, SP: Paulus, 2005.

SODRÉ, M. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

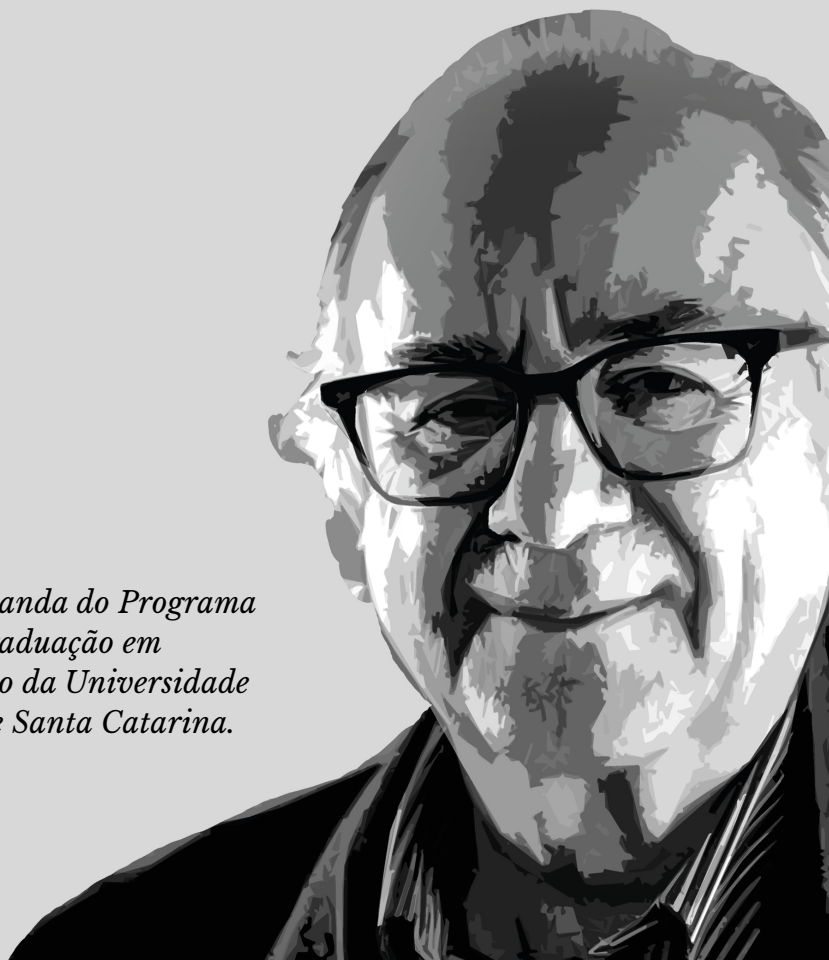
VIEIRA, H. L. C. **Os entraves de aplicação das normas universais de Direitos Humanos frente às particularidades culturais.** 233 p. Dissertação (mestrado em Direito) - Faculdade de Direitos da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

Capítulo 3

O outro lado da linha: Reflexões sobre
jornalismo e a Reserva Indígena
de Dourados-MS

*Tatiane K. B. de Queiroz**

** é doutoranda do Programa
de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade
Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 3

O outro lado da linha: Reflexões sobre jornalismo e a Reserva Indígena de Dourados-MS

Tatiane K. B. de Queiroz

1. A outra realidade

A cidade de Dourados abriga a segunda maior população de Mato Grosso do Sul, 220 mil habitantes, e o terceiro maior PIB, responsável por quase 10% do total das riquezas produzidas no Estado (UFGD, 2018). Conhecida por sua pujança econômica nos setores da indústria e, principalmente, do agronegócio, os cenários de desenvolvimento reservam para a cidade uma face privilegiada, principalmente por sua posição geográfica, a 220 quilômetros da capital, Campo Grande, e a 120 quilômetros da fronteira do Brasil com o Paraguai. Dourados é ainda o polo de serviços de educação, saúde e cultura da região sul do Estado, que conta com outros 30 municípios e concentra quase 1 milhão de habitantes.

Destoando social e economicamente deste cenário, a cidade acolhe outra realidade: a Reserva Indígena de Dourados - RID, apontada por historiadores e antropólogos como o “maior

confinamento de povos originários” do País, detentora de altos índices de violência, dentre eles, o grande número de suicídios.

Formada por duas das três aldeias¹ da cidade, Jaguapiru e Bororó, a Reserva Indígena dispõe atualmente de uma população de aproximadamente 15 mil pessoas, segundo dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). A maioria são das etnias Kaiowá, Guarani (Ñandéva) e Terena, aglomerados em uma área de 3,4 mil hectares, o que se traduz em uma realidade de, aproximadamente, 441 habitantes por quilômetro quadrado, situação muito distante do modo de vida original desses povos, que costumavam fixar suas moradias isoladas na mata, distantes uma das outras, mas sempre ligadas entre si por caminhos (CHAMORRO, 2015).

Prensada entre a área rural e a área urbana, a Reserva é cortada por uma rodovia que liga Dourados a outras cidades da região. Criada em 1917, antes mesmo da instituição do próprio município, a extensão da Reserva permaneceu a mesma ao longo dos anos, ao contrário de sua população, que teve um elevado crescimento, assim como a população do município que, a partir de 1950, com a abertura das rodovias no Estado, também vivenciou um acelerado crescimento.

Como consequência da alta densidade demográfica e do rompimento com os modos de vida originais desses indígenas, surgiram diversos problemas sociais na Reserva, em maior e menor escala. Em Dourados, todos os dias, famílias inteiras saem das aldeias, em suas carroças, bicicletas, ou mesmo a pé, e percorrem os bairros em busca de comida, doações ou esmolas. Reviram os lixos das casas em busca de qualquer coisa que lhes possa ser útil. Tais situações de marginalização e violação de Direitos Humanos têm chamado a atenção de autoridades e estudiosos de diversos países, que atuam em diversas áreas do conhecimento.

1. Dourados também abriga a aldeia Panambizinho, no Distrito de Panambi, na zona rural. Essa não integra a Reserva Indígena – RID.

Em uma visita a Mato Grosso do Sul, em 2013, a então vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, escancarou a grave situação dos indígenas durante uma coletiva de imprensa na sede do Ministério Público Federal (MPF). “A Reserva de Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo” (DUPRAT, 2013).

Organizações pertencentes a instituições religiosas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além de grupos e conselhos formados pelos próprios indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a *Aty Guasu* (Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá) e a *Kuñangue Aty Guasu* (Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá), têm denunciado a miséria, a pobreza e as situações de violência em que vivem os povos originários, além da falta de acesso aos direitos básicos, como educação, saúde de qualidade e, até mesmo, água potável.

A retirada do que é considerado como o maior bem dos povos indígenas, o *Tekoha* – definição de terra, território ou de “lugar onde se é” para os Guarani e Kaiowá – remonta ao próprio descobrimento, ou melhor, “achamento” do Brasil (RIBEIRO, 2015). Já o processo histórico que culminou na criação da Reserva Indígena de Dourados teve início mais tarde, no século XX, e conjugou fatores como dispersão de comunidades, expropriação de territórios, exploração de riquezas nativas, violência, exploração de mão de obra, confinamento e inviabilização do modo de ser dos povos originários. É necessário ainda destacar que todos esses movimentos contaram com a articulação do próprio Estado Brasileiro (MURA, 2019).

Por meio da Constituição Federal do Brasil, de 1988, nos Artigos 231 e 232, o mesmo Estado Brasileiro assegurou aos povos indígenas o direito de serem reconhecidos em sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os

direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las” (BRASIL, 1988). A Lei Máxima, em seu Artigo 67, também fixou o prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas, a partir de sua promulgação. O tempo determinado não foi cumprido e, até hoje, o tema gera incansáveis batalhas jurídicas, além de muita violência, inclusive com a ocorrência de mortes, resultante dos conflitos entre indígenas e ruralistas.

No campo do direito internacional, o direito dos povos indígenas à diferença, ou seja, o direito de não serem assimilados por qualquer outra cultura, foi ratificado pela ONU, em 2007, na Declaração Universal sobre os Direitos dos Povos Indígenas, traduzida para o português em 2008. Esses dispositivos jurídicos foram de grande importância, uma vez que modificaram um paradigma e estabeleceram novas condições para as relações entre o Estado, a sociedade e os povos indígenas. No entanto, como sabemos, entre a Lei e as práticas concretas do Estado Brasileiro há uma enorme distância.

Sobre a situação da Reserva de Dourados que, como percebemos, já remonta várias décadas, observa-se uma espécie de “abismo social” entre a população não-indígena, da cidade, e a população indígena. Essa condição, por si só, gera cada vez mais exclusão.

O jornalismo, praticado tanto pelos veículos de comunicação regionais quanto nacionais, reflete o olhar de parcela significativa da sociedade, pois a imprensa é uma fatia do mesmo bolo social da comunidade a que serve (DINES, 2009). Assim sendo, raramente consegue romper com essa lógica, ao contrário, quase sempre contribui para o aumento desse “abismo”. É possível verificar que as notícias se limitam ao registro dos episódios, geralmente casos de violência dentro da Reserva Indígena ou envolvendo os seus moradores, sem apresentar aos leitores, telespectadores

e ouvintes qualquer contextualização histórica, social, política e econômica, ou mesmo o aprofundamento necessário para a compreensão da complexidade dos acontecimentos que permeiam a vida desses povos.

Com base nos apontamentos históricos e antropológicos sobre a formação da Reserva, assim como no pensamento do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, o presente ensaio busca refletir sobre como se dão as influências do pensamento moderno na sociedade e, conseqüentemente, na cobertura jornalística de temas que envolvem povos indígenas.

2. Um pouco de História

A Reserva Indígena de Dourados foi criada no ano de 1917, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI)². No entanto, o título definitivo da área, legalizada como patrimônio da União, só foi emitido em 1965. A extensão, de aproximadamente 3,4 mil hectares foi destinada, inicialmente, aos índios da etnia Kaiowá, que já ocupavam o território (PEREIRA, 2014).

O início do ciclo ervateiro na região, ainda no século XIX, provocou diversos deslocamentos das comunidades Guarani, que habitavam o local mais próximo à fronteira entre Brasil e Paraguai, para o território habitado pelos Kaiowá. O mesmo aconteceu com as famílias da etnia Terena que, por conta da participação desses indígenas como mão de obra nas atividades econômicas da frente de expansão nacional, foram adentrando esse território.

Dessa forma, para apontar os aspectos históricos sobre a formação da Reserva, faz-se necessário relembrar os acontecimentos que transformaram, de várias formas, a vida desses povos indígenas. Dentre os acontecimentos mais

2. Órgão indigenista oficial do Brasil, criado em 1910 e substituído, em 1967, pela atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

recentes – últimos duzentos anos – podemos elencar: a Guerra do Paraguai, o início da exploração ervateira na região – com a instalação da Companhia Mate Larangeira – e o processo de expropriação de terras habitadas pelos povos indígenas, que loteou todo o território, na época, Província de Mato Grosso, para a implementação de atividades agropastoris e para a ocupação do espaço por não-indígenas. A seguir, faremos, de maneira breve, algumas considerações sobre cada um desses acontecimentos e as consequências para os povos Kaiowá e Guarani.

2.1 Guerra do Paraguai (1864 - 1870)

O território que hoje constitui o estado de Mato Grosso do Sul permaneceu povoado, quase que exclusivamente, por populações indígenas até o início da Guerra do Paraguai (BRAND, 1997). Pereira (2014) reforça que, antes do combate, a população não-indígena na região se limitava a poucos empreendimentos militares e missionários e estava reduzida a poucos fazendeiros e às famílias de seus agregados, que viviam em porções restritas do território. Com o início da Guerra, também chamada de “Guerra da Tríplice Aliança”, entre Brasil, Argentina e Uruguai, de um lado, e o Paraguai, do outro, a então província de Mato Grosso foi invadida por tropas militares. Consequentemente, por conta do conflito, os povos Kaiowá e Guarani que habitavam o local se dispersaram para outras áreas. Brand (1997) aponta que o confronto alterou o “isolamento” de parte importante da região que compreende, atualmente, o município de Dourados.

O fim das batalhas se deu com a morte de Francisco Solano López Carrillo, presidente do Paraguai e Comandante das Forças Armadas do país durante a Guerra. Os ex-combatentes estrangeiros permaneceram nos territórios brasileiros e passaram a atuar como mão de obra no ciclo ervateiro.

2.2 Companhia Mate Larangeira

De acordo com Brand (1997), no período pós-guerra, uma comissão encarregada de restabelecer os limites entre Brasil e Paraguai percorreu os territórios habitados pelos Kaiowá e Guarani. Esses locais consistiam em grandes ervais nativos. Dessa comissão, fazia parte o empresário Thomaz Laranjeira, que foi autorizado a colher erva-mate na então província de Mato Grosso por meio da sua companhia, passando a operar nos territórios ocupados pelos indígenas. No fim do século XIX, a companhia já havia garantido o monopólio dessa extração na região, ultrapassado 5 milhões de hectares de terras, tornando-se o empreendimento privado com uma das maiores áreas arrendadas do País (BRAND, 1997).

É preciso lembrar que, como a Mate Larangeira se estabeleceu em territórios ocupados pelos Kaiowá e Guarani, os ervais ficavam em áreas conhecidas e manejadas por eles. Por esse motivo, a mão de obra indígena foi fundamental na exploração da erva-mate na região (CHAMORRO, 2015). No entanto, o trabalho deles era ocultado para que a região fosse considerada “desocupada”, portanto, passível de arrendamentos. Diversos pesquisadores descrevem o trabalho árduo realizado por esses povos no ciclo ervateiro, carregando implementos ou grandes cargas de folhas de erva-mate nas costas por enormes distâncias. Depoimentos recolhidos por Brand (1997), dos próprios Kaiowá e Guarani, revelaram a violência contra eles, como trabalhos forçados para o “pagamento de dívidas”, geralmente adiantamento de mercadorias que nunca seriam quitadas, péssimas condições de trabalho, além de castigos por conta de resistências à exploração, além de mortes, muitas vezes por excesso de trabalho.

2.3 Criação das Reservas Indígenas

A partir das primeiras décadas do século XX, com a perda dos direitos exclusivos da Mate Larangeira sobre os ervais nativos

da região, iniciou-se um novo processo de colonização da faixa do Brasil com o Paraguai, pelo qual diversos “povoadores”, geralmente procedentes da região sul do Brasil, passaram a adentrar nas terras onde viviam os povos indígenas (MURA, 2019).

No período, entre 1915 e 1928, o Serviço de Proteção ao Índio instituiu oito reservas indígenas, com áreas de até 3,6 mil hectares, sendo duas em territórios dos Guarani e seis em territórios dos Kaiowá, e deixou o restante das terras à mercê dos colonos.

Quando a Reserva Indígena de Dourados (RID) foi criada, em pleno território Kaiowá, os Guarani já viviam na região por conta do trabalho nos ervais. Já a chegada dos Terena ao local se deu, principalmente, com os deslocamentos demográficos realizados nas primeiras décadas do século XX, devido a participação deles na implantação da rede de telégrafos, que se estendeu até cidades localizadas na fronteira, como Ponta Porã e Bela Vista (Mato Grosso do Sul). Após a conclusão desses trabalhos, muitos deles permaneceram na região e foram incorporados como mão de obra nas fazendas de criação de gado que estavam sendo implantadas no local (PEREIRA, 2014).

É importante destacar que o Estado Brasileiro participou, ativamente, de todo esse processo. Por meio da atuação do SPI, os indígenas foram levados para espaços extremamente reduzidos, absolutamente incompatíveis com a organização social e territorial deles. Ou seja, a instituição que deveria ser protecionista, na verdade, liberava as terras para o novo processo de colonização (MURA, 2019).

A política de criação das Reservas Indígenas para o confinamento desses povos, concebidas nos moldes do pensamento ocidental, visava, além de transformá-los em mão de obra barata, inviabilizar o modo de ser deles. Dessa forma, pensava-se que o “estilo” de vida nativo estava destinado a desaparecer e, para isso, era necessário desarticulá-los.

3. Produção da não-existência

Antes de iniciar as reflexões sobre como se dão as influências do pensamento moderno no fazer jornalístico, é preciso compreender como essa lógica operou – e ainda opera – sob a produção da não-existência, ou seja, da exclusão, da segregação e da marginalização dos moradores da Reserva Indígena de Dourados, situação que culminou no que indicamos, anteriormente, em uma espécie de “abismo social” entre a população indígena e não-indígena.

Boaventura de Sousa Santos (2002) caracteriza o pensamento moderno como um “pensamento abissal”, que se destaca pela capacidade de produzir diferenças visíveis e invisíveis, estabelecidas através de linhas que dividem a realidade social entre “deste lado da linha” e “do outro lado da linha”. Essa divisão é tão radical que “o outro lado da linha” passa a ser invisível, ausente, ou seja, não-existente. As diferenças visíveis estruturam a realidade social “deste lado da linha” e se fundam nas diferenças invisíveis, ou seja, nas próprias distinções entre este e o outro lado da linha. A característica fundamental desse pensamento é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Podemos perceber que esse pensamento divide o mundo entre sociedades metropolitanas e coloniais, de tal modo que as realidades e práticas existentes do “lado de lá da linha”, ou seja, nas colônias, não podem pôr em xeque a universalidade das teorias e práticas que vigoram do “lado de cá da linha”, nas metrópoles (SANTOS, 2002).

Nesse mesmo sentido, Santos (2002) nos lembra que isso acontece porque o pensamento moderno impôs um modelo de racionalidade, o qual ele denomina de “razão indolente”, baseada em uma compreensão ocidental e eurocêntrica de mundo, regida pela “branquitude” como padrão. Em sua forma metonímica – que toma uma das partes como a totalidade –, essa razão produz as dicotomias que, ao mesmo tempo que separam, também

hierarquizam: homem/mulher; civilizado/primitivo; branco/índio; colonizador/colonizado.

Assim, essa mesma forma metonímica produz monoculturas que legitimam a não-existência por meio do saber; do tempo linear; da classificação social; da escala dominante; e, por último, do modo de produção (SANTOS, 2002). Por meio dessas monoculturas, podemos entender como essa lógica opera.

A Reserva Indígena de Dourados, que é habitada por diferentes etnias, deve ser caracterizada como um sistema “multiétnico”, ou seja, um lugar em que as “fronteiras” entre essas diversas etnias são permeáveis, o que resulta em um fluxo de pessoas e de valores entre elas. É importante destacar que transitar ou transpor as fronteiras não implica em dissolvê-las, e sim, em reconhecê-las (PEREIRA, 2014).

Pela lógica da *monocultura do saber*, esses indígenas permanecem excluídos, já que seus saberes, costumes e práticas religiosas e culturais, tanto da etnia Kaiowá, quanto das outras (Guarani e Terena), não fazem parte dos “cânones” de conhecimento e de produção intelectual e artística legitimados pelo pensamento hegemônico. Na perspectiva da *monocultura do tempo linear*, esses povos permanecem invisibilizados por seus modos de organização social, dados como primitivos, tradicionais ou, até mesmo, “atrasados”. No processo de *classificação social*, a não-existência é verificada sob a forma de inferioridade em relação aos não-indígenas, ou seja, pela naturalização da hierarquização de membros de uma mesma sociedade, a Humana. Na monocultura da *escala dominante*, que privilegia o universal e o global em detrimento do local, essa inferioridade é produzida sob a incapacidade de conceber as características de organização social dessas populações como uma alternativa aos modos de viver da modernidade. Por último, na lógica *do modo de produção*, que assenta na monocultura dos critérios capitalistas, em que a geração de lucros é primordial, a

exclusão desses povos é produzida sob a ideia de improdutividade, preguiça e desqualificação para o trabalho.

Diversos pesquisadores lembram que o modo de viver baseado no sistema capitalista impactou, de maneira decisiva, a vida desses, assim como de outros indígenas do Brasil. Na década de 1960, ainda no período de atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi imposto aos moradores da Reserva a divisão da terra entre as famílias de diferentes etnias. A intenção do órgão era, principalmente, incutir nos indígenas a ideia de propriedade privada. De acordo com Pereira (2014), inicialmente, os Kaiowá demonstraram grande resistência a esse tipo de prática, principalmente por motivos religiosos, não aceitando a ideia de “recortar” a terra em lotes, algo inconcebível em seus costumes. No entanto, eles foram convencidos de que essa seria a única forma de assegurar algum espaço, já que a terra estava sendo fragmentada e as famílias que chegavam iam se estabelecendo e ocupando o espaço, aceitando os “pedaços” que lhes eram ofertados pelas autoridades (PEREIRA, 2014). Atualmente, a Reserva está totalmente loteada, tanto na aldeia Jaguapiru como na aldeia Bororó.

Em relação aos meios de sobrevivência, a agricultura para a produção de alimentos é cada vez menos praticada e menos prestigiada entre os indígenas da Reserva de Dourados, ou seja, eles “vivem na terra, mas não vivem da terra” (PEREIRA, 2014). A maioria das famílias é forçada a recorrer ao serviço remunerado, sejam aqueles realizados nas próprias aldeias ou fora delas, principalmente ao trabalho em usinas de açúcar e álcool, nas plantações de cana, soja e milho, nos frigoríficos e no comércio das cidades da região de Dourados.

4. Jornalismo e o outro lado da linha

Como já mencionado, o jornalista e o leitor fazem parte do mesmo bolo social. Alberto Dines (2009) nos lembra que a imprensa

reflete a própria sociedade a que ela serve, ou seja, não está descolada dos consensos ou dissensos produzidos por essa sociedade.

É imprescindível destacar que o jornalismo praticado atualmente tem as suas raízes no século XIX. Com forte influência do Positivismo e, posteriormente, reafirmado pelo Funcionalismo, incorporou, em sua *práxis*, elementos fundamentais do pensamento moderno. Cremilda Medina (2008) destaca que, ainda hoje, das redações às disciplinas acadêmicas do Jornalismo, reproduzem-se os dogmas propostos por Auguste Comte. Entre eles, a busca incessante pelos fatos, em si, além do uso de dados concretos como única forma de afirmar ou explicar determinado fenômeno. Nelson Traquina (2012) nos lembra que, ainda no século XIX, quando o jornalismo ganhou o *status* de produzir informação, foram forjados os valores que ainda hoje o acompanham, como verdade, independência e objetividade, descritos em manuais meramente tecnicistas da profissão.

Entendemos que a lógica que determina a percepção da população em relação aos povos indígenas e que produz a não-existência desses povos, também opera sobre o fazer jornalístico. As questões relacionadas aos Kaiowá, Guarani e Terena e à Reserva de Dourados continuam presentes, em maior ou menor intensidade, nas notícias veiculadas pela imprensa regional (sul-mato-grossense) e nacional.

Entre as coberturas mais emblemáticas relacionadas à Reserva, podemos citar o caso das mortes de dezenas de crianças indígenas, ocorridas em 2005, nas aldeias Jaguapiru e Bororó. Priscila Viudes (2007), que em seus estudos analisou as narrativas construídas pelo jornal impresso *O Progresso*, o mais antigo da cidade de Dourados, destacou que a desnutrição, que resultou nas mortes, foi tratada como um problema isolado, fragmentado, com o ocultamento do motivo central: a questão da terra. A pesquisadora apontou ainda o fato de os indígenas não serem ouvidos pelos jornalistas, ou seja, de serem “protagonistas sem voz”.

O silenciamento das vozes indígenas pelo jornalismo também foi revelado em estudos mais recentes, que realizei em 2014, com o objetivo de identificar os discursos produzidos pela cobertura jornalística do ataque ao acampamento indígena *Guaiviry*, localizado a cerca de 150 quilômetros de Dourados. Os Kaiowá e Guarani que ocupavam a área foram atacados por pistoleiros. O conflito resultou na morte do cacique Nísio Gomes. O caso permeou jornais de todo o país e também foi repercutido pela imprensa internacional. Os resultados desta pesquisa também evidenciaram a construção de discursos estigmatizados e preconceituosos desses povos, além da influência das elites econômicas e políticas na construção das notícias sobre o tema nos portais Campo Grande News, G1 e Folha Online (QUEIROZ, 2014).

Em pesquisas sobre a representação do indígena em jornais impressos, Brand, Foschaches e Catônio (2008) também concluíram que as relações de poder, decorrentes dos interesses econômicos, principalmente os ligados ao agronegócio, condicionam e interferem na abordagem para a produção das notícias.

Em 2016, a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, visitou povos Kaiowá, Guarani e Terena em Mato Grosso do Sul. Em comunicado feito ao fim de sua missão no Brasil, a ativista destacou sua preocupação, sobretudo com a apresentação distorcida de importantes atores do país – entre eles, a mídia – que retratam os povos indígenas como “detentores de grandes extensões de terra em comparação com suas populações, quando na verdade é o setor do agronegócio que detém um percentual desproporcional do território brasileiro”³.

3. Matéria veiculada no portal da ONU-Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatora-especial-da-onu-sobre-povos-indigenas-divulga-comunicado-final-apos-visita-ao-brasil/>. Acesso em 20 fev. 2020.

No Brasil, o agronegócio não tem apenas poder econômico, mas também, força política. A bancada ruralista, composta por deputados e senadores, sempre esteve entre as maiores no Congresso Nacional. A partir de 2019, com a posse do presidente Jair Bolsonaro, candidato da extrema direita, vencedor das Eleições de 2018, as frentes parlamentares ganharam força e, com isso, houve diversos retrocessos no que tange à proteção e à garantia de direitos aos povos indígenas. Essas relações de poder têm, constantemente, transformado a imagem dos povos indígenas em uma espécie de “obstáculo” ao desenvolvimento e ao crescimento econômico do país, discurso reproduzido por grande parte da imprensa hegemônica.

Como observamos, o silenciamento de vozes, que corrobora com a produção da não-existência, gera mais marginalização. A falta de contextualização histórica, social e econômica, ou seja, a forma fragmentada com que os assuntos são tratados por setores conservadores da imprensa, privilegiando apenas os fatos, em si, não oportunizam nenhuma reflexão acerca da vida desses povos indígenas, da relação com a terra e, até mesmo, da violação de direitos dessas populações.

Um caminho, apontado aqui por Boaventura de Sousa Santos, perpassa por um jornalismo que desafia a razão indolente, que arrisca ir na contramão do pensamento hegemônico e que, dessa forma, transgride as relações de poder. Refletir sobre o que e sobre quem está do “outro lado da linha”, ou até mesmo questionar a própria existência da “linha”, podem ser os primeiros passos.

Referências

BRAND, A. J. **O impacto da perda de terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. 1997. 382 f. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BRAND, A. J.; CATONIO, A.; FOSCACHES, N. G. O Índio sob o foco da imprensa escrita: uma análise da representação do indígena na imprensa escrita nacional (2005-2007). In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2008, Dourados-MS. **Anais Intercom Centro-Oeste, 2008**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008. v. 10. p. 37-38.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CHAMORRO, G. **História Kaiowa**: das origens aos desafios contemporâneos. São Bernardo do Campo, SP: Nhanduti Editora, 2015.

DINES, A. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

DUPRAT, D. “A reserva de Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo”. **Assessoria de Comunicação Social Ministério Público Federal (MPF)**, 2013. Disponível em: <mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/atuacao-do-mpf/encontros-1/xi-encontro/entrevista-dra-deborah-questao-indigena-e-presidio-federal-em-campo-grande>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LIMBERTI, R. de C. P. O índio guarani-kaiowá da reserva indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil: Um olhar semiótico. **Revista Polifonia**, Cuiabá, n. 18, p. 169-184, 2009. Disponível em <cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/332.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MEDINA, C. A. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. 1. ed. São Paulo: Summus, 2008.

MIQUELETTI, E. A. **Os casos de desnutrição infantil indígena e a mídia**: constituição de imagens e de sentidos. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2007.

MURA, F. **À procura do ‘bom viver’**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: <acnur.org/fileadmin/Documentos/

portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PEREIRA, L. M. A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. **Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs**. Disponível em <anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt21-1/8809-a-atuacao-do-orgao-indigenista-oficial-brasileiro-e-a-producao-do-cenario-multi-etnico-da-reserva-indigena-de-dourados-ms/file>. Acesso em: 20 jan. 2020.

QUEIROZ, T. K. B de. **Discursos e sentidos da cobertura jornalística: o caso Guaiviry em Mato Grosso do Sul**. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**, São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em <rccs.revues.org/1285>. Acesso em: 20 ago. 2019.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo I**. Porque as notícias são como são. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular Livros, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia. Curso de Ciências Econômicas. **Perfil socioeconômico de Dourados – MS, 2018**. Dourados: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Dourados, 2018. 132 p. Disponível em: <dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioecon%C3%B4mico-de-Dourados-2.pdf>. Acesso em 20 de fev. 2020.

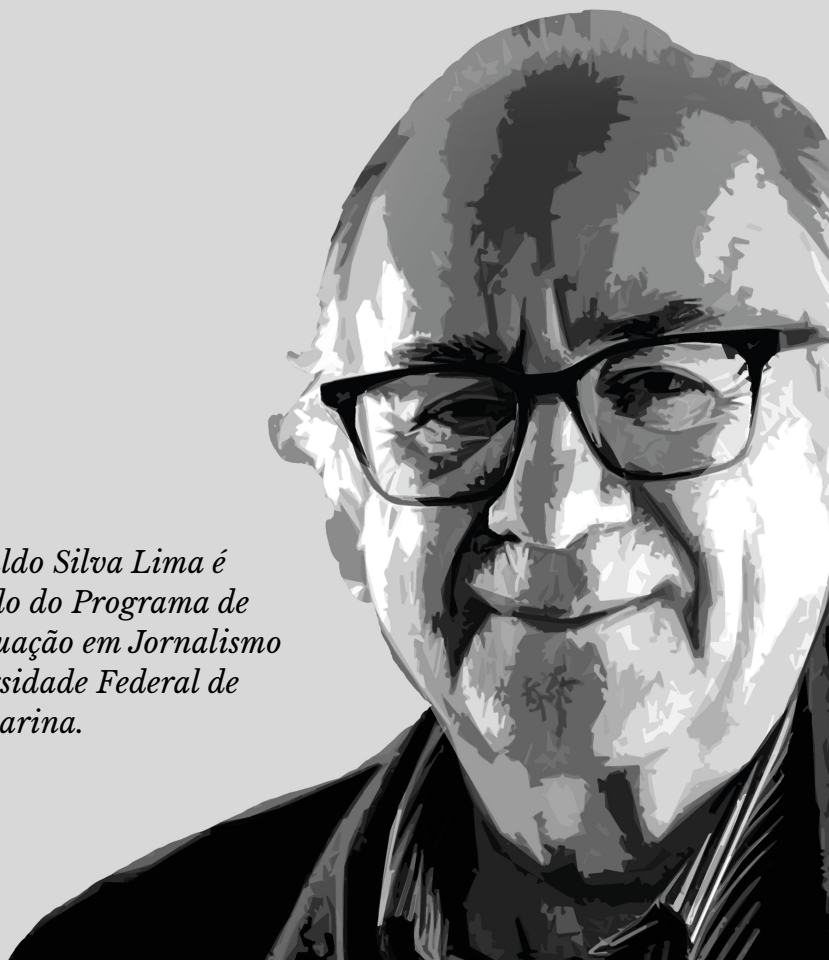
VIUDES, P. **Índios nas páginas d'O Progresso: representações da desnutrição infantil no jornal**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

Capítulo 4

Por uma ecologia de saberes na seleção de fontes jornalísticas: a cobertura da tramitação do acordo de salvaguardas tecnológicas EUA-BRASIL na Folha de S.Paulo

*Marisvaldo Silva Lima**

** Marisvaldo Silva Lima é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 4

Por uma ecologia de saberes na seleção de fontes jornalísticas: a cobertura da tramitação do acordo de salvaguardas tecnológicas EUA-BRASIL na Folha de S.Paulo

Marisvaldo Silva Lima

1. Introdução

Esse escrito de caráter ensaístico parte da noção de ecologia de saberes, fundamentada na concepção do sociólogo Boaventura de Sousa Santos e da perspectiva de jornalismo como uma forma de conhecimento que potencialmente serve tanto à manutenção dos sistemas de crença amplamente compartilhados quanto à sua superação, assim como ao enriquecimento e emancipação cultural daqueles que consomem notícia.

O jornalismo é uma forma de conhecimento que dar a saber sobre os acontecimentos do mundo e sobre essa prática profissional legitimada incidem as condições sociais e políticas correntes. Dessa forma, ao dar voz a fontes informativas que defendem pontos de vista e ratificam posições de mundo nos materiais informativos, a mídia jornalística contribui para a construção de visões de mundo, a consensos sociais e a uma chamada opinião pública.

Nesse sentido, o objetivo deste escrito é discutir como a seleção de fontes no jornalismo pode contribuir (ou não) para uma ecologia de saberes (SANTOS, 2004). Tendo como ponto de partida que a constituição de uma ecologia de saberes deve considerar as populações historicamente silenciadas a fim de reconhecer a diversidade e as diferenças, acredito que um conhecimento emancipatório no jornalismo pode ser esboçado a partir da pluralidade de vozes presentes no discurso jornalístico, mas não se encerra nesse aspecto. A fim de corroborar minha linha de pensamento, analiso neste ensaio quatro materiais informativos publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo* que tratam da tramitação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), firmado entre Estados Unidos e Brasil no ano de 20219 que permite a exploração comercial da Base de Lançamento de Alcântara, localizada na cidade de Alcântara, no Estado do Maranhão, e, entre outros pontos críticos, ameaça o direito ao território étnico das comunidades remanescentes de quilombos daquela região.

Este ensaio se empenha em realizar uma aproximação entre o conceito de ecologia de saberes com o ecossistema midiático através de uma interface do processo noticioso: a escolha de fontes de informação, na qual como resultados obtidos as fontes oficiais apresentam uma aparente hegemonia, conforme aponta a literatura especializada (SCHIMITZ, 2011; CHAPARRO, 2001; SIGAL, 1973). Nesse sentido, defendo que o jornalismo deve considerar outros saberes na construção de suas narrativas oriundos são só das camadas oficiais do poder, mas também advindos do cidadão comum.

2. Ecologia de saberes e seleção de fontes jornalísticas

O conceito de ecologia dos saberes, formulado por Boaventura de Sousa Santos (2004), se apoia na concepção epistemológica que considera os diferentes saberes na sociedade a partir do rompimento das linhas imaginárias que perpassam duas cartografias estabelecidas consensualmente nos âmbitos político e

econômico. A primeira se relaciona com o poder, em que uma linha abissal divide o norte global do sul colonizado; e a segunda envolve o saber, em que a linha separa e hierarquiza o conhecimento científico de outros tipos de conhecimento e “ignorâncias”.

Ecologia de saberes é um conceito que tem se consolidado interdisciplinarmente nas últimas duas décadas. Fruto da epistemologia decolonial, o pensamento ecológico tem sido adotado por várias áreas a fim de discutir não só a descentralização do saber científico, mas construir uma via de mão dupla entre tal conhecimento e outros produzidos socialmente. A concepção de ecologia empregada por Boaventura requer, antes de tudo, a extinção da monocultura epistemológica, a ser substituída pelo reconhecimento, coexistência e interação entre os multi/pluri conhecimentos.

Para explicar a noção de ecologia de saberes, Santos (2004), recorre, inevitavelmente, à questão da hegemonia e dominação do conhecimento científico na sociedade moderna. A hierarquização atual dos conhecimentos classifica aqueles considerados “científicos” e os “tradicionais, alternativos ou periféricos”. Para o autor, no entanto, é preciso dissipar tal dualidade para que se possa construir um diálogo em que não haja conhecimentos superiores ou inferiores, pois, os saberes, sejam eles considerados científicos ou não, são permeados de incompletude. O autor acredita que é a incompletude que vai proporcionar canais para o diálogo entre as formas de conhecimentos. Esse diálogo horizontal é por ele denominado de ecologia de saberes.

Em entrevista, Sousa Santos (2014) sinaliza que pensar uma ecologia de saberes implica em negar a existência de uma epistemologia geral e a adoção de um pensamento pós-abissal que considere a diversidade epistêmica do mundo, os saberes, as práticas sociais e as práticas culturais. Entretanto, “[...] a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica” (SANTOS, 2007, p. 28).

De acordo com o autor, o relacionamento dialógico a que se propõe a ecologia de saberes “consiste em conceder ‘igualdade de oportunidades’ às diferentes formas de saber envolvidas em disputas epistemológicas cada vez mais amplas, visando a maximização dos seus respectivos contributos para a construção de ‘outro mundo possível’ [...]” (SANTOS, 2004, p. 19) e o fortalecimento das lutas sociais em prol da democracia.

A ecologia de saberes surge como uma resposta à crise epistemológica na ciência moderna, resultante do constante reconhecimento de que há uma diversidade de saberes e práticas para além daqueles produzidos nos âmbitos científicos e acadêmicos. Ao propor um diálogo horizontal e uma articulação entre as multi/pluri formas de saber, se pretende evitar a desqualificação mútua, assim como buscar novas configurações de conhecimentos (SANTOS; MENESES; NUNES, 2006, p. 14).

Um questionamento importante para o desenvolvimento deste escrito é: de que forma é possível aproximar o conceito de ecologia de saberes do ecossistema jornalístico? Acredito que há inúmeras possibilidades de incorporação da ecologia de saberes nos processos que envolvem o ecossistema jornalístico, mas, para atender aos objetivos aqui elencados, observo apenas um aspecto desse processo: a seleção de fontes pelo jornalismo.

Partindo do entendimento de que o jornalismo constrói um conhecimento singular a partir da interação entre jornalistas e suas fontes informativas, é possível afirmar que o processo noticioso envolve aprendizado de saberes socialmente distribuídos que se dá, antes de tudo, na seleção de tais fontes e informação. Como afirma Schimitz (2011), “as fontes, detentoras do ‘conhecimento acerca de’, desenvolvem uma gestão do que conhecem e recorrem a um epicentro de ressonâncias, a mídia, para transformar um conhecimento pessoal ou social (da organização) em conhecimento compartilhado” (SCHIMITZ, 2011, p. 16).

Nas últimas décadas, há uma corrente de pensamento, especialmente desenvolvida entre os estudiosos da comunicação, que aborda especificamente o jornalismo como uma forma de conhecimento socialmente compartilhada. Essa ideia, entretanto, não é recente e começa a tomar forma com os estudos de Robert E. Park sobre a notícia ainda na década de 1940.

Park (1940) identificou a notícia como uma forma de conhecimento e apontou o papel interacionista exercido pelos meios de comunicação e sua importância na disseminação de conhecimento cotidiano. Ele destaca que “[...]a multiplicação dos meios de comunicação tem feito com que qualquer um, mesmo nas partes mais distantes do mundo, possa participar dos eventos - pelo menos como ouvinte, senão espectador - enquanto esses acontecem em alguma outra parte do mundo.” (PARK, 1940, p. 69).

No Brasil, a chave do jornalismo como uma forma de conhecimento tem como principal expoente Adelmo Genro Filho, para quem o jornalismo é uma forma social de conhecimento centrado no singular. Genro Filho (2012) concorda parcialmente com o ensaio de Park, mas considera a sua visão de “grau de conhecimento” limitada e reducionista do potencial daquilo que as notícias veiculam. A concepção de Park considera que o jornalismo desempenharia a mesma função que a percepção. Genro Filho, no entanto, dá um passo a mais e adota a concepção de gênero de conhecimento em que “[...] o aspecto central desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela via da singularidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

Adelmo se debruça em sua obra *O segredo da pirâmide* em uma abordagem que tem o jornalismo como um modo peculiar de dar a conhecer sobre o mundo. A notícia, para ele, seria “uma forma social de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção” (GENRO FILHO, 2012, p. 10). Por essa via, entendemos então que no processo noticioso, um conhecimento preexistente é acessado e um novo conhecimento é gerado pelas notícias.

Eduardo Meditsch, em *O conhecimento do jornalismo* (1992), também aborda o jornalismo enquanto uma nova forma de acesso à realidade. Nitidamente inspirado pela obra de Genro Filho, o autor defende que “o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a Ciência. Ele simplesmente revela diferente. E, ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (MEDITSCH, 1992, p. 4).

O Jornalismo, enquanto instância produtora de conhecimento sobre e para a sociedade, tem como principal produto a notícia, resultado de um processo de seleção, enquadramento e contextualização de informações que tem como um dos componentes essenciais dessa cadeia a interação entre jornalistas e fontes. Fontes que informam, opinam, discordam e disputam o argumento sobre determinados temas.

Como ressalta Victor Emanuel dos Santos Amaral (2006), “no principal nível de interação do processo construtivo da informação os protagonistas são, por um lado, os jornalistas ligados a uma organização, cuja missão é transmitir notícias; por outro, os diversos atores que servem (e se impõem) como fontes que fornecem as informações suscetíveis de se transformarem em notícias” (AMARAL, 2006, p. 25-26).

São também as fontes que favorecem a construção de consensos de confiabilidade sobre o material jornalístico. Quanto maior a credibilidade social da fonte escolhida, maior será o entendimento de que a notícia trabalha com informações de boa procedência. Amaral (2006) destaca, neste sentido, que “há uma rede estável de fontes, maioritariamente institucionais, que alimenta as necessidades de cobertura informativa da qual se alimenta todo e qualquer órgão de informação” (AMARAL, 2006, p. 27).

Há uma diversidade de fontes informativas às quais recorrem os jornalistas durante o processo noticioso, assim como um variado número de pesquisadores responsáveis por diversas

classificações na bibliografia especializada sobre esse tema. Lage (2001) classifica as fontes quanto à natureza, sendo elas pessoais, institucionais ou documentais, e quanto ao seu grau de confiabilidade junto às instituições jornalísticas. Já Chaparro (2001) classifica as fontes em sete categorias a fim de dar conta da variedade das fontes de informação no jornalismo, desde as documentais até as organizacionais.

Em seu modelo classificatório das fontes de informação jornalística, Schimitz (2011) simplifica essa multiplicidade (ver Quadro 01), em que as organiza quanto à categoria, grupo, ação, crédito e qualificação. O autor define ainda as fontes no jornalismo como “[...] pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia” (SCHIMITZ, 2011, p. 9).

Quadro 01 - Matriz de classificação das fontes de notícias

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária Secundária	Oficial Empresarial Institucional Popular Notável Testemunhal Especializada Referencial	Proativa Ativa Passiva Reativa	Identificada Anônima	Confiável Fidedigna Duvidosa

Fonte: Schimitz (2011, p. 23).

Nesse escrito, discorre-se especificamente sobre quais as principais fontes selecionadas pelo jornal Folha de S. Paulo na construção das notícias sobre a tramitação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre Estados Unidos e Brasil e de que forma é

possível identificar a presença ou não de uma ecologia de saberes na seleção das fontes noticiosas.

3. Classificação de fontes na cobertura

O AST EUA-Brasil foi assinado em 18 de março de 2019 na capital norte-americana, durante a primeira viagem presidencial de Jair Bolsonaro. Posteriormente, tramitou durante os meses de maio a dezembro do mesmo ano no Congresso Brasileiro e foi promulgado no dia 5 de fevereiro de 2020 pelo presidente da república. O documento prevê a exploração comercial do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), localizado na cidade de Alcântara, litoral maranhense, a partir de 2022.

Apesar de colocada como necessidade prevista desde o início das atividades espaciais em Alcântara, na década de 1980, a ampliação da base esteve colocada como possibilidade desde a assinatura do primeiro AST entre Brasil e Estados Unidos, no ano 2000, e se ampara em argumentos de cunho mercadológicos em prol do lucro financeiro advindo do “aluguel” da base, como aponta o estudo do Instituto de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “tendo em vista que o mercado de lançamento de satélites movimentava bilhões de dólares anualmente, mostra-se interessante analisar as possibilidades de inserção do Brasil no setor. Para isso, compreender o CLA de maneira mercadológica é fundamental para tal análise.” (IPEA, 2018, p. 21).

A aprovação do AST implica diretamente na execução do projeto de expansão da base que prevê que somados aos 9,3 mil ha já demarcados como área pertencente ao CLA, sejam acrescentados mais 12 mil ha. A área corresponde a toda a faixa litoral nordeste do município, onde residem mais de 2.100 pessoas, distribuídas por 27 comunidades, conforme dados divulgados por meio da Carta aberta dos movimentos sociais a Congresso Nacional, publicada em junho de 2019. O acordo demarca um novo momento na história espacial do Brasil e traz novamente à cena midiática os conflitos entre comunidades remanescentes e CLA.

O levantamento realizado na plataforma online do jornal Folha de S.Paulo levou em consideração o período de tramitação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Estados Unidos e Brasil, no período de 23 de maio de 2019 a 19 de dezembro de 2019, utilizando busca por palavras-chave. Foram encontradas inicialmente 15 ocorrências em todo o acervo no período demarcado, sendo, posteriormente, excluídos os materiais que não fazem parte do gênero informativo, como artigos de opinião, e também notícias que não se relacionam diretamente com o AST EUA-Brasil, restando em quatro materiais informativos, conforme apresentado no Quadro 02.

Quadro 02 - Fontes acionadas durante a tramitação do acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Estados Unidos e Brasil na Folha de S.Paulo

Matéria	Data	Fontes	Classificação
Acordo EUA-Brasil depende de desfecho com UE, diz secretário de comércio americano	30 jul. 2019	Secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross	Oficial
		Presidente americano, Donald Trump	Oficial
		Presidente da Fiesp, Paulo Skaf	Empresarial
Documentos contradizem versão de ministro sobre ampliação de base de Alcântara	11 out. 2019	Documentos do grupo de trabalho	Referencial
		Ministro Marcos Pontes	Oficial
		Ministério de Ciências e Tecnologia	Oficial
		SEPIR	Oficial
		Deputada federal Área Carolina (PSOL-MG)	Oficial

Câmara aprova acordo que permite uso comercial da base de Alcântara	22 out. 2019	Partido Democrático Trabalhista	Institucional
Senado aprova acordo entre Brasil e EUA para uso da base de Alcântara	12 nov. 2019	Relatório da Global Marketing Insights de 2018	Documental

Fonte: Autor (2020)

Nota-se a proeminência de fontes oficiais na construção dos materiais noticiosos publicados pela *Folha de S.Paulo*, nos materiais que possuem combinação de mais de uma fonte. Apesar de nossa análise observar um número pequeno de materiais informativos e em apenas um veículo informativo, percebe-se que a adoção da fonte oficial é uma prática hegemônica nesse veículo. Há também, em menor número, fontes que são de classificação documental, institucional, empresarial e de referência.

As fontes oficiais no primeiro texto informativo são, o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross e o presidente do país norte-americano, Donald Trump. Já o segundo material que apresenta fontes oficiais se centra no ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes; em emissões do próprio Ministério de Ciência e Tecnologia - MCTI; na Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial – SEPIR; e na deputada federal Áurea Carolina (PSOL-MG). E onde estão os moradores atingidos por essa proposta de abertura comercial? Quem fala em nome deles? Quem argumenta em prol do direito dessas comunidades ao território étnico reconhecido, mas que carece de titulação?

Notadamente, a formalização do AST EUA-Brasil ocasionou uma mobilização das representações quilombolas e moradores dessas comunidades por conta da perspectiva de novos

remanejamentos naquela região¹. Entretanto, o que se percebe é que não houve a inserção de fontes populares (moradores ou líderes comunitários), ONG's e instituições que representem as comunidades quilombolas (por exemplo, o MABE - Movimento dos Atingidos pela Base Espacial; ACONERUQ - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; ou a Terra de Direitos), no período de sete meses que marcou a tramitação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Nem mesmo as fontes documentais originadas a partir das perspectivas das comunidades foram consideradas no jornal *Folha de S.Paulo*. Note-se o documento intitulado Carta de Alcântara ao Congresso Nacional², publicado no dia 28 de junho de 2019 e assinado por cinco movimentos sociais cobrando atenção das autoridades às ameaças ao território quilombola já reconhecido em Alcântara com a assinatura do AST.

Portanto, é possível verificar que nesse caso específico e no período analisado, o veículo realiza uma cobertura que se centra nas versões “oficiais” e que abre espaço para a argumentação somente de um lado dos grupos de interesse. Ainda que não se observe nessa análise os enfoques e enquadramentos dados aos textos, é bastante crível (e verificado em outros trabalhos acadêmicos) que o grupo de fontes oficiais haja em uníssono na defesa do projeto de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Sobre as fontes oficiais, Sigal já apontava 40 anos atrás a presença elevada de fontes desse tipo no jornalismo de referência da época. Analisando os jornais *The New York Times* e *The Washington*

1. Durante a década de 1980, 312 famílias de 32 comunidades quilombolas foram remanejadas para implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Apesar a mobilização dos moradores à época, a retirada das famílias aconteceu de forma compulsória de seu território tradicionalmente ocupado.

2. A esse respeito ver: global.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Carta-ao-Congresso-Nacional_AST_Quilombolas-de-Alcantara-Junho2019.v2.pdf

Post, ele chegou à conclusão de que “há mais notícias emanadas por fontes oficiais do que por qualquer outra fonte” (SIGAL, 1973, p. 131). Ainda que em muito o jornalismo tenha se modificado nas últimas décadas, a preferência por informações oriundas de fontes oficiais no jornalismo tradicional parece permanecer um consenso, como aponta Schimitz (2011).

Justamente por serem munidas do prestígio da insuspeição de seus argumentos e serem dotadas de certa representação política, social e econômica, esse tipo de fonte detém o poder de, em grande parte das coberturas, definir o enquadramento que receberá um assunto, convertendo-se no que Hall (1999, p. 61) chama de definidores primários, ou seja, fontes que definem o direcionamento primário de determinado tema social nos meios de comunicação.

Por conta de sua notoriedade e capacidade de gerar impactos na vida de uma maioria de cidadãos (CHAPARRO, 2001, p. 61), as fontes oficiais também têm poder de criar acontecimentos públicos com potencial de noticiabilidade (SCHIMITZ, 2011, p. 12) e na grande maioria das vezes estão ligadas ao poder político e econômico (LOPES, 2016, p. 76). Em síntese, uma fonte oficial é “alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios, companhias públicas, etc” (SCHIMITZ, 2011, p. 25).

Considerações possíveis

Pensar a operacionalização de uma ecologia de saberes no jornalismo a partir da seleção de fontes é um vetor que permite evidenciar como os veículos de mídia legitimam desigualdades sociais, já que, no caso analisado dos materiais informativos sobre a tramitação do AST EUA-Brasil, percebe-se que não há a presença

de vozes populares e suas representações nos textos, apesar ser uma proposta que afeta diretamente o cotidiano das pessoas das comunidades. O jornal também não repercute as inúmeras manifestações, audiências públicas e outras movimentações via internet ou presencialmente que tenha sido elaborada pelas famílias que residem no município de Alcântara/MA.

A meu ver, uma ecologia de saberes conduzida pelo caminho da seleção de fontes deve considerar a pluralidade de vozes que podem contribuir na construção de um texto noticioso. Isso quer dizer, ir além do número de fontes citadas em uma texto e significa não hierarquizar fontes de forma a não privilegiar determinadas vozes por seu conhecimento técnico acerca do tema abordado, em detrimento daquelas que, com acesso restrito ao ecossistema midiático, acabam sendo silenciadas no processo noticioso.

No nível prático, os moradores daquela região, por sua vivência e experiências de vida e luta em prol do direito ao território e por serem aqueles que mais serão impactados pela proposta, caso se concretize, podem contribuir com o jornalismo de referência apresentar outras perspectivas que enriqueçam o entendimento de um acontecimento que envolve questões sociais, políticas e econômicas de interesse internacional.

Pensar a lógica da seleção de fontes e garantias de acesso ao ambiente midiático pelo prisma do pensamento epistemológico do Sul, na perspectiva de Santos (2007), nos apresenta, ainda que a título de esboço, uma forma de contrapor a hegemonia das fontes oficiais no jornalismo *mainstream*, pois, o pensamento ecológico aplicado ao jornalismo é antes de tudo um convite à reflexão e debate sobre (e com) as vozes subalternizadas do sul comunicacional.

Como bem lembra João Arriscado Nunes (2008), para que exista uma ecologia de saberes é preciso entender que “reconhecer a validade e dignidade de todos os saberes implica

que nenhum saber poderá ser desqualificado antes de ter sido posto à prova a sua pertinência e validade em condições situadas” (Nunes, 2008, p. 62). Portanto, a título de reflexões primárias, o que se observa é que a cobertura do acontecimento em questão não restringe o entendimento do público e silencia aqueles que também poderiam contribuir com o jornalismo.

É preciso considerar também que nossa análise se centra em um formato específico de fazer jornalístico, portanto, antes de tecer conclusões categóricas sobre como a cobertura jornalística amplia ou restringe a participação de quilombolas no jornalismo, é preciso averiguar também como outros modelos e formatos jornalísticos lidam a pluralidade das fontes no processo noticioso.

Referências

AMARAL, V.M.S. **Os temas e as fontes na imprensa regional da cidade da Guarda**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Disponível em: <repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6923>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

CARNEIRO, F.F.; KREFTA, N.M.; FOLGADO, C.A.R. A práxis da ecologia de saberes: Boaventura de Sousa Santos. In: **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, 8(2), 331-338, jun., 2014.

CHAPARRO, M.C. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012. 240p.

HALL, S.; CHRISTCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B.. A produção social das notícias: Os mugging nos media. in: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo**: questões teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999.

IPEA. **Texto para discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevistas e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOPES, F. Os jornalistas e os constrangimentos que atormentam a profissão: entre as pressões do mercado e a imposição das fontes de informação. In: **Estudos de Jornalismo**, n.º 6, v. 1, dezembro de 2016.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis, Editora da UFSC. 1992.

NUNES, J.A. O resgate da epistemologia. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2008, ed. 80, p. 45-70.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, C. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo, Cultrix, 1976.

SANTOS, B. S. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. Madison, Dez 2004. Disponível em: <boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: <scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M.P.; NUNES, J.A. Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes. In: **Hiléia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia**. ano 4, n.º 6. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Universidade do Estado do Amazonas, 2006.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia**: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 239 p.

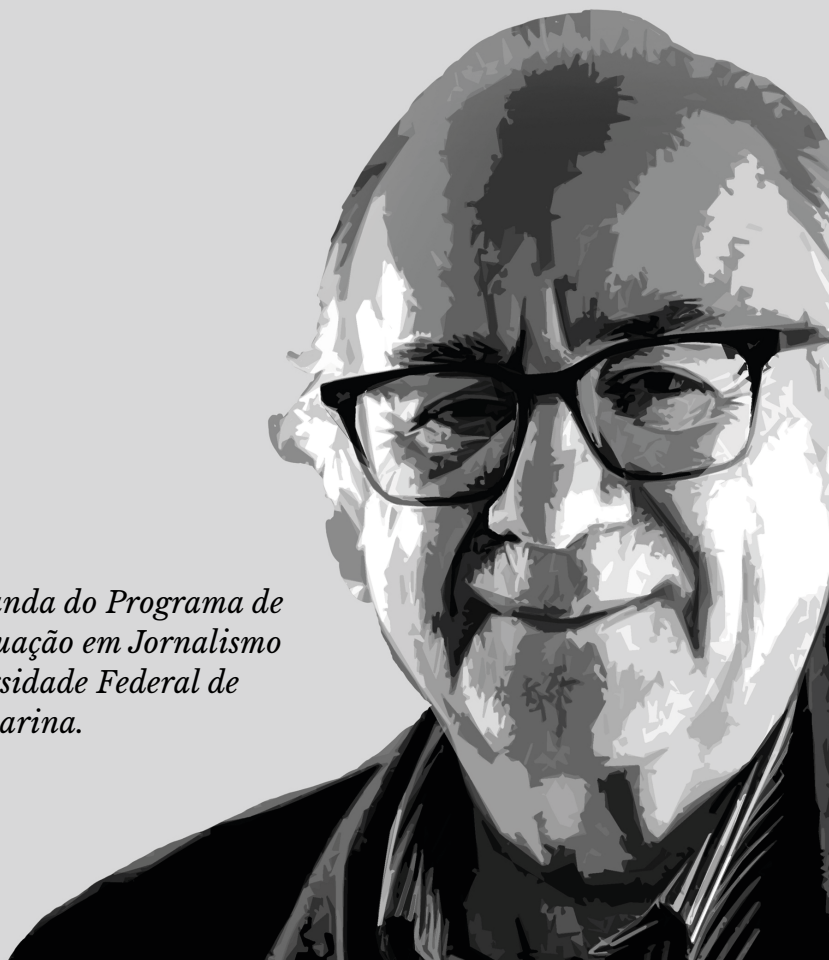
SIGAL, L.V. **Reporters and Officials: The Organization and Politics of Newsmaking**. 2 ed. New York D.C. Heath and Company, 1973. 221 p.

Capítulo 5

Jornalismo e direito das mulheres: a abordagem da mídia nos casos de feminicídio

*Malena Wilbert**

** é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 5

Jornalismo e direito das mulheres: a abordagem da mídia nos casos de feminicídio

Malena Wilbert

“Por que as mulheres - cujos corpos trouxeram a este mundo todas as pessoas que já viveram e que não apenas procriam, mas nutrem as crianças e reproduzem diariamente suas famílias - devem ser alvo de tanta violência, incluindo as caças às bruxas?”

Silvia Federici

1. Introdução

Na legislação brasileira os direitos das mulheres são reconhecidos muito recentemente: apenas em 2002 a falta de virgindade deixou de ser motivo para anulação do casamento. Até 2005, o termo “mulher honesta” – expressão utilizada para servir de parâmetro comparativo e desqualificar as que não correspondem aos estereótipos designados ao gênero feminino – ainda fazia parte da Constituição Federal. A Lei Maria da Penha – que garante punições mais severas para a violência doméstica – é de 2006. Apenas agora, em 2021, o ministro do Supremo Tribunal

Federal, Dias Toffoli, fixou entendimento que veta o uso da tese da legítima defesa da honra, utilizada nos tribunais para absolver réus em casos de feminicídio. A violência de gênero vem sendo propagada ao longo da história, entendê-la como crime é que é recente (WAISELFIZ, 2015).

Em 2015, com a sanção da lei pela então presidenta Dilma Rousseff, os crimes de homicídio praticados contra mulheres por conta da sua condição de gênero passaram a ser qualificados com o agravante de *feminicídio*. O contexto da alteração da lei, que caracteriza o feminicídio como um crime hediondo, foi uma resposta ao crescimento alarmante do assassinato de mulheres. Em três décadas – de 1980 a 2013 – houve um aumento de 252% (WAISELFIZ, 2015). Mas, como lembra Boaventura Sousa Santos (2013), “às transformações ocorrem primeiro na lei e só muito lentamente vão influenciando as instituições e conformando as mentalidades e as subjetividades”.

O Brasil ainda ocupa o quinto lugar no ranking dos 83 países que mais matam mulheres. Durante a pandemia do coronavírus, a situação piorou: houve um aumento de 22,2% dos casos de violência contra a mulher entre março e abril (início do isolamento social), o que representa 143 mulheres sendo mortas por serem mulheres nos 12 estados durante esse período. Os dados são do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, que realizou a pesquisa “Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid-19”¹, a pedido do Banco Mundial. Fazendo um mapeamento em redes sociais, o estudo também identificou um crescimento de 431% nos relatos a respeito de brigas de casal por vizinhos entre fevereiro e abril de 2020. Infelizmente, esse fenômeno, o do aumento da violência contra a mulher durante a pandemia, tem sido observado globalmente. Porém, embora os números de feminicídios tenham aumentado, contraditoriamente, as denúncias em canais oficiais

1. Disponível em: forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf.

diminuíram. Além do Brasil, Espanha, França e Estados Unidos tiveram aumento nos casos de homicídio e feminicídio enquanto os registros de denúncias caíam. A hipótese sustentada pela pesquisa é que por conta do isolamento as mulheres que sofrem violência não podem sair de casa para realizar a denúncia ou não têm coragem de fazê-la sendo que, sem renda ou com renda diminuída, terão que voltar para o mesmo lar que o agressor.

Além das subnotificações de agressões, existe também a dos casos de feminicídio, e isso não é um fato novo: em 2018, o Monitor da Violência – iniciativa do portal G1 junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – realizou um levantamento concluindo que os números de feminicídio reportados no Brasil são subnotificados². De acordo com o portal, “alguns estados admitem não fazer o monitoramento estatístico do feminicídio por conta de dificuldades técnicas e falta de transparência”. Ao todo, 12 dos 26 estados brasileiros admitiram não ter estatísticas referentes a esta modalidade de crime, o que indica que muitos casos ainda estão sendo tipificados como homicídio comum, sem agravante, ou de maneira incorreta, como ‘crime passionnal’ ou latrocínio”. O Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinep)³ deveria ser uma plataforma integrada de todos os boletins de ocorrência do Brasil, mas não tipifica feminicídio em sua base de dados, o que deixa no escuro as estatísticas nacionais. A importância de quantificar os casos, além de chamar atenção para o problema, é coletar dados para propor ações mais efetivas no combate à violência contra a mulher lançando “fundamentos científicos para quantificar esses crimes cuja dimensão autêntica ainda permanece no escuro” (COPELLO, 2012).

2. Disponível em: g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-femicidio-sao-subnotificados.ghtml.

3. Disponível no site do Ministério da Segurança Pública, o SINESP é uma base integrada de todos os boletins de ocorrência registrados em território nacional. dados.mj.gov.br/dataset/sistema-nacional-de-estatisticas-de-seguranca-publica/resource/7c83c32d-5c14-4260-8942-9ee604817fd7.

Em sociedades de ideologia liberal, os discursos sobre crime tendem a associá-los às “ideias de vontade e de escolha livres, particularmente enraizadas na nossa tradição de individualismo e responsabilização individual” (SIMÕES, 2006). Embora, evidentemente, os fatores individuais devam ser considerados em qualquer narrativa, perspectivas críticas enfatizam a necessidade de abordagens mais abrangentes. É com essa reflexão que é proposta uma análise crítica a respeito dos enfoques que a mídia adota ao noticiar crimes de feminicídio, problematizando a forma como o discurso jornalístico pode colaborar para a manutenção de estereótipos de gênero. De início, proponho um primeiro questionamento. É comum que se publique “ciúmes ou inconformidade com o fim do relacionamento” como a razão para os crimes. Mas que tipo de mentalidade social permite que homens acreditem que esses são motivos legítimos para assassinar mulheres?

2. O pensamento abissal e a desigualdade de gênero

Para Boaventura de Sousa Santos, “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal”, caracterizado pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções. Para o autor, essas distinções são classificadas em um sistema de “visíveis e invisíveis”, dividindo a realidade social em dois universos distintos: “deste lado da linha e do outro lado da linha”. Por esse pensamento, o outro lado da linha desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, sendo que a “inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível”.

Durante a Modernidade, no contexto sociopolítico da consolidação dos Estados liberais na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o pensamento abissal gerou o que Santos (2002) chama de *razão indolente*, uma razão subordinada ao conhecimento hegemônico do

ocidente. Um de seus componentes, a *razão metonímica*, obcecada pela ideia de totalidade sob forma de ordem, cria dicotomias apoiadas em hierarquias, uma vez que “uma das partes é transformada em termo de referência para as demais”. Ou seja, o que é ideal para uma das partes torna-se referência única para o todo.

Uma das lógicas em que a razão metonímica se sustenta é a da *classificação social* baseada na naturalização das diferenças e, por consequência, dessas hierarquias. Santos explica que duas de suas manifestações mais salientes são raça e gênero quando, de acordo com esta lógica, “a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque é natural”. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior”.

Em outras palavras, a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade (SANTOS, 2002), é incapaz de reconhecer outras formas de existir ou conhecer, é um aporte para entender, entre diversas outras, a hierarquia onde o homem é a parte que representa o todo do gênero humano. As mulheres são o que se diferem do todo, portanto, inferiores. Essa lógica – do feminino como subordinado ao masculino, que por sua vez é o ponto de referência que cria o padrão estabelecido para a totalidade – é questionada por Simone de Beauvoir na introdução do primeiro volume da sua obra mais conhecida, “O Segundo Sexo”. Na obra, Beauvoir discorre sobre a forma como as mulheres são vistas como seres incompletos perante aos homens. Foi definido que homens são fortes, corajosos, virtuosos, inteligentes, estão certos. As mulheres, do outro lado da linha abissal, são o que sobra: frágeis, covardes, limitadas, erradas, uma falha. São o segundo sexo, nunca podendo comparar-se ao primeiro, aquele que define de forma geral o padrão para a humanidade. “Está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada”.

As reflexões propostas por Santos também convergem com a definição de gênero descrita por Heleieth Saffioti e Suely de Almeida, que descrevem as relações homem/mulher como uma “gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas”, pelas quais até mesmo as relações sociais entre mulher-mulher são controladas pelo poder masculino, que impõe os limites da atuação das mulheres e “determinam as regras do jogo”. As autoras salientam que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero “que cotidianamente é alimentada por homens e mulheres” é tida como natural. “A melhor maneira de apresentar qualquer ideologia como a verdade consiste em situar suas raízes fora do único lugar em que elas nascem: o tecido social” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). A partir do momento em que religião e discursos com pretensão científica justificam a submissão feminina ela não pode mais ser contestada, é vista como algo previsto por direito divino ou biológico, portanto, imutável.

Entre as condutas normatizadas pela hierarquia de gênero está a violência, um componente de controle social da dominação masculina. “Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Os estereótipos que foram criados e socialmente alimentados ao longo dos séculos enclausuravam mulheres em papéis que lhes são atribuídos pelos homens e, quando não correspondem a esses papéis, a violência costuma ser a resposta “disciplinadora” para a insubmissão. Globalmente, mais de uma a cada três mulheres já vivenciaram algum tipo de violência de gênero. Com a entrada no mercado de trabalho e a busca pela independência, os papéis de gênero começam a se tornar difusos. As mulheres passaram a reivindicar seus direitos. Os homens, sentindo sua posição de dominação desafiada, respondem com mais violência (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Como expoente máximo desta

hierarquia violenta está o feminicídio: o assassinato de mulheres *porque* são mulheres, um fenômeno que ocorre há séculos e ainda não é devidamente reconhecido.

3. O que é um feminicídio?

O conceito de feminicídio começou a ser debatido entre feministas na década de 1970, mas como destacado por Diane Russell, não se trata de um fenômeno recente. “Desde a queima de bruxas no passado, até o costume mais recente e difundido do infanticídio feminino em muitas sociedades, até o assassinato de mulheres por ‘honra’, percebemos que o feminicídio está ocorrendo há muito tempo”.

Na América Latina, o conceito de feminicídio foi introduzido pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de Los Ríos (2006) no contexto de uma série de assassinatos de mulheres não solucionados em *Ciudad Juárez*, na fronteira do México com os Estados Unidos. Para Los Ríos, os crimes de feminicídio são uma consequência de falhas do estado de direito que favorecem a impunidade. Los Ríos adaptou o termo “femicídio” (tradução direta do inglês) para “feminicídio”, fazendo com que correspondesse a sua dimensão social. Com isso, buscava manter a premissa de um conceito capaz de refletir não apenas a responsabilidade individual dos autores dos assassinatos, mas também sua dimensão sociocultural e institucional, ou seja, não se trata somente de considerar o gênero das vítimas, mas também a construção social desses crimes de ódio, a impunidade e a falta de políticas públicas para combater essa realidade.

Em contraste com as feministas estadunidenses, que nunca tiveram adesão significativa ao conceito, as latino-americanas começaram a adotar amplamente o termo, uma mobilização que gerou resultados. Atualmente, 17 países da América Latina têm leis que tipificam o crime de feminicídio, entre eles o Brasil. Além

de agravar a pena para quem comete esse tipo de crime, o aspecto mais importante da tipificação é chamar atenção para o fenômeno promovendo maior compreensão sobre suas características. Desta forma, é possível coletar dados que contribuam para o aprimoramento de políticas públicas que visam coibir a violência contra a mulher (PRADO; SANEMATSU, 2017). Reconhecer que essas mortes ocorrem por razões específicas, nem um pouco neutras ou naturais, possibilita que sejam analisadas formas de se combater o feminicídio. As construções sociais não são imutáveis, portanto, o assassinato de mulheres por razão de gênero é crime evitável.

Em 2014 foi criado o Modelo de Protocolo latino-americano de investigação de mortes violentas de mulheres por razões de gênero, visando fornecer um guia prático para orientar a atuação de profissionais e incorporar uma perspectiva de gênero na investigação e persecução penal nos crimes contra a vida de mulheres. Formulado com base na realidade latino-americana, o documento enumera os principais desafios a serem enfrentados na correta categorização dos crimes de feminicídio, entre eles o despreparo, os estereótipos e preconceitos presentes nos próprios operadores judiciais e “ausência de análise das agressões contra mulheres como parte de um fenômeno global de violência de gênero”, fatores impeditivos para que a investigação ocorra sob a perspectiva correta.

Reconhecendo a grande complexidade e abrangência do conceito, o Modelo de Protocolo define os tipos mais comuns de feminicídio subdivididos em duas categorias, diretos ou indiretos. Na categoria diretos se inserem as mortes de mulheres e meninas como resultado de violência doméstica, perpetrada por parceiros ou ex-parceiros; o assassinato misógino de mulheres em qualquer situação; feminicídios cometidos em nome da “honra”; feminicídio em situações de conflito armado (como estratégia de guerra, opressão ou conflito étnico); relacionadas com o pagamento de um dote; relacionadas à identidade de gênero (transfóbicos) e à orientação

sexual (lesbofóbicos); infanticídio feminino e a seleção de sexo baseada no gênero (feticídio) e os relacionadas à origem étnica e à identidade indígena.

Por feminicídio indireto se entendem mortes resultantes de abortos inseguros; a mortalidade materna; mortes não intencionais causadas por práticas culturais misóginas (como mutilação genital); mortes decorrentes de negligência, privação de alimento ou maus tratos e omissões deliberadas por parte de funcionários públicos ou agentes do Estado em casos que a morte poderia ser evitada. Embora esses sejam os casos em que a morte por razões de gênero ficam mais explícitos, é salientado que “outras formas de mortes violentas de mulheres também podem ter motivações de gênero” (MODELO DE PROTOCOLO, 2014).

Sucintamente, o conceito foi formulado para ser uma ferramenta para decodificar uma realidade que se perpetua há séculos, mas não era devidamente interpretada e reconhecida. Muitas foram as contribuições, especialmente de feministas latino-americanas, para aprimorá-lo e fazer com que a morte violenta de mulheres por conta da sua condição de gênero fosse devidamente contextualizada e seus reais motivos, a misoginia e o machismo, fossem enfrentados. Ao mesmo tempo em que podemos ver avanços visíveis – como a criação de leis e protocolos de orientação para que o conceito seja implementado nas políticas públicas de combate a violência, muitos são os desafios, o que pode ser observado em crescentes números de violência contra a mulher e subnotificações de casos, que muitas vezes são tratados como “crime passionai” ou “crime de honra”, o que indica um grande caminho a ser percorrido na luta dos direitos das mulheres.

4. O feminicídio nas notícias

Desde 2010 o Instituto Patrícia Galvão, em parceria com a ANDI – Comunicação e Direitos, realiza e apoia uma

série de pesquisas de monitoramento e análises da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. Em resumo, uma das conclusões é que a principal lacuna da cobertura é justamente a ausência de análises mais profundas entre o fato noticiado e suas causas estruturais. Outro ponto levantado foi a ausência de informações sobre serviços de proteção à mulher – a maioria dos materiais analisados pelos levantamentos do Instituto não faziam menção a eles (ARAÚJO, 2018). Entre 2010 e 2015 – período anterior à lei do feminicídio – houve um aumento do espaço dedicado à violência contra a mulher, mas “verificou-se que a dinâmica editorial havia se alterado pouco em termos de conteúdo”. Um estudo mais recente “Imprensa e Direito das Mulheres: Papel Social e Desafios na cobertura sobre feminicídio e violência Sexual”, publicado em 2018, também pela ANDI, monitorou notícias sobre feminicídio e violência sexual de jornais de todas as regiões do país por seis meses e chegou às mesmas conclusões: as matérias são focadas apenas na morte em si, sem considerar toda a estrutura que colaborou para que ela ocorresse. Pouco se discute como aquele crime poderia ter sido evitado, que tipo de ajuda aquela mulher poderia ter recebido do Estado ou que tipo de mudanças devemos promover na sociedade para que a violência não se repita.

Outro ponto levantado por essas análises foi a violação do direito à memória e à privacidade, quando são publicadas fotos dos corpos das mulheres mortas e detalhes sensacionalistas sobre as circunstâncias da sua morte (como o número ou local de perfurações, estado em que foi encontrada, etc). Muitas vezes os materiais informativos expõem a família e a vítima com fotos e informações que deveriam ser restritas às autoridades. Estes dão detalhes que podem prejudicar investigações, violam a privacidade, a memória da vítima e da família, fornecem um “mini manual” para a prática da violência contra a mulher” (ARAÚJO, 2018)

e reforçam estereótipos de gênero quando procuram possíveis justificativas para o crime, como um suposto comportamento sexual inadequado da vítima, as roupas que ela vestia ou consumo de álcool, por exemplo. Em vez de se falar de violência de gênero, é reforçado o senso comum de “crime passional”, alegando que os motivos são ciúmes ou inconformidade com o fim da relação, uma forma de romantizar o crime e desresponsabilizar o agressor que, por essa lógica, estava “fora de si”, “descontrolado”, “transtornado”. Essa também é uma forma de culpabilização da vítima, reforçando a ideia de mulheres como manipuladoras, malvadas, traiçoeiras, que “mereceram” ser disciplinadas.

Orientada por esses trabalhos, realizei um levantamento das notícias sobre feminicídio veiculadas em 2019 pelo site *Notícias do Dia*, um dos portais jornalísticos mais acessados de Santa Catarina. Excluindo colunas, textos reproduzidos de outros jornais e vídeos, cheguei a 55 notícias.

Dos 55 materiais analisados, apenas seis explicam o que caracteriza um crime de feminicídio em congruência com seu conceito e com a lei brasileira. Duas matérias apenas informavam que o crime era considerado feminicídio, pois “ocorreu em contexto de violência familiar” e outra justificava “pela condição da vítima ser mulher”, dando a entender que feminicídio era apenas um correspondente de homicídio. Todas as notícias sobre feminicídio assinadas pelo portal ou por seus redatores em 2019 estavam na editoria de “polícia”. Embora duas notícias publicadas – dias 4 e 8 de março, dia da mulher – estivessem na categoria “Direitos Humanos”, ambas eram reprodução da Agência Brasil, portanto não produzidas pelo portal catarinense.

Enquanto três notícias alegaram ciúmes para motivação do crime; dez citavam inconformidade com o fim do relacionamento; duas, abusos de drogas e problemas psicológicos e, no caso de duas

meninas mortas pelos seus padrastos, o relacionamento com suas mães. A desigualdade de gênero e o machismo só foram citados em duas matérias, ambas especiais sobre o crescimento do número de feminicídios no Brasil

Com essa análise, retorno ao questionamento proposto no início deste texto: que tipo de mentalidade social permite que se acredite que ciúmes e inconformidade com o fim do relacionamento são motivos legítimos para assassinar mulheres? É dever do jornalista “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias” (FENAJ, 2007). Se é assim, porque a mentalidade que aprisiona mulheres como um subordinado coletivo e as coloca vulneráveis a diversos tipos de violência é tão pouco questionada nas notícias?

O discurso jornalístico a respeito do feminicídio é pouco qualificado, e isso é causa e consequência da falta de questionamentos. Como exemplo, uma notícia veiculada no dia 29 de novembro de 2019, que trata do assassinato de uma menina de 12 anos, encontrada morta ao lado do ex-padrasto, que se suicidou em seguida. Assim como em outros casos de meninas assassinadas, a motivação do crime ficou restrita ao relacionamento do assassino com a mãe da vítima:

Polícia não descarta feminicídio em morte de adolescente em Joinville

A respeito do relacionamento do casal – padrasto e mãe da adolescente -, o delegado informou que houve uma série de “separações e voltas”. Os dois estavam juntos há aproximadamente três anos e viviam uma relação conturbada, segundo vizinhos. “*A possibilidade de feminicídio é uma das hipóteses que estamos trabalhando*. Porém, isso só poderá ser confirmado com o decorrer do inquérito, *caso fique estabelecido que a convivência entre o casal tenha motivado as mortes*”, explica [o delegado responsável pelo caso] (Notícias do Dia, 2019, grifos meus).

Esse discurso é problemático por duas razões: primeiro, porque indiretamente responsabiliza a mãe da vítima, endossando um senso comum (muito presente em casos de abuso sexual de menores pelos companheiros de suas mães), de que quando um crime como esse acontece a culpa é da mulher, que voltou a se relacionar e expôs seus filhos ao agressor. Em segundo lugar, embora assassinar a enteada para atingir a ex-companheira seja um indicativo de feminicídio, mesmo que a convivência entre o casal não tenha motivado o crime, ele ainda deve ser investigado com uma perspectiva de gênero. Afinal, uma menina foi assassinada em um contexto familiar, independente de qual era a situação entre sua mãe e seu ex-padrasto.

Além da ausência de conexões entre os crimes de feminicídio e a desigualdade de gênero, outro ponto foi observado e deve ser problematizado: enquanto os crimes que ocorriam em classes mais altas costumam ter pelo menos uma suíte, o mesmo não ocorre quando as vítimas são de classes socioeconômicas mais baixas. As vítimas do primeiro grupo têm uma história, uma profissão e, no caso desta análise, fontes falando sobre seus sonhos e aspirações. Em contrapartida, o segundo grupo é representado apenas como um fato na estatística, na maioria das vezes sem profissão e até sem nome, elas permanecem invisíveis. Além da classe socioeconômica, outros fatores têm influência direta na forma como esses crimes são noticiados. O caso de Mirella, assassinada em 2018, exemplifica:

Homem é preso suspeito de matar travesti em Balneário Camboriú

Um homem de 35 anos foi preso preventivamente suspeito de assassinar uma travesti em Balneário Camboriú, no Litoral Norte do Estado. O crime ocorreu na madrugada do dia 4 de julho de 2018 em um terreno baldio da cidade.

Segundo a Polícia Civil, Willian da Silva Soares, mais conhecido como Mirella, de 29 anos, foi encontrado com

uma bolsa enrolada no pescoço e um corte na mesma região, em um terreno na Avenida Alvin Bauer.

De acordo com a investigação, no dia do crime o suspeito e a vítima teriam ingerido bebidas alcoólicas e drogas, além de manter relações sexuais. Em certo momento, os dois brigaram e o homem teria usado uma corrente para enforcar Mirella.

Imagens de uma câmera de segurança ajudaram a polícia na identificação do suspeito. Ele foi localizado e prestou depoimento no dia 7 deste mês, onde confessou o crime. Com as evidências, a justiça autorizou a prisão preventiva do homem, que não teve a identidade divulgada. Ele foi levado ao Presídio do Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí (NOTÍCIAS DO DIA, 2019).

Mirella não tem profissão, não tem idade. Até o segundo parágrafo da matéria ela é apenas travesti. Diferentemente do suspeito, que não teve sua identidade divulgada, o rosto de Mirella está estampado nessa notícia. Ela, nitidamente, se identificava como mulher e viveu como uma mulher. Mesmo assim, o jornal não respeitou sua identidade de gênero, divulgou seu nome de registro e utilizou pronomes masculinos para se referir a ela. Inicialmente, o caso de Mirella não fazia parte da amostra de notícias analisadas neste texto por que, mesmo com recomendações internacionais para que mortes de transexuais e travestis sejam investigadas com perspectiva de gênero, nem a polícia – única fonte ouvida – nem o jornal cogitaram feminicídio transfóbico como uma abordagem. Retornando ao pensamento de Boaventura Sousa Santos, Mirella está do “outro lado” da linha abissal. Sua causa é invisível e “não existe sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2009).

5. Considerações possíveis

A ligação entre feminicídio e desigualdade de gênero é fundamental para o entendimento de que muitas mortes violentas

de mulheres são motivadas pelo ódio, desprezo ou sentimento de posse que os homens experimentam no contexto da sociedade patriarcal. Por essa perspectiva teórica “estão sendo descobertos os múltiplos mecanismos que contribuem para criar ou aumentar certos riscos à vida das mulheres que poderiam ser evitados em uma sociedade sem desigualdades de gênero” (COPELLO). Para realmente entender o feminicídio, parte essencial do processo de combater esse tipo de crime, é necessário compreender e reconhecer que ele é a expressão extrema do machismo, final fatal de um caminho sedimentado por diversas estruturas de opressão que foram construídas através dos séculos.

Nos últimos cinquenta anos, as mulheres, junto dos povos indígenas, dos povos afrodescendentes, dos grupos vitimizados pelo racismo e da comunidade LGBT vêm lutando por reconhecimento dos seus direitos, “um reconhecimento sempre muito contestado e sempre em vias de ser revertido” (SANTOS, 2013). Diante disso, a mídia, especialmente o jornalismo, é espaço de debate e também de pressão (ANDI, 2011).

O jornalismo é um legitimador de normas, ideias e práticas e, portanto, entender como as notícias abordam o fenômeno da violência contra a mulher faz parte de um processo necessário para combatê-lo. Embora a imprensa tenha adotado o termo feminicídio desde a lei que o tipifica, é nítido que ainda não se apropriou do seu conceito, tendo dificuldades em relacionar o fenômeno às suas causas. Neste sentido, o pensamento de Boaventura Sousa Santos nos ajuda a compreender como a violência de gênero faz parte de um pensamento abissal: o masculino é forte e correto, disciplinador e dominante, deve utilizar sua força. Cabe à mulher - o outro lado da linha - ser disciplinada, dominada, violentada. Diariamente, milhares de mulheres e meninas têm sua dignidade e direito à vida desrespeitados por conta dessa desigualdade historicamente construída. Embora importantes, leis específicas não são o suficiente para mudá-la. Primordialmente, é necessário justamente

questionar: por que as mulheres – chefes de família, pesquisadoras, amigas, estudantes – são alvo de tanta violência?

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: Um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARAÚJO, L. **Imprensa e direitos das mulheres**: Papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2018. Coordenação editorial Marisa Sanematsu.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo, volume I**: fatos e mitos. 4. ed., trad. Sérgio Milliet, Difusão Européia do Livro, 1970.

COPELLO, P.L. Apuntes sobre el feminicidio. **Revista de Derecho Penal y Criminología**: Universidad Externado de Colombia, Colombia, v. 8, n. 3, p.119-143, jun. 2012.

FENAJ. 2007. Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, ES. Disponível em: <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

HEISE, L., Violencia contra las mujeres: un marco ecológico integrado. In: BACKHAUS, A.; MEYER, R. (Orgs.). **Violencia de género y estrategias para el cambio**. Manáguá: GTZ/Proyecto de promoción de políticas de género, p. 27-65, 1999.

MODELO DE PROTOCOLO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE MULHERES POR RAZÕES DE GÊNERO (FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO). Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; Escritório Regional para as Américas e o Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Brasília: ONU Mulheres, 2014.

NOTÍCIAS DO DIA, 2019. **Homem é preso suspeito de matar travesti em Balneário Camboriú**. Disponível em: <ndmais.com.br/noticias/homem-e-presosuspeito-de-matar-travesti-em-balneario-camboriu> Acesso em: 30 jan. 2020.

NOTÍCIAS DO DIA, 2019. **Polícia não descarta feminicídio em morte de adolescente em Joinville.** Disponível em: <ndmais.com.br/noticias/policia-nao-descarta-feminicidio-em-morte-de-adolescente-em-joinville> Acesso em: 30 jan. 2020.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. (Org.). *Feminicídio #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2017. (Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos).

RADFORD, J.; RUSSELL, D.E.H. (orgs.) **Femicide: The Politics of Woman Killing.** Nova York, Twayne, 1992.

RUSSELL, D.; A HARMES, R.; RÍOS, M.L. **Feminicídio: una perspectiva global.** Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias En Ciencias y Humanidades, 2006. (DIVERSIDAD FEMINISTA).

RUSSELL, D.; VEN, N. **Crimes Against Women: Proceedings of the International Tribunal.** 3. ed. Berkeley, California: Les Femmes, 1990.

SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, B. S. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo, Cortez, 2013.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S.; MENEZES, M.P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** 2 ed. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** N. 63, Outubro 2002: 237-280.

SIMÕES, R. **Crime, castigo e género nas sociedade mediatizadas: Políticas de (in)justiça dos discursos dos media.** Coimbra, Portugal: MediaXXI, 2011. (Coleção Media XXI)

Capítulo 6

O centro do mundo é aqui. E nós nem percebemos

*Camila Collato**

** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 6

O centro do mundo é aqui. E nós nem percebemos

Camila Collato

1. Pautas tangenciais

Brasil, novembro de 2019. Dois dias após a comemoração da proclamação da República, uma reunião no coração da Amazônia coloca em xeque o futuro do país e da humanidade. Os protagonistas refletem cores, corpos e rostos pré-republicanos, originários. Um Brasil muitas vezes ignorado pelo próprio sistema que se propõe a agregá-los: indígenas, ribeirinhos, quilombolas. O evento *Amazônia Centro do Mundo*¹, promovido pelo Instituto Socioambiental (ISA), de 17 a 19 de novembro, no Campus Altamira da Universidade Federal do Pará (UFPA), reuniu cientistas, ativistas e demais profissionais ligados à floresta para discutir sua – ou melhor, a nossa – sobrevivência.

À primeira vista constata-se uma pauta de interesse público com amplitude global e um evento em que o local de

1. Para saber mais sobre o evento: socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/amazonia-centro-do-mundo

realização traduz os discursos contrastantes que envolvem o ideal moderno de desenvolvimento já em declínio. Altamira situa-se às margens do rio Xingu e é palco de violentos conflitos agrários, sociais e ambientais, ostentando, sem orgulho, o título de segundo município mais violento do Brasil, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (CERQUEIRA, 2019).

Na Volta Grande do Xingu, a usina hidrelétrica de Belo Monte espregueia a vizinhança fluvial. Uma obra envolta em polêmicas tão grandiosas quanto suas promessas de prosperidade que, a cada dia, se veem mais desacreditadas. E como se isso tudo ainda não bastasse, uma política ambiental governamental desastrosa adicionou combustível ao fogo e a Amazônia, literalmente, ardeu diante dos olhos do mundo em agosto de 2019, levantando reações e questionamentos internacionais sobre a capacidade do país de manter a floresta em pé.

Dois meses antes do *Amazônia Centro do Mundo*, os holofotes da imprensa voltavam-se para uma garota sueca de dezessete anos, que instigava a juventude a olhar para o futuro enquanto presente. Greta Thunberg, fundadora do movimento *Fridays For Future*, participou do Encontro de Cúpula para a Ação Climática das Nações Unidas, em setembro de 2019, com um discurso inflamado que escancarou a incapacidade das lideranças políticas e econômicas mundiais de responderem ao óbvio: só existe um planeta Terra e nós estamos tornando-o inabitável. Junto ao coro de Greta, unem-se vozes como o grupo *Extinction Rebellion*, que tem promovido uma série de atos de desobediência civil no Reino Unido. É um novo fôlego aos movimentos ambientalistas, que desde meados do século XX, tentam chamar a atenção para nossa capacidade de autodestruição e nosso descolamento existencial com a Terra.

Porém o que mais chama a atenção diante da crise climática (já categorizada como emergência) (RIPPLE et al, 2019), não é apenas

uma nova epifania coletiva acerca da arrogância fundada sob um paradigma científico antropocêntrico insuficiente, mas quando observamos seus desdobramentos no “quintal de casa”, por assim dizer. Retornemos, então, à Amazônia de novembro de 2019.

Se levarmos em consideração uma possível cobertura da imprensa brasileira sobre o *Amazônia Centro do Mundo*, o que nos viria à mente, enquanto jornalistas e pesquisadores do campo, em um primeiro momento, seria uma análise prévia fundada sobre critérios de noticiabilidade e valores-notícia (SILVA, 2005). Claro, ressalta-se que os mesmos critérios ora consagrados por autores como Nelson Traquina, Mauro Wolf, Nilson Lage, dentre outros, são alvo de constantes discussões sobre sua adequação em um jornalismo que cada vez mais desloca-se da simples *consideração* da dicotomia sujeito/objeto para a *relação* estabelecida pelos elementos dessa dicotomia - essa sim, indissociável do fazer jornalístico.

Identificada a presença de tais valores (atualidade, proximidade, relevância, número de pessoas envolvidas e/ou afetadas, consequências universais, etc.) constata-se o fôlego e a justificativa para o desenvolvimento de uma ou várias pautas a partir do evento. Entretanto, o tangenciamento da imprensa brasileira sobre o tema ficou evidente ao pesquisarmos sobre a cobertura despendida pelos veículos. Porém, a oportunidade perdida vai além do simples figurar nas páginas impressas ou nos meios *online*, de rádio ou de televisão. Desperdiçou-se uma chance de aproximação e de atenuamento das divisões socioculturais que ainda demarcam e modificam as existências nos eixos do Norte e do Sul global.

Para prosseguimento deste ensaio, utilizarei como base uma breve pesquisa online feita a partir dos portais dos veículos de imprensa nacionais (*Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, *O Globo*, *El País Brasil*) e locais do Pará (*Diário do Pará*, *O Liberal*, *TV Liberal*) para nos debruçarmos sobre a cobertura jornalística brasileira acerca do

Amazônia Centro do Mundo. Como o *Diário do Pará* disponibiliza em seu site a cópia digital das edições impressas de forma gratuita, aproveitei a oportunidade para percorrê-las também. A lista com os links de acesso para as notícias e reportagens se encontram no anexo disponibilizado ao final deste texto.

2. A presença das ausências

Em pesquisa nos instrumentos de busca pelo termo “Amazônia” é possível detectar que os grandes jornais brasileiros de cobertura nacional, tais como *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *O Globo*, todos repercutiram com destaque, no período de 16 a 20 de novembro, os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) acerca do aumento da área desmatada do bioma. Também foram noticiados eventos relativos às agendas dos ministros do Meio ambiente e da Agricultura, nos quais ambos foram questionados sobre as atuais estratégias governamentais de preservação da floresta. Outras pautas, como políticas estaduais e seu impacto sobre a Amazônia e decisões judiciais relativas à mineração em áreas da floresta, foram destacadas. Ao todo, foram três notícias no *O Estado de S.Paulo*; duas na *Folha de S.Paulo* e oito no *O Globo*².

Regionalmente, os dois maiores jornais do Pará, *O Liberal* (Organizações Romulo Maiorana) e *Diário do Pará* (Grupo RBA de Comunicação), foram avaliados da mesma forma que os jornais nacionais mencionados anteriormente.

Em *O Liberal* identificaram-se quatro entradas com o termo “Amazônia” em destaque: uma sobre os dados de desmatamento divulgados pelo Inpe; uma sobre a liberação de recursos para pesquisas na Amazônia legal via Coordenação de Aperfeiçoamento

2. Foram excluídas as entradas de blogs de comentaristas e colunistas vinculados aos grupos citados pela excessiva repetição de conteúdo, priorizando-se notícias e reportagens de editorias regulares dos veículos.

de Pessoal de Nível Superior (Capes); uma sobre reunião entre os governadores dos estados da Amazônia Legal com o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles; e a última sobre declaração do presidente da república sobre a questão das queimadas.

Do mesmo grupo de mídia, foi possível localizar na TV Liberal, afiliada da Rede Globo, uma reportagem de três minutos veiculada no programa *Bom Dia Pará*, em sua edição de 20 de novembro, a única específica sobre o evento *Amazônia Centro do Mundo*. Um balanço discorrendo sobre a proposta do encontro, seus encaminhamentos e a relação de alguns dos participantes. Dentre eles, o cacique Raoni Metuktire, da etnia Caiapó, reconhecido mundialmente por sua luta pela preservação da floresta e das tradições dos povos indígenas – sendo inclusive indicado para o Nobel da Paz de 2020 – representou os povos originários. Não citados na reportagem, porém presentes: de parte da academia, o cientista da Terra Antonio Donato Nobre, os arqueólogos Eduardo Neves e Michael J. Heckenberger, as antropólogas Manuela Carneiro da Cunha e Tânia Stolze, o engenheiro florestal Tasso Azevedo e o cientista social Maurício Torres. Presentes ainda jovens líderes europeus dos movimentos *Fridays for Future*, *Extinction Rebellion* e da banda e coletivo *Pussy Riot*³.

Quanto ao *Diário do Pará*, a sua edição de 19 de novembro trouxe reportagem sobre o crescimento do desmatamento na Amazônia. Apesar de não ser o foco desta análise, registra-se ainda na coluna *Painel Político*, assinada por Daniele Lima, da Folhapress, nota sobre proposta de emenda à Constituição (PEC) que extinguiria o Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴.

3. Grupo de punk rock feminista russo que se tornou conhecido por realizar shows e eventos de manifestação política, em prol dos direitos das mulheres e contra políticas governamentais discriminatórias de seu país.

4. “[...] que tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008”. (BRASIL. Governo Federal. Fundo Amazônia).

Por fim, a edição de 20 de novembro trouxe uma reportagem, na capa, com o título *Onde o sonho de ser livre virou real: tradições e histórias de uma comunidade quilombola*, em razão do Dia da Consciência Negra. Trago aqui este exemplo por se tratar de uma temática que dialoga diretamente com uma das populações envolvidas na realização do *Amazônia Centro do Mundo*, apesar de não tratar diretamente do evento foco deste trabalho.

À primeira vista podemos traçar as seguintes ponderações: todos os veículos citados destacaram os dados do Inpe sobre o aumento no índice de desmatamento. Logo, inferimos que todos consideraram essa uma pauta com potencial de ser explorada pelos jornalistas e com alcance nacional e, até mesmo, internacional levando em consideração a importância da Amazônia para a regulação do clima e do regime hídrico na América Latina e de outras partes do mundo. Entretanto, todas as reportagens e notícias trazem preponderantemente fontes oficiais e documentais, reservando pouco ou nenhum espaço para a pluralidade de vozes dos envolvidos no dia a dia da floresta. Apenas a reportagem da TV Liberal, específica sobre o *Amazônia Centro do Mundo*, foge à regra.

Podemos ressaltar ainda, para engrossar as justificativas para uma possível atenção da imprensa, o cenário sociopolítico nacional no período e a crise das queimadas, que se agravou entre agosto e setembro de 2019, a qual evidenciou uma preocupação por parte da sociedade sobre a capacidade da atual gestão federal sobre o bioma. As imagens da cidade de São Paulo tomada por nuvens de chuva negra de fuligem, na tarde do 19 de agosto de 2019, acenderam o alerta na região Sudeste para uma realidade que, infelizmente, é comum há muitos anos para habitantes das cidades do Centro-Oeste e Norte do Brasil. Uma realidade convenientemente esquecida pelas metrópoles que detêm a maior concentração econômica e financeira do país, e que se beneficiam direta ou indiretamente da atividade exploratória do agronegócio e da mineração que avançam sobre a floresta.

Vislumbrando ainda um gancho internacional, o *Amazônia Centro do Mundo* foi realizado às vésperas da COP 25 - Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Chile e realizada na Espanha em 2019, após o Brasil retirar sua candidatura para receber o evento. A decisão do Governo Federal de não acolher a COP gerou reações por parte da sociedade, de organizações não governamentais e de membros dos poderes Executivo e Legislativo brasileiro. Muitos encararam a decisão como um retrocesso quanto ao protagonismo do país na área ambiental frente aos desafios globais. O principal objetivo da conferência era regulamentar o Acordo de Paris, assinado em 2015, que gradualmente inicia sua implementação em 2020 pelos países signatários.

Contraopondo-se ao cenário explicitado, encontra-se o jornal espanhol *El País*, do Grupo PRISA, em sua versão digital brasileira, lançada em 2013 e ainda em atividade. O veículo foi o único a cobrir o evento além de acompanhar periodicamente as pautas conectadas à Amazônia, em grande parte graças à atuação da colunista Eliane Brum, que também foi uma das organizadoras do encontro. A jornalista e escritora contribuiu para a cobertura do *Amazônia Centro do Mundo*, principalmente por meio de suas análises na seção Tribuna, de caráter opinativo.

Já a repórter Joana Oliveira assina duas matérias sobre o evento: *Encontro global no coração da Amazônia tenta adiar o fim do mundo*, de 16 de novembro, e *Geração 'Greta' da Amazônia luta por sobreviver antes de falar em mudança climática*, de 26 de novembro. Oliveira também produziu uma reportagem para o Dia da Consciência Negra intitulada *A Amazônia também é negra*, na qual aborda a existência de cerca de cento e cinquenta comunidades quilombolas na região e a pressão exercida sobre essas populações quanto à tomada de suas terras.

Detenhamo-nos por algumas linhas neste título da reportagem *Encontro global no coração da Amazônia tenta adiar o fim*

do mundo. O peso e a importância conferidos pela edição do *El País Brasil* se contrapõem frontalmente aos demais veículos analisados, que pouca – ou nenhuma – atenção deram ao evento. As vozes predominantemente presentes em ambas as reportagens eram as dos jovens líderes indígenas e europeus, e de representantes das comunidades ribeirinhas e quilombolas locais. Tudo ainda permeado por texturas culturais locais, como referências a lendas e também à superação das barreiras linguísticas entre os participantes.

A discrepância entre as coberturas se acentua ao ampliarmos nossa busca a outros jornais impressos e digitais brasileiros. Pontualmente encontram-se na *Gazeta do Povo* (PR), na *Agência Pública* e na versão online da revista *Exame* (mesma matéria da *Agência Pública*, replicada) notícias sobre suposta agressão dirigida a um antropólogo ligado ao setor ruralista⁵ na abertura do *Amazônia Centro do Mundo. Professor é agredido após pedir execução do hino nacional em evento sobre a Amazônia*, estampa matéria da *Gazeta do Povo*, de 19 de novembro. Na mesma data, *Agência Pública* e *Exame* destacam, por sua vez: *Fazendeiros do Pará tentam interromper debate sobre Amazônia*. Claramente, uma disputa de narrativas exposta em manchetes.

Portanto, ao analisarmos globalmente, não houve cobertura brasileira sobre o *Amazônia Centro do Mundo*, para além do *El País Brasil*. No caso do jornal *Gazeta do Povo*, privilegiou-se uma exposição das lideranças indígenas como agressoras, num discurso que se aproxima da dicotomia civilização *versus* barbárie. A escolha do termo “professor” pela *Gazeta do Povo*, demarca ainda a entrada em outro campo simbólico importante na narrativa: a da validação da presença e saber outorgadas ao antropólogo

5. O antropólogo em questão, Edward Mantoanelli Luz, é doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Brasília (UnB) e foi desligado da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) por seus posicionamentos contrários aos direitos dos povos indígenas. Currículo Lattes disponível em lattes.cnpq.br/7968984077434644.

naquele espaço por um suposto conhecimento científico superior ao dos povos tradicionais. Aos olhares não familiarizados com o tema, resta a reafirmação de preconceitos assentados sobre a ideia de que as populações indígenas são “perigosas” em contraposição ao homem branco “racional”. Traços discursivos que parecem inofensivos, mas que remetem a concepções eurocentradas dos séculos XV e XVI, as quais defendiam que os “selvagens” eram sub-humanos e, assim sendo, podiam ser silenciados (SANTOS, 2007).

3. No centro do mundo as linhas abissais se tocam

Por que esses diálogos entre indígenas, cientistas, quilombolas, ribeirinhos e jovens de países como Bélgica, Reino Unido e Rússia, representados aqui pelo *Amazônia Centro do Mundo*, não ganham espaço na mídia tradicional? O que perde o jornalismo e os leitores brasileiros com a ausência de narrativas? Teríamos nós, jornalistas, sido tão contaminados pelo *ethos* positivista-funcional que nos desumanizamos frente às pautas, não sendo capazes de enxergarmos mais nelas as histórias, mas apenas fatos fragmentados?

Não entrarei aqui no mérito da formação dos jornalistas ou das estruturas econômicas das empresas de mídia e seus valores editoriais, temas já extensivamente tratados por autores do campo. Essa reflexão volta-se ao impacto das ausências para os leitores e para o próprio processo de constituição do jornalista durante o seu fazer profissional.

Arrisco dizer, de antemão, que deixamos de lado oportunidades de conhecermos melhor a nós mesmos enquanto brasileiros, nossa realidade social, nosso papel diante da emergência climática e – por que não dizer? – de compreendermos nosso ser-estar enquanto habitantes deste planeta na contemporaneidade. Além disso, a confluência entre conhecedores da floresta, cientistas e ativistas de diferentes lugares do Brasil e do mundo em Altamira, todos partilhando do mesmo espaço-tempo, pode ser visto como um

nítido esforço de transposição das *linhas abissais* assim denominadas por Boaventura de Sousa Santos.

Para o autor, o pensamento moderno ocidental sedimentou uma série de divisões – linhas – que demarcam a possibilidade ou impossibilidade de co-presença entre norte e sul, oriente e ocidente, entre o que se diz ser *eu* e o *outro*. Em resumo, o que e quem pode ou não ter sua existência validada em um mesmo tempo e lugar. Essas demarcações virtuais que se concretizam no real permitem a reprodução de barreiras fundamentadas em ações e modos de ser-estar no mundo extremamente discrepantes, tais como a possibilidade de coexistência de uma lógica de violência/apropriação plenamente aplicável a alguns, ou seja, aos “do lado de lá da linha” versus o que o autor chama de lógica da regulação/emancipação, destinada àqueles “do lado de cá da linha”. Indígenas, ribeirinhos, quilombolas e – por que não adicionarmos ainda o recorte da juventude ao tema? – caracterizam-se, no contexto deste ensaio, como pertencentes à *linha de lá*: aqueles cujas existências – ou não-existências – servem unicamente à extração de valor a serviço de um desenvolvimentismo econômico capitalista globalizado.

Ainda na visão do autor, as linhas abissais se propagam internamente nos países, regiões e mesmo nas cidades. No Brasil, podemos correlacionar com a cisão entre as regiões Sul e Sudeste, em relação ao Norte e Nordeste. O que acontece no Sul e Sudeste é tratado pela imprensa nacional de forma privilegiada em detrimento ao que se passa no Norte e Nordeste do país. O predomínio e a dependência dos jornais localizados fora do eixo Rio-São Paulo dos conteúdos distribuídos pelas agências *Globo*, *Estado* e *Folhapress* contribui para a falta de pluralidade e para a homogeneização dos discursos (OLIVEIRA, 2014). O resultado não é apenas um afunilamento das redações regionais e a desvalorização profissional, mas também um apagamento das realidades locais nas mídias circulantes nestas localidades.

Diante desse descolamento, pouco importa para grande parte do público se Belo Monte, o agronegócio, as madeiras ou o garimpo dizem modos de vida e ecossistemas milenares, pois essas atividades alinham-se ao ideal de modernidade sedimentado ao longo de mais de dois séculos e sustentado pelo paradigma científico vigente, aquele ao qual ainda outorgamos o monopólio da distinção universal entre o que é verdadeiro e falso (SANTOS, 2007). A promessa do futuro que nunca chega, o discurso de que são necessários certos sacrifícios para haver progresso: um progresso em que as renúncias devem ser empreendidas pelos *de lá da linha* para que os benefícios sejam compartilhados ou aplicáveis aos *de cá da linha*. Ou como resume Santos, a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2011).

Tanto o uso compulsório dos conteúdos produzidos pelas agências de notícias do Sudeste, quanto a abordagem discursiva escolhida pela edição da *Gazeta do Povo*, evidenciam também o quanto a imprensa ainda se coloca como uma “indústria da informação”, adotando métodos e procedimentos de uma fábrica do sistema capitalista. E ainda o que é mais grave: carrega, em certa medida, até os dias atuais, em seu bojo, traços de uma herança burguesa que remete aos primórdios da atividade jornalística do século XIX, naquele momento, voltada à propagação da ideologia e dos interesses políticos daquela classe em ascensão (IJUIM, 2014).

Da mesma forma, se mirarmos o continente europeu, berço da ciência moderna, dos ideais iluministas e do próprio capitalismo, ainda assim neste, no Norte global, há o impacto das linhas abissais – nos guetos, nos bairros de imigrantes, no trabalho precarizado, na juventude que não consegue mais ascender a direitos econômicos e sociais básicos (NEUTEL, 2020) e nos idosos que não

mais conseguem manter uma condição de vida digna. Opera-se uma deterioração do Estado-nação, em prol do capitalismo transnacional financeiro, e um visível achatamento da classe média na última década, com o aumento do número de pessoas em risco de pobreza, grande parte resultado da globalização econômica que faz uso das novas tecnologias de informação e transporte, deslocando as estruturas industriais e de serviços para os países periféricos, onde a mão de obra é mais barata e os custos de produção reduzidos (SANTOS, 2002). Ainda nas palavras de Boaventura, “a promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em uma força produtiva, conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul” (SANTOS, 2011, p. 56).

Eis a convergência entre indígenas, ribeirinhos, quilombolas e cientistas brasileiros com a chamada “Geração Greta”. Ambos os lados, mesmo situados em polos globais distintos, lutam na contraposição à pressão de um sistema excludente e gerador de invisibilidades. Ambos dialogam para e pela manutenção de um planeta habitável nesta e para as futuras gerações. Uma reivindicação de alcance global que exige uma articulação na mesma escala para que seja ouvida.

O espaço proporcionado pelo *Amazônia Centro do Mundo* poderia ser visto ainda como um tubo de ensaio jornalístico para o florescimento de um novo tipo, ou melhor, tipos, de conhecimentos legitimados e legitimáveis que compreendam tanto os saberes dos povos originários, quanto aqueles proporcionados pelo método científico positivista-cartesiano. Dessa vez foi o Norte que veio ao Sul para aprender e compreender o que se passa na maior floresta tropical do mundo. Os jovens ativistas europeus escutaram e entraram na mata junto dos jovens Jurunas, Xikrins, Xipayas, Kaiapós e Yanomamis, e compreenderam que estes não têm outra escolha a não ser a defesa da floresta, pois essa é uma defesa do seu próprio direito de existir.

Menos hierarquias, mais interconhecimentos. Santos chama acertadamente de *ecologia dos saberes* a epistemologia que se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna), que estabelecem interações sustentáveis e dinâmicas entre si sem comprometer cada qual sua autonomia (SANTOS, 2002). Mas, como bem lembra o autor, não existem epistemologias neutras ou gerais. Desse modo, tanto o rigor acadêmico do cientista da Terra, quanto o conhecimento empírico vivencial das populações tradicionais têm validade e são aptos a contribuir um com o outro justamente porque nenhum deles, sozinho, esgota as diversas experiências de mundo.

Como o próprio autor chama a atenção (SANTOS, 2002), essa riqueza social de experiências atualmente está sendo desperdiçada sob o manto do que denomina de razão *indolente*, ou seja, um modelo de racionalidade ainda fundado sob a égide de um pensamento científico ocidental pretensamente universal, que acaba desqualificando ou invalidando outras formas de saber que não aquelas comportadas ou autorizadas por seus métodos. Ao propor a ecologia dos saberes e um novo modelo de racionalidade – uma *razão cosmopolita* – Santos faz um chamado à ação e ao reconhecimento do outro.

Abole-se assim a noção de tempo linear e reivindica-se a contemporaneidade para todos os sujeitos. Não cabem aqui noções como *atrasado* e *desenvolvido*, nem ações assentadas sobre essa lógica que se reivindiquem verdadeiramente emancipatórias. Um novo caminho se abre para o entendimento de igualdades e diferenças, todas compartilhadas e vivenciadas pelos sujeitos em um mesmo espaço-tempo. O jovem yanomami é tão cidadão desse tempo quanto o ativista belga. E o futuro já não é mais uma abstração longínqua a ser tutelada em seu tempo pelas novas e “salvadoras” descobertas científicas. O futuro já é o agora – especialmente para a Amazônia.

4. Contribuições possíveis

Sob essa ótica, uma cobertura jornalística desenvolvida nessa perspectiva contribuiria para o alargamento de horizontes do público e do próprio jornalista, auxiliando-o a cumprir de forma efetiva – e não apenas eficiente – sua função de transformação social. Avista-se aí uma similaridade com a visão de um jornalismo humanista que possa recuperar sua potência narrativa, conforme propõe Cremilda Medina (2008, p.31): “reencontrar a intuição criadora em meio ao arsenal racionalista tornou-se tarefa inadiável para os comunicadores, assim como para as demais áreas de conhecimento que beberam da visão e da metodologia positivistas do século XIX”.

Tratando-se especificamente das fontes, a ecologia dos saberes e o modelo de racionalidade cosmopolita tornam-se ainda ferramentas para a valorização da polifonia dos sujeitos e para uma menor dependência das narrativas jornalísticas ditadas pelas fontes oficiais. Hoje, no Brasil, a imprensa encontra-se impregnada pela escuta de *experts*, CEOs, altos funcionários públicos ou representantes políticos que, como lembra Lage (2001, p.28) e, “como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder”. Há assim um esforço metodológico e, por que não dizer, ético, de retomada do protagonismo das fontes primárias.

Por fim, um jornalismo produzido com essas características contribuiria ainda para a construção e efetivação de uma nova abordagem relacionadas aos direitos humanos – e, especialmente no jornalismo ambiental, na ampliação do debate da natureza enquanto sujeito de direitos. Para que uma ecologia de saberes floresça é essencial a superação não apenas do paradigma científico ocidental, mas de seu embasamento puramente antropocêntrico.

Nessa transição do *ego* ao *eco*, sem dúvidas, seremos aprendizes daqueles que da natureza nunca se dissociaram.

Referências

Brasil retira candidatura para sediar a COP-25 em 2019. **Agência EBC**. Brasília, 28 de nov. 2018. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/brasil-retira-candidatura-para-sediar-cop-25-em-2019> . Acesso em: 19 jan. 2020.

CANZIAN, F.; ALMEIDA, L. de. Especial: Desigualdade Global: Europa. A revolta da classe média. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2019. Disponível em: <temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/europa/a-revolta-da-classe-media.shtml>. Acesso em 19 jan. 2020.

CERQUEIRA, D. R. de C. et al. **Atlas da violência 2019**. 2019.

Chuva negra de SP tinha poluentes muito acima do normal, diz pesquisa. **Portal G1 - Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, 14 nov. 2019. Disponível em: <g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/14/chuva-negra-de-sp-tinha-poluentes-muito-acima-do-normal-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2020.

DISCURSO de na íntegra de Greta Thunberg nas Nações Unidas. **ONU News**. 1 vídeo (4'58"). Disponível em: <youtube.com/watch?v=mbnRv81s_9Q>. Acesso em: 19 jan. 2020.

EQUADOR. **Constituição (2008)**. Constitución de la República del Ecuador. Quito: Asamblea Nacional: Archivo Biblioteca Juan León Mera. Disponível em: <archivobiblioteca.asambleanacional.gob.ec/constituciones-del-ecuador>. Acesso em: 19 jan. 2020.

GUSSOLI, F. K. A natureza como sujeito de direito na Constituição do Equador: considerações a partir do caso Vilacamba. **XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**, 2014. Disponível em: <direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-Felipe-Gussoli-classificado-em-1%C2%BA-lugar-.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

IJUIM, J. K. Ciência e Jornalismo: Apontamentos Sobre as Ideias de Boaventura de Sousa Santos para a Compreensão do Jornalismo. **Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. Vol 04, Ano 2014. UFPR.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record: 2001. Disponível em: <nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LEMONS, V. Brasil “invisível” sofre há anos com céu escuro e chuva preta. **BBC News Brasil**. Cuiabá, 22 ago. 2019. Disponível em; <bbc.com/portuguese/brasil-49434487>. Acesso em: 19 jan. 2020.

MEDEIROS, E. O antropólogo dos ruralistas. **Agência Pública**. São Paulo, 7 dez. 2015. Disponível em: <apublica.org/2015/12/truco-o-antropologo-dos-ruralistas>. Acesso em: 19 jan. 2020.

MEDINA, C. **Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

NEUTEL, H. Um em cada quatro jovens europeus corre risco de pobreza. **TSF Rádio Notícias**, Lisboa, 17 jan. 2020. Disponível em: <tsf.pt/mundo/um-em-cada-quatro-jovens-europeus-corre-risco-de-pobreza-11719088.html>. Acesso em: 19 jan. 2020.

OLIVEIRA, H. M. Gonçalves de. Funil Midiático: retrato da presença das agências de notícias nacionais no jornalismo brasileiro de norte a sul. **Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. Volume 13, n° 26, 2014.

OLIVEIRA, P. I. de. Inpe estima em 9.762 km² desmatamento na Amazônia Legal em um ano. **Agência EBC**, Brasília, 18 nov. 2019. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/inpe-estima-em-9762-km2-desmatamento-na-amazonia-em-12-meses>. Acesso em: 19 jan. 2020.

RIPPLE, W. et al. **World scientists' warning of a climate emergency**. BioScience, 2019.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002: 237-280. Disponível em: <rccs.revues.org/1285>.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 2007. Disponível em: <journals.openedition.org/rccs/753>. Acesso em: 19 jan. 2020.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na nova transição paradigmática. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, B. de S. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo, Cortez, 2013.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. Disponível em: <periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>.

Reportagens/notícias consultadas:

AGÊNCIA BRASIL. Capes deve liberar R\$ 7 milhões para pesquisas na Amazônia Legal. **O Liberal**, Belém, 20 de nov. 2019. Disponível em: <oliberal.com/brasil/capes-deve-liberar-r-7-milhoes-para-pesquisas-na-amazonia-legal-1.214041>.

AGÊNCIA ESTADO. 'Você não vai acabar com desmatamentos nem queimadas. É cultural', diz Bolsonaro. **O Liberal**, Belém, 20 de nov. 2019. Disponível em: <oliberal.com/politica/voce-nao-vai-acabar-com-desmatamentos-nem-queimadas-e-cultural-diz-bolsonaro-1.214096>.

ANJOS, A. B. Fazendeiros do Pará tentam interromper debate sobre Amazônia. **Agência Pública**, São Paulo, 19 de nov. 2019. Disponível em: <apublica.org/2019/11/fazendeiros-do-para-tentam-interromper-debate-sobre-amazonia>.

ANJOS, A. B. Fazendeiros do Pará tentam interromper debate sobre Amazônia. **Exame**, São Paulo, 19 de nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/fazendeiros-do-para-tentam-interromper-debate-sobre-amazonia/>

AZEVEDO, A. L. Amazônia teve maior perda de floresta desde 2008, diz estudo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de nov. 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/amazonia-teve-maior-perda-de-floresta-desde-2008-diz-estudo-24085068>.

BATISTA, H. G. Desmatamento da Amazônia aumenta risco de boicote ao país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 de nov. 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/economia/desmatamento-da-amazonia-aumenta-risco-de-boicote-ao-pais-24089619>.

BORGES, A.; VARGAS, M. País pedirá verba antidesmate em COP; Bolsonaro fala que queimada é cultural. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 20 de nov. 2019. Disponível em: <sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-deve-buscar-recursos-estrangeiros-para-politica-ambiental-diz-salles,70003096535>.

BRUM, E. Amazônia Centro do Mundo. **El País Brasil**, Madrid, 15 de nov. 2019. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/opinion/1573820553_621324.html>.

BRUM, E. A Amazônia é o centro do mundo. **El País Brasil**, Madrid, 09 de ago. 2019. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/08/09/opinion/1565386635_311270.html>

DIÁRIO DO PARÁ. Edições de 16, 17, 18, 19 e 20 de nov. 2019. Pará, Belém. Disponível em: <dol.com.br/digital>.

DIAS, M. Desmatamento não prejudica comércio com os EUA, diz ministra. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 de nov. 2019. Disponível em: <1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/desmatamento-nao-prejudica-comercio-com-eua-diz-ministra.shtml>.

FERREIRA, P. Ministro diz que governo vai reduzir desmatamento ilegal na Amazônia, mas não estabelece meta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 de nov. 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/ministro-diz-que-governo-va-reduzir-desmatamento-ilegal-na-amazonia-mas-nao-estabelece-meta-1-24090434>.

GIRARDI, G. Conter desmate na Amazônia passa por monitoramento e fiscalização, dizem especialistas. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 19 de nov. 2019. Disponível em: <sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,conter-desmate-na-amazonia-passa-por-monitoramento-e-fiscalizacao-dizem-especialistas,70003094473>.

GIRARDI, G. Desmatamento na Amazônia sobe 29,5% no ano e chega perto de 10 mil km². **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 18 de nov. 2019. Disponível em: <sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,taxa-de-desmatamento-da-amazonia-sobe-29-5-no-ano-e-chega-perto-de-10-mil-km,70003093599>.

GRANDELLE, R. Inpe divulga taxa de desmatamento da Amazônia: índice pode chegar a 10 mil km² em um ano. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de nov. 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/inpe-divulga-taxa-de-desmatamento-da-amazonia-indice-pode-chegar-10-mil-km-em-1-ano-24084346>.

Governadores da Amazônia Legal se reúnem com ministro do Meio Ambiente. **O Liberal e Agência Pará**, Belém, 20 de nov. 2019. Disponível em: <oliberal.com/politica/governadores-da-amazonia-legal-se-reunem-com-ministro-do-meio-ambiente-1.214218>.

MAISONNAVE, F. Políticas estaduais influem na alta do desmatamento, dizem especialistas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 de nov. 2019. Disponível em: <1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/politicas-est>.

OLIVEIRA, J. Geração 'Greta' da Amazônia luta por sobreviver antes de falar em mudança climática. **El País Brasil**, Madrid, 26 de nov. 2019. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/11/24/politica/1574625811_669555.html>.

OLIVEIRA, J. A Amazônia também é negra. **El País Brasil**, Madrid, 20 de nov. 2019. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574164761_425337.html>.

OLIVEIRA, J. Encontro global no coração da Amazônia tenta adiar o fim do mundo. **El País Brasil**, Madrid, 16 de nov. 2019. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/11/16/politica/1573909818_879202.html>.

ORTE, P. de. 'A agricultura não tem nada a ver com a Amazônia', diz ministra Tereza Cristina sobre desmatamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de nov. 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/a-agricultura-nao-tem-nada-ver-com-a-amazonia-diz-ministra-tereza-cristina-sobre-desmatamento-24087780>.

PRAZERES, L. Governadores da Amazônia recorrem ao STF para receber R\$ 430 milhões da Lava-Jato. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 de nov. 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/governadores-da-amazonia-recorrem-ao-stf-para-receber-430-milhoes-da-lava-jato-1-24090657>.

PRAZERES, L. Decisão de Toffoli paralisa apuração de desmatamento e mineração ilegais na Amazônia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de nov. 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/decisao-de-toffoli-paralisa-apuracao-de-desmatamento-mineracao-ilegais-na-amazonia-24086357>.

Professor é agredido após pedir execução do hino nacional em evento sobre a Amazônia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 de nov. 2019. Disponível em: <gazetadopovo.com.br/educacao/professor-e-agredido-apos-pedir-execucao-do-hino-nacional-em-evento-sobre-a-amazonia>.

REUTERS. Desmatamento na Amazônia atinge em 2019 maior nível em 11 anos, diz Inpe. **O Liberal**, Belém, 18 de nov. 2019. Disponível em: <oliberal.com/brasil/desmatamento-na-amazonia-atinge-em-2019-maior-nivel-em-11-anos-diz-inpe-1.213460>.

SHINOHARA, G. Questionado sobre desmatamento na Amazônia, Bolsonaro diz para ‘não perguntar’ pra ele. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de nov. 2019. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/questionado-sobre-desmatamento-na-amazonia-bolsonaro-diz-para-nao-perguntar-pra-ele-24088665>.

TV LIBERAL. Encerra encontro ‘Amazônia centro do mundo’, que discute preservação em Altamira. **Bom Dia Pará**, Belém, 20 de nov. 2019. Disponível em: <globoplay.globo.com/v/8101923>.

Capítulo 7

Expandir o presente pela narrativa jornalística

*Gabriela Bregolin Grillo**

** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).*



Capítulo 7

Expandir o presente pela narrativa jornalística

Gabriela Bregolin Grillo

1. Jornalismo, provocador do tempo?

Produto e matéria da narrativa jornalística, o tempo presente é o substrato em que a vida se realiza. Comprimido entre um passado imutável e um futuro inerte assegurado pela narrativa teleológica do progresso da modernidade, o presente é imobilizado pela estrutura global do capitalismo que enfraquece as relações temporais e territoriais sob a dinâmica de manutenção do mercado financeiro como fim último e inalterável.

À razão indolente, compreensão de mundo que sustenta a ordem e o desenvolvimento fixos da modernidade, Boaventura de Sousa Santos (2002) contrapõe uma razão cosmopolita. Fundamentada na sociologia das ausências e na sociologia das emergências, propõe contrair o futuro e expandir o presente ao tornar visíveis as distintas experiências sociais em curso no mundo e as possibilidades de ação que tendem dessas experiências para o futuro.

Instituição primordial na construção da experiência socialmente compartilhada do tempo, o Jornalismo é pensado a partir de seu potencial na expansão do tempo presente. Enfatizo a operacionalidade do jornalismo sobre a construção da forma de compreensão do presente a partir de Carlos Franciscato (2014).

A expansão do tempo presente a partir da articulação entre a sociologia das ausências e a sociologia das emergências na narrativa jornalística é analisada em uma reportagem de Rosana Pinheiro-Machado (2019) que aborda a desigualdade social no Brasil a partir do acesso à saúde bucal.

A partir das referências mencionadas, pretendo iniciar uma resposta à seguinte questão: como pode o jornalismo expandir o presente no sentido de fornecer um substrato à transformação social? A reflexão proposta tem o objetivo de pensar a superação da colonialidade pelo Jornalismo a partir da contribuição do pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2002), marcadamente no que tange à sociologia das ausências e à sociologia das emergências.

2. Razão e temporalidade de uma teleologia

A crítica à razão ocidental é ponto de partida para o argumento de Boaventura de Sousa Santos (2002) em torno do desperdício da experiência social. Para ele, essa razão, a que denomina razão *indolente*, em sua obsessão pela totalidade e em sua concepção de tempo orientada para a sustentação desse ideal totalizador, promove uma compressão do presente que resulta na impossibilidade de apreender experiências e, por consequência, existências outras. “[...] a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. [...] A compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade” (SANTOS, 2002, p. 239).

A razão indolente estruturou o conhecimento hegemônico (tanto filosófico como científico) produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos e se manifesta em diferentes esferas sociais e políticas, desde a consolidação da ideia de Estado à planificação da história. A racionalidade ocidental tem como característica fundamental “[...] o facto de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro” (SANTOS, 2002, p. 239). A essa forma de racionalidade que desperdiça a experiência e ignora a fertilidade da multiculturalidade são atribuídas distintas manifestações, das quais Boaventura de Sousa Santos (2002) destaca duas como fundacionais: a razão metonímica e a razão proléptica.

A obsessão pela ideia de totalidade e de ordem são explicadas pela razão metonímica. Nessa racionalidade opera uma lógica comportamental única entre o todo e suas partes, para a qual não há existência fora da relação que permite a totalidade. À parte tomada como referência, se concede a justificativa de ser totalidade, para que as outras partes tenham que se adequar a seu padrão. Por isso, a razão metonímica encontra na dicotomia uma sedutora forma de pensamento, pois é uma manifestação da totalidade.

Na dicotomia, se combinam simetria e hierarquia; a aparente horizontalidade entre as partes oculta a verticalidade da relação em que uma das partes é tomada como referência para as outras. Não se admite que qualquer das partes tenha uma existência além da relação dicotômica a que foi submetida, muito menos que, além de mera parte, possa ser entendida como outra totalidade.

Assim opera o sistema de dominação colonial, apoiado em hierarquias de raça(etnia)¹ e de gênero. A sociedade moderna

1. O termo “raça” é aqui utilizado, em lugar de etnia, para evidenciar a raça enquanto categoria socialmente construída e politicamente utilizada: “o conceito de raça, tal qual fora utilizado pela biologia do século XIX, era empregado para explicar as diferenças culturais entre os povos e o modo subordinado com que foram incorporados ao sistema mercantil global pela expansão e conquista europeias. Para ser claro: abstraía-se da história e das formas sociais, econômicas e culturais para reduzir as desigualdades

constitui-se em oposição àquilo que o “outro” é, ao negro, ao indígena, ao asiático, à mulher (categorias que, por sua vez, reduzem pluralidades étnicas e culturais a conjuntos homogêneos a que o eu ocidental atribui estereótipos). Essa dicotomia, longe de estabelecer uma simetria, impõe a superioridade de um “eu” com relação a um “outro” que ele assim identifica; um outro que não responde a seus parâmetros de existência². Para Boaventura de Sousa Santos (2002), essa limitação de enxergar o outro como totalidade e, sobretudo, de validar sua existência, acaba por limitar a compreensão que a modernidade ocidental tem de si mesma.

A redução de mundo promovida pela razão indolente, para negar outros mundos, passa por negar outra marca de sua constituição: a temporalidade. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002): “A redução da multiplicidade dos tempos ao tempo linear é obtida pelos conceitos que vieram substituir a ideia sotérica que ligava a multiplicidade dos mundos, nomeadamente o conceito de progresso e o conceito de revolução em que veio a fundar-se a razão proléptica” (p. 243). Assim, as armadilhas da metonímica se manifestam numa exaltação da monocultura do tempo linear, o que provocou uma contração do presente.

Essa monocultura, produto da razão indolente, provoca uma outra face, qual seja, a razão proléptica, que tem por objetivo contrair o futuro. “Porque a história tem o sentido e a direção que lhe são conferidos pelo progresso, e o progresso não tem limites,

de situação entre os povos a caracteres físicos e biológicos” (GUIMARÃES, 2011, p. 264). No âmbito deste texto, especificamente, o modo como um discurso científico foi construído em torno de diferenças étnicas para compor uma categoria intitulada raça (que engloba várias etnias e enfatiza aspectos variados, a depender do contexto cultural), que supostamente traçaria uma linha divisória entre sujeitos (pensantes, cidadãos, sujeitos de direito) e não-sujeitos (MALDONADO-TORRES, 2007).

2. Este debate, marcadamente presente na corrente teórica da decolonialidade, situa a colonialidade na base do desenvolvimento e estruturação da sociedade moderna, cujas categorias fundamentais se estabelecem na negação do outro a partir do paradigma da razão cartesiana e da distinção de raça. Alguns dentre os vários autores que realizam a discussão são Dussel (1996), Maldonado-Torres (2007) e Mignolo (2007).

o futuro é infinito” (SANTOS, 2002, p. 254). Essa infinitude, ao se projetar numa direção irreversível, acaba por ser homogênea e vazia; tão infinitamente abundante quanto igual, estéril. Esse futuro, paradoxalmente, tem sua extensão marcada por uma continuidade repetitiva e sem vida, logo, existe apenas para se tornar passado.

O presente é, assim, transformado num instante fugidio, enquanto a planificação da história expande indiscriminadamente o futuro: “[...] a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente” (SANTOS, 2002, p. 239).

O lugar temporal onde se vive, o presente, é tornado fugaz em prol de um horizonte de progresso tão inalcançável quanto carregado de idealizações e desejos. Essa falsificação do viver redundava numa desvalorização do espaço-tempo, que é significativa do desperdício e desqualificação de experiências sociais.

Para romper com a totalidade e o tempo histórico cooptado pela razão indolente, Boaventura de Sousa Santos (2002) busca romper com pretensões de teorizações gerais e universalizantes, propondo um trabalho de tradução. Um procedimento em que se entenda cada experiência social concomitante como parte e como totalidade, em distintos momentos e com distintas funções no diálogo. “A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências” (SANTOS, 2002, p. 262).

A sociologia das ausências denuncia a razão indolente ao afirmar que: “Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (SANTOS, 2002, p. 246). Busca, então, expandir o presente ao tornar visíveis as muitas experiências que ocorrem no mundo, retirando delas a qualificação

de residuais e trazendo-as para a contemporaneidade. São residuais as experiências distintas daquelas que a modernidade endossa sob a definição de progresso; assim, um modo distinto de viver ou uma prática distinta daquela para a qual a ordem do tempo moderno caminhou é tida como residual, um resquício de tempos passados, não contemporânea.

A sociologia das emergências, por sua vez, busca contrair o futuro a partir de dois procedimentos: “[...] tornar menos parcial o nosso conhecimento das condições do possível; tornar menos parciais as condições do possível” (SANTOS, 2002, p. 258). A partir das práticas e existências tornadas visíveis pela sociologia das ausências, a sociologia das emergências se propõe a identificar tendências de futuro, aspectos já manifestos como potencialidades, sobre os quais é possível agir. Assim, “[...] substitui a ideia de determinação pela ideia axiológica do cuidado” (p. 256), fazendo da certeza do futuro sob a concepção do tempo linear uma possibilidade, incerta porém sobre a qual se pode agir; sobre a qual é, efetivamente, necessário que se aja.

Ambas as sociologias se articulam no processo de tradução proposto por Boaventura de Sousa Santos (2002), que intenciona ser tanto um trabalho desconstrutivo dos resíduos do colonialismo quanto reconstrutivo de novas experiências e modos de organização possíveis. A tradução pode ser tanto uma forma de hermenêutica diatópica, interpretação entre duas ou mais culturas de forma a permitir um diálogo horizontal, quanto um diálogo a partir de práticas sociais e agentes inseridos num mesmo universo cultural.

O processo de tradução ocorre a partir das zonas de contato, locais “[...] onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem” (SANTOS, 2002, p. 268). A zona de contato tem como pressuposto que cabe a cada saber ou prática decidir o que é posto em contato,

uma fronteira que permite estabelecer possibilidades e limites de respeito para que esse contato se dê.

“O trabalho de tradução é, basicamente, um trabalho argumentativo, assente na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência” (SANTOS, 2002, p. 272). Tal trabalho exige, de início, prescindir de postulados dados como premissa de argumentação. Isto porque, na ausência de um terreno comum, de uma já partilhada experiência, todas as categorias são suspeitas e as concordâncias precisam ainda ser construídas.

A esses postulados ou premissas de argumentação dá-se o nome de *topoi*. Os *topoi*, lugares-comuns ou entendimentos de mundo compartilhados socialmente, não estão disponíveis a priori no processo de tradução, pois serão distintos a cada prática social ou cultura que se pretende pôr em diálogo. Disso decorre que “[...] os *topoi* que cada saber ou prática traz para a zona de contacto deixam de ser premissas da argumentação e transformam-se em argumentos” (SANTOS, 2002, p. 272). A construção de *topoi* adequados ao contato que se está propondo é realizada ao longo do trabalho de tradução, que implica, portanto, definir as premissas compartilhadas sobre as quais vai se dar a comunicabilidade entre culturas ou práticas.

Há um jornalismo que pode ser lido como função social que se desdobra no lugar-comum, que participa de sua formação e transformação contínua. Questiono, então, se é possível pensar o fazer jornalístico como um meio para pôr em movimento a proposta de uma sociologia das ausências e das emergências, a partir do trabalho de tradução.

3. O presente que emerge na narrativa

Contrair o futuro e expandir o presente é premissa de superação das relações de dominação, porque é no presente que

ocorre a ação transformadora. A tradução é essencial à expansão do presente, pois ele se constitui socialmente por meio do contato. Decorre disso que o jornalismo é ferramenta bastante prolífera para pensar os diálogos de construção do presente: que melhor forma de pensar a articulação da contemporaneidade senão a partir das narrativas que fazem circular o contemporâneo pelo meio social?

Carlos Franciscato (2014) aponta que o fator temporal marca o surgimento do jornalismo a partir de uma necessidade social de relatos sobre o cotidiano. Em alusão aos estudos de Hunter e Anderson, o autor explica que no século XVIII o jornalismo se firma como narrativa cuja função é promover o compartilhamento social de eventos do tempo presente que não fazem parte da experiência direta de parte da sociedade, “[...] contribuindo para o estabelecimento ou reforço de relações sociais ou culturais ligadas a esta temporalidade” (FRANCISCATO, 2014, p. 101).

Produtor de formas de sociabilidade, o jornalismo opera, inclusive, na produção do tempo como forma de sociabilidade, isto é, de como a sociedade vive especificamente o tempo presente (FRANCISCATO, 2014). Este é formado por práticas sociais e relações de sentido, inclusive culturais, “[...] que tornam a vivência do tempo presente uma experiência concreta, compreensível como um objeto social e dotado de um conteúdo com um sentido intersubjetivamente partilhado” (p. 98).

Por consequência, esse tempo que é referência para a ação humana está determinado, ao menos em parte, por aquilo que as narrativas sobre o presente fazem emergir, pelas experiências e eventos que delimitam e aos quais dão visibilidade. Esses eventos, que possuem regimes de tempo próprios, são construídos também institucionalmente. O jornalismo participa expressivamente desse processo, conforme explica Carlos Franciscato (2014): “A produção do evento jornalístico implica, desde a sua origem, uma situação de corte no tempo. Os eventos jornalísticos não são apenas marcadores

simbólicos sobre o tempo presente, mas são definições temporais sobre modos de viver o presente” (p. 103).

O jornalismo se estabelece, então, como um campo em que se relacionam a produção do lugar-comum argumentativo e a experiência social do tempo. Isso o situa como terreno ideal para outras dinâmicas de articulação da temporalidade e da experiência social. Para ilustrar essa discussão, desenvolvo neste ensaio a análise de uma reportagem publicada no veículo jornalístico digital The Intercept Brasil.

Intitulada *A desigualdade no Brasil é medida pelos dentes: ricos vão ao dentista, e pobres sentem dor*, a reportagem, escrita pela antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019), promove uma discussão sobre a desigualdade social a partir de um aspecto cotidiano: a saúde bucal.

Rosana Pinheiro-Machado (2019) aborda vivências particulares de pessoas com acesso nulo ou reduzido à saúde bucal e, a partir do impacto desse fator em múltiplas instâncias da vida dessas pessoas, confere materialidade àquilo que se denomina desigualdade social. Aspectos como sociabilidade, empregabilidade e mesmo o conforto físico de não sentir dor são associados à desigual distribuição de recursos de atenção à saúde e de informação a respeito de como acessá-los.

Atravessam a reportagem histórias como a de Juremir, que não podendo pagar por um dentista, teve como solução “[...] colocar álcool na boca para lidar com a dor até o nervo necrosar” (PINHEIRO-MACHADO, 2019). De uma menina cujo pedido de Natal ao Programa Papai Noel dos Correios era ter uma escova de dentes própria e não mais compartilhá-la com os irmãos. De uma senhora que chegou ao posto de saúde “[...] implorando para colocar um dente na frente [...]”, pois precisava de emprego, afinal, “ter os dentes da frente é um requisito estético exigido pela maioria dos empregadores” (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Histórias que resumem o cotidiano profundamente marcado pela não concretização de condições mínimas de saúde bucal. “A dor física latejante e constante se soma à dor moral – o sentimento de vergonha, a humilhação e o trauma por não conseguir sorrir” (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Ausências que se perpetuam por vidas inteiras ou partes significativas delas, como no caso de Maria da Luz:

Maria da Luz teve sua primeira escova de dentes aos 15 anos. Antes disso, usava folhas para limpar os dentes, como era de praxe em Mulungu do Morro, interior da Bahia, onde nasceu. Aos 14, sentiu uma dor forte no dente da frente e seu avô a levou ao farmacêutico, ordenando que extraísse todos os dentes da frente de uma vez só — sem anestesia — para que não voltasse a incomodar. Aos 17 anos, depois de muito trabalhar na roça, ela conseguiu juntar dinheiro para comprar uma dentadura, com a qual nunca se adaptou.

Maria migrou para São Paulo com os três filhos, priorizando dar o melhor de saúde e educação para eles com as suadas economias do salário de auxiliar de serviços gerais. Ela nunca tirava foto. Dizia que era infeliz com sorriso e que seu sonho era fazer um tratamento dentário. Em 2015, conseguiu fazer implantes com a poupança de muitos anos. Hoje, não coloca mais a mão na boca para sorrir (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Efetiva-se, assim, o duplo processo sociológico proposto por Boaventura de Sousa Santos (2002). Em primeiro lugar, a sociologia das ausências, ao tornar visíveis as vivências destoantes do progresso do capitalismo global, consideradas experiências residuais à teleologia do desenvolvimento da sociedade moderna. Ao contextualizar o dado da Pesquisa Nacional de Saúde mais recente (quando da publicação da reportagem) de que “[...] quatro a cada dez brasileiros perdem todos os dentes depois dos 60

anos”, Rosana Pinheiro-Machado (2019) situa essa experiência na contemporaneidade, enquanto vivência cotidiana de grande parte da população. A autora menciona, inclusive, a recorrência a métodos medievais na tentativa de lidar com a dor.

Álcool, sal, cravo, pomada de procedência duvidosa e até “sangria”: furar a própria gengiva com uma faca para sangrar e deixar a infecção vaziar. Também é comum que as pessoas extraíam seus próprios dentes, pois pensam que, em última instância, é isso que muitos postos de saúde irão fazer. Na comunidade de Dendê, em Fortaleza, os recursos são rezar pelo dente para Santa Apolônia, além de cachaça, óleo de coco e líquido de bateria para diminuir a dor. Muitas dessas técnicas trazem riscos graves à saúde. São fruto do desespero (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Em segundo lugar, promove uma sociologia das emergências ao demonstrar soluções concretizadas a problemas de saúde bucal na vida das pessoas entrevistadas, bem como, o impacto dessas soluções a nível individual e social, relacionando ambos os níveis em que se desenvolvem as transformações na sociedade.

A criação do Programa Brasil Sorridente, que chega a 90% dos municípios brasileiros, já atingiu 100 milhões de pessoas pelo atendimento básico do SUS. Há também, por todos os lados, profissionais que fazem trabalhos na ponta do sistema, superando a falta de recursos de norte a sul do país, em comunidades ribeirinhas ou em favelas. [...] Mastigar, gargalhar e ter uma vida sem dor são direitos humanos fundamentais. Sorrir é o gesto que expressa a felicidade. Por isso, a inclusão bucal, associada a um projeto de transformação social, deve ser uma pauta prioritária em qualquer projeto de reconstrução do campo progressista (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Rosana Pinheiro-Machado (2019) elucida a multiplicidade do espaço e do tempo da experiência humana moderna ao ampliar o evento jornalístico. Não mais um recorte espaço-temporal, mas um atravessamento no qual o acontecimento se delineaia.

A pobreza é constituída multidimensionalmente por meio de uma combinação de renda e acesso à educação e à saúde. A condição dental precária é exemplar da pobreza porque é resultado de uma falência de uma série de eixos, como a condição financeira, o local de residência e o acesso à informação e à odontologia (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

Ao analisar a desigualdade social de forma multidimensional, Pinheiro-Machado denota o potencial jornalístico de expandir o presente e de incluir nele múltiplas leituras de temporalidade; o tempo de uma vida é contraposto ao tempo de uma estrutura social que remonta à colonização, qual seja, a desigualdade social. E essa contraposição é feita no sentido contrário, ao deslocar a transformação da estrutura para a materialidade de uma vida. A exemplo de uma prótese dentária que permite a alguém recuperar o sorriso, de um implante que possibilita a obtenção de um emprego, da condição mínima de vida que é mastigar sem sentir dor.

4. Considerações para o presente do jornalismo

Não se trata, aqui, de idealizar o exercício cotidiano do jornalismo na forma como é majoritariamente exercido; a este, cabem tantas (e talvez as mesmas) críticas quanto à razão indolente. Mas, precisamente, de dar ênfase à possibilidade que guarda a narrativa sobre o presente, às pistas que o próprio presente nos dá sobre esse futuro próximo e incerto sobre o qual cabe o cuidado da ação.

Diante da crise da modernidade e do sequestro dos afetos sob as lógicas metonímicas e prolépticas do capitalismo globalizado, pode o jornalismo olhar “de baixo” e romper a hierarquia que universaliza as experiências e se traduz em impotência. Pode o jornalismo, no sentido de que há a tendência para tanto e é possível, transformar o simultâneo em contemporâneo e, nessa contemporaneidade de um presente alargado, ensinar experiências de transformação social.

Para tanto, ir contra a indolência da razão que é fazer falar, tanto quanto possível, a ausência. É preciso questionar as lógicas hegemônicas pelas quais o jornalismo narra o cotidiano para fazer delas surgir novos *topoi*, em diálogo com a materialidade das vivências que a essas narrativas se reportam e das quais essas narrativas se alimentam. Fazer emergir, a todo momento, aquilo que se dá a ver, jamais como resíduo, mas como experiência da qual se pode aprender.

Disse que tentaria, com este ensaio, responder como pode o jornalismo expandir o presente no sentido de fornecer um substrato à transformação social. O texto de Rosana Pinheiro-Machado fornece, nesse sentido, algumas respostas. Enquanto muitas das práticas recorrentes no jornalismo hegemônico tendem a reforçar o que Boaventura de Sousa Santos (2002) entende como razão indolente, reduzindo a complexidade das experiências do mundo à narrativa teleológica da modernidade, o texto de Pinheiro-Machado (2019) expande o presente indo ao “passado” para resgatar aquilo que foge ao conceito totalizante de progresso. Em sua reportagem, a antropóloga mostra o quanto são “parciais as condições do possível” (SANTOS, 2002, p. 258) e os futuros que emergem daquilo tornado ausente por essa parcialidade.

Poder sorrir, poder trabalhar, poder não sentir dor: são esses os futuros que, a partir do texto de Pinheiro-Machado (2019) se enunciam, passam a fazer parte do presente. Sua ausência da

narrativa sempre parcial do progresso que fazemos enquanto sociedade é dissolvida pelo emergir da vivência de pessoas como Juremir e Maria da Luz. Tornar conhecidas suas histórias é um dos muitos passos necessários para fazer ver o presente desigual e ampliar as possibilidades do futuro, de um futuro cujas estruturas não estejam orientadas para a desigualdade.

Referências

DUSSEL, E. (1996). Modernity, eurocentrism, and trans-modernity: in dialogue with Charles Taylor. In: Mendieta, Eduardo (Ed.); DUSSEL, Enrique. **The Underside of Modernity**: Apel, Ricoeur, Rorty, Taylor, and the Philosophy of Liberation. Organização e tradução de Eduardo Mendieta. Atlantic Highlands: Humanities Press, 1996.

FRANCISCATO, C. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 96–123, 2014. Disponível em: <doi.org/10.25200/BJR.v10n2.2014.741>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 20, p. 265–271, 2011.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Eds.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 127–167.

MIGNOLO, W. D. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, [s.

l.], v. 21, n. 2–3, p. 449–514, mar/mai, 2007. Disponível em: <dx.doi.org/10.1080/09502380601162647>. Acesso em: 6 fev. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R. A desigualdade no Brasil é medida pelos dentes: ricos vão ao dentista, e pobres sentem dor. **The Intercept Brasil**, [s. l.], 14 maio 2019. Online. Disponível em: <theintercept.com/2019/05/13/desigualdade-no-brasil-dentes>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-208, out. 2002. Disponível em: <doi.org/10.4000/rccs.1285>. Acesso em: 27 mar. 2021.

Capítulo 8

**Fotojornalismos dissensuais: possíveis diálogos
entre Boaventura de Sousa Santos e Jacques
Rancière**

*Rafael Giovani Venuto**

** é doutorando do Programa
de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade
Federal de Santa Catarina.
Bolsista Programa
UNIEDU/FUMDES Pós-
Graduação.*



Capítulo 8

Fotojornalismos dissensuais: possíveis diálogos entre Boaventura de Sousa Santos e Jacques Rancière

Rafael Giovani Venuto

1. Partilhas

Em uma de suas principais obras, *A partilha do sensível*, Jacques Rancière, filósofo e professor da European Graduate School de Saas-Fee, que também é professor emérito da Universidade Paris VIII, sugere a existência de dois tipos de partilha. Enquanto a primeira, denominada política, possibilita uma série de dissensos que atuam na reconfiguração do sensível partilhado, criando novos sentidos comunitários e abrindo margem a outras subjetivações estético-políticas, a segunda, notadamente policial, estabelece lugares fixos, deseja nomes exatos e se sustenta na imutabilidade e na rigidez dos corpos, seus possíveis e impossíveis, sendo importante frisar que “policial” não se refere ao aparato estatal responsável pelo controle e punição dos indivíduos, mas ao sistema mesmo que estabelece aquelas fronteiras e limitações. Tal proposição, apesar de sua aparente simplicidade, traz consigo a necessidade de maiores esclarecimentos, ao que o presente ensaio recorre às ideias de outro

grande pensador de nosso tempo, Boaventura de Sousa Santos, em especial àquelas que versam sobre as sociologias das ausências e das emergências, as quais propõem, de um lado, expandir o presente e, de outro, contrair o futuro (SANTOS, 2002), o que em muito se relaciona com possíveis e potenciais *Ainda-não*. Desse modo, o intuito, aqui, é refletir sobre os possíveis caminhos dos fotojornalismos¹ e sua hipotética capacidade de colaborar para a reconfiguração da “ordem” do sensível, do que pode ser visto, dito e pensado, bem como quem pode ver, dizer e pensar. Obviamente não se trata de estabelecer tais fronteiras, pelo contrário, mas propor um diálogo teórico que forneça pistas sobre como tais intersecções podem se complementar no sentido de um repensar o que está por trás, do lado e no meio da complexa trama que petrifica lugares e não-lugares, possíveis e impossíveis, visibilidades e invisibilidades, gritos e silêncios.

A fim de tornar mais evidente o caminho que será percorrido, ressaltamos o ponto a partir do qual a reflexão se dará, sendo este duas imagens produzidas, respectivamente, pelo portal de notícias ND+, de Florianópolis, e pelo C.H.O.C Documental, coletivo de fotojornalistas brasileiros que se empenha em retratar a sociedade e os conflitos que se dão em seu interior. Tais imagens, que serão apresentadas a seguir, embora tenham em comum o fato de mostrarem pessoas em situação de rua, diferem entre si não apenas pelos aspectos técnicos empregados na hora da captura e os contextos em que se inserem, senão que denotam diferentes disposições estético-políticas dos sujeitos retratados.

Vale ressaltar, porém, que apesar de concordarmos com Rancière (2012) sobre a ineficácia das imagens no sentido de transformar radicalmente o mundo, isso porque a simples

1. Utilizamos o plural de fotojornalismo por entendermos que ele, como atividade, é múltiplo, mas também porque os significados derivados de quaisquer imagens andam a par com a recepção dos sujeitos que as observam e complementam, o que remete à própria ideia de pluralidade.

representação de uma tragédia, violência ou desigualdade não resulta necessariamente em tomada de consciência para a ação, para a luta por transformações, sugerimos que algumas delas podem “conter” o que provisoriamente denominamos *vetores de subjetivação estético-política*, conceito que sinaliza basicamente para a possibilidade de desconstrução da lógica policial nos termos vistos anteriormente – através da experiência estética. Ou melhor, em um movimento jamais acabado, dado, certo, justamente porque dinâmicos, instáveis e inquietos em sua comunhão temerária com o próprio olhar do espectador, ele mesmo dinâmico, instável e inquieto, tais vetores não possuem uma característica específica. O contrário disso seria pensá-los como entidades reificadas, como elementos articuláveis que poderíamos manejar e dosar a nosso bel prazer, ou então o contrário disso: suprimi-los até ao ponto em que as próprias imagens se fariam impossíveis, uma vez que tautologizadas até seu completo apagamento enquanto potência. Tais vetores se referem, portanto, a “elementos” e movimentos que participam da experiência estética decorrente da fruição de *imagens dissensuais*, que tiram do lugar supostamente originário e consensual os corpos/pessoas fotografados, atribuindo-lhes significados e contornos outros, “bagunçando” as posições e, por isso mesmo, viabilizando outros modos de subjetivação estético-política, esta entendida desde já como um processo de rearticulação “[...] entre elementos, que gera desidentificações e dá margem ao surgimento de algo efetivamente contestador” (FJELD; TASSIN, 2015, p. 210).

A primeira delas foi publicada dia 28 de junho de 2019 e ilustra matéria intitulada *Florianópolis se preocupa com quantidade de moradores de rua*². Sem querermos entrar no mérito sobre o modo como a reportagem foi construída, mas também não querendo nos furtar à tarefa de expor aspectos que possam vir a colaborar

2. Disponível em: ndmais.com.br/noticias/area-central-de-florianopolis-sofre-com-a-quantidade-de-mendigos. Acesso em: 28 dez. 2019.

para a reflexão, é interessante observar que, além de mostrar um indivíduo sem rosto, sem nome, sem lugar (ou que ocupa um lugar “impróprio”), em nenhum momento a voz do sujeito fotografado foi ouvida. Como fontes de informação, o repórter selecionou apenas cinco, sendo elas 1) o diretor da Assistência Social do município, Sandro Azevedo; 2) Maria, cujo verdadeiro nome não foi revelado por motivo desconhecido; 3) a funcionária pública Rosane Schneider; e 4) duas operadoras de caixa, Josiane Faustino e Amanda Freitas.

Figura 1: Segundo a prefeitura, 459 pessoas vivem em situação de rua em Florianópolis



Fonte: Flavio Tin/ND

Pois bem. Ao nosso ver, tal conteúdo se mostra bastante tendencioso na medida em que silencia vozes – curiosamente aquelas dos que representam um *Incômodo diário*, conforme sugere um dos intertítulos da matéria – e expõe de modo superficial uma série de números que pouco ou nada dizem, uma vez que

descontextualizados. Mesmo não querendo nos demorar em tal aspecto, que diz muito também sobre o modo como o jornalismo ali apresentado pode colaborar para a estigmatização de determinados grupos e indivíduos, o que fica evidente, tanto no texto quanto no título e intertítulos, bem como na imagem em questão, é que a abordagem escolhida pelo veículo denota um caráter fortemente desumanizador, que coisifica as existências, o que remete ao que pondera Santos (1988) quando diz que, enquanto as ciências naturais trabalham com dados e objetos concretos, objetiváveis (o que acaba por se refletir nas próprias escolhas metodológicas e epistemológicas do campo), a ciência que se ocupa do social deveria buscar compreender os fenômenos a partir de quadros de sentido que se dão de modo dialógico e relacional. Em outras palavras, investigar o comportamento das diversas existências humanas implica o entendimento de que atos exteriores de grupos ou indivíduos não podem ser confundidos com os sentidos de ação que os mobilizam. Diante disso, o mesmo autor sugere sobre a importância da utilização de métodos *qualitativos* em vez de *quantitativos* no âmbito das ciências sociais, isto a fim de evitar um certo tipo de conhecimento que legisla (nomoteticamente) e que, por isso mesmo, explica sem compreender, objetiva e desumaniza indivíduos e/ou grupos.

Se por um lado é importante ouvir fontes oficiais e saber o que pensam supostos atingidos pela existência de pessoas em situação de rua, fica evidente o “não-lugar” a que são condenados aqueles que – por opção, necessidade ou qualquer outro motivo – se encontram à margem daquilo que se convencionou denominar “sociedade das pessoas de bem”, que produz e reproduz a lógica capitalista que insiste em se dizer a única possível e aceitável em um mundo repleto de possíveis. Não queremos dizer com isso que a situação em que vive o homem retratado é o melhor dos mundos, visto que a maioria das pessoas em situação de rua é alvo de violências

diárias e não tem sua voz ouvida e reconhecida. O ponto aqui é outro e tem a ver com divisão de espaços, com [re]configurações do sensível, com afetos e formas diversas de conceber e viver supostas realidades, as quais assim o são (supostas) justamente porque não passam de ficções que querem se impor como verdades absolutas e inquestionáveis, cânones que formam e conformam um senso coletivo igualmente duvidoso.

Sobre tal ponto específico, enquanto Rancière (2012, p. 74) sustenta que “o real é sempre objeto de uma ficção [...]” e que “é a ficção dominante, a ficção consensual, que nega seu caráter de ficção fazendo-se passar por realidade e traçando uma linha de divisão simples entre o domínio desse real e o das representações e aparências, opiniões e utopias”, Santos (2002, p. 253) pondera que “[...] a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização [...]”. Além disso, retomando a teoria sinérgica do físico teórico Hermann Haken, Santos (1988) comenta sobre a instabilidade do sistema visual em que vivemos, onde uma mesma imagem pode suscitar significados distintos, porém não necessariamente “verdadeiros” ou “falsos”, ou, mais precisamente, simultaneamente “verdadeiros” e “falsos” – “é esta a ambiguidade e a complexidade da situação do tempo presente, um tempo de transição, síncrono com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita” (SANTOS, 1988, p. 1).

Ora, como é possível observar, ainda que por caminhos distintos, ambos autores parecem concordar sobre o descabimento de uma verticalidade que privilegia olhares absolutos acerca do que vem a ser o *real*, verticalidade esta que torna obtusas e intranponíveis outras formas de conformação do social e tudo o que ele implica em termos de lugares, corpos e suas múltiplas significações e interações. Assim, e antes de partirmos para a

segunda imagem, gostaríamos de abordar as noções de *consenso* e *dissenso* em Rancière, as quais têm a ver com as partilhas há pouco aludidas. Do mesmo modo, também tensionamos as proposições de Santos acerca das *sociologias das ausências e emergências*, bem como os pensamentos de ambos autores em torno dos processos de *emancipação e tradução*.

2. Partilha do sensível, sociologia das ausências e emergências, emancipação, tradução e fotojornalismos: aproximações possíveis

Quem jamais ouviu falar, direta ou indiretamente, “ponha-se no seu lugar!”? Por mais novelesca que tal ordem possa soar em um primeiro momento, ela não designa apenas arrogância, não mesmo, e o famoso “carteiraço”, simbólico ou não, segue como prática cotidiana, sobretudo em sociedades em que as desigualdades (econômicas, sociais, étnicas, de gênero, geracionais etc) se mostram cada vez mais marcantes e emblemáticas. Diante disso, resta perguntar: o que está por trás de tal gesto? Quem deve voltar ao “seu lugar”? De que lugar estamos falando? E, sobretudo – como subverter tal imposição, que se estende desde os recintos mais íntimos de mulheres vítimas de feminicídio, indígenas queimados, homossexuais espancados, até as macro disposições consolidadas como lugares de poder epistemológico que se pretendem unívocos?

Tanto Rancière quanto Santos oferecem pistas valiosas e, curiosamente ou não, ambos refletem sobre tradução e emancipação. No primeiro, a tradução tem a ver com processos comunicacionais, éticos e poéticos, enquanto a emancipação é entendida como um movimento em que os dominados não necessitam de uma voz supostamente superior para a tomada de decisões. Aliás, tal posicionamento vai ao encontro do que pondera Spivak (2010) quando afirma que não se trata de dar voz a quem não tem, unicamente porque todos têm voz e condições para falar

por si e sobre si, mas de compartilhar e somar lógicas e percepções capazes de bagunçar, por assim dizer, a pretensa normatividade – não apenas discursiva – que vem do supostamente “mais alto” para o supostamente “mais baixo”, do supostamente “apto” para o supostamente “inapto”. Ainda neste sentido, vale lembrar com Pallotta (2014) que o pensador francês foi aluno de Althusser, com quem teve a oportunidade de escrever a muitas mãos a obra *Para ler o capital* (1965), uma espécie de releitura e atualização do clássico de Marx, *O capital*. Em maio de 1968, porém, também na França, Rancière rompe teoricamente com Althusser ao perceber que, ao contrário do que seu então professor dizia, os operários não precisavam de uma voz “superior” (de filósofos, artistas ou líderes sindicais, por exemplo) para que pudessem compreender e lutar por suas necessidades e desejos, o que mais tarde viria a se cristalizar de modo assaz preciso em *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*, momento em que Rancière critica um certo tipo de modelo pedagógico que infantiliza os alunos e não reconhece neles potenciais vetores de ensino e troca, sugerindo portanto a necessidade de admissão da igualdade das inteligências, das capacidades e possibilidades prementes em cada indivíduo, seja ele qual for, em um processo horizontalizado de aprendizagem e reconhecimento. Vale lembrar também que, antes disso, Rancière defende sua tese, *A noite dos proletários: arquivo do sonho operário*, momento em que analisa um arquivo composto de cartas, diários, notas de jornal etc escritos por trabalhadores que viveram entre 1830 e 1851, naturalmente em um momento pré-sindical. Nele, o autor percebe que não era a reivindicação por melhores salários ou condições de trabalho que marcava os discursos, mas sim o desejo de emancipação, de um novo “lugar” onde houvesse tempo livre para o ócio, para o pensamento e o lazer. Ao invés de encontrar a palavra da vítima, do explorado, o então doutorando percebeu a altivez criativa de quem busca uma nova disposição dos corpos e das ocupações, uma *reconfiguração do sensível partilhado*. Anos mais

tarde, também como desdobramento de tais reflexões, Rancière sinalizaria para a importância da permanente criação de cenas de dissenso na partilha do sensível, o que em muito se relaciona com o imbricamento entre estética e política, conceitos e práticas que, segundo ele, são indissociáveis porque esta última “[...] é estética [...] na medida em que é um modo de determinação do sensível, uma divisão dos espaços [...] destinados a essa ou àquela ocupação, uma forma de visibilidade e de dizibilidade do que é próprio e do que é comum” (RANCIÈRE, 1995, p. 8). O dissenso, assim, se configuraria não como um mero conflito de opiniões ou luta por reconhecimento, “[...] mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados [...]”, o que explica em partes seu pensamento acerca da política, a qual naturalmente não é aquela das legendas, dos partidos, das assembleias e convenções “[...] pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos pobres e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções dos sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996a, p. 372), mas, mais profundamente, “[...] a ação que constrói esses mundos litigiosos, esses mundos paradoxais em que se revelam juntos dois recortes do mundo sensível” (RANCIÈRE, 1996a, p. 374).

Santos (2002), por sua vez, fala sobre a possibilidade de expansão do presente através da “sociologia das ausências” e a contração do futuro através da “sociologia das emergências”, as quais, segundo ele, podem viabilizar a reinvenção da experiência, subvertendo assim as lógicas da *razão metonímica*, “[...] que se reivindicava como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima [...]” (SANTOS, 2002, p. 240) e as limitações da *razão proléptica*, “[...] que não se

aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente”. Tais processos, de alargamento do presente e achataamento do futuro, ampliados pelas sociologias das ausências e das emergências, sugerem justamente a ideia de que um futuro melhor não se faz no longínquo “um dia”, mas no hoje, no agora, no modo como reconhecemos (ou não) a existência de possíveis e impossíveis, uniformidades e variedades, no instante mesmo em que vida e pesquisa se fundem e confundem.

A fim de conferir maior coerência a tal proposição, o autor aponta a *tradução* como sendo um dos meios através dos quais se tornam possíveis outras conexões epistemológicas e empíricas, conexões estas que teriam a capacidade de reconfigurar o modo como vivenciamos o “real”. Segundo ele (2002, p. 274), “o trabalho de tradução permite criar sentidos e direções precários, mas concretos, de curto alcance, mas radicais nos seus objetivos, incertos, mas partilhados”. A tradução entre saberes, práticas e agentes viabilizaria, portanto, o surgimento de transformações em vista de uma justiça social global que poderia contemplar, a um só tempo, tanto a emancipação de grupos e indivíduos quanto a intensificação do sensível partilhado, revelando ou denunciando a dimensão e o caráter perdulário das experiências que se perdem na expectativa de “um dia que nunca vem”, justamente porque promessa jamais cumprida.

Neste ponto é importante acionarmos a segunda imagem³. Nela, igualmente um homem em situação de rua é fotografado. Diferentemente da primeira, no entanto, não apenas há um rosto, uma identidade, senão que sua representação vai de encontro ao modo como habitualmente pessoas em situação de rua são mostradas, quer dizer, sujas, dormindo embaixo de marquises,

3. Disponível em: [facebook.com/chocdocumental/photos/a.128461497546997/467734426953034/?type=3&theater](https://www.facebook.com/chocdocumental/photos/a.128461497546997/467734426953034/?type=3&theater). Acesso em: 28 dez. 2019.

em completa situação de indignidade, bêbadas etc, ao que frisamos desde já, no entanto, que a arte (no caso aqui a fotojornalística) é política “[...] pelo tipo de tempo e de espaço que institui, pelo modo como recorta esse tempo e povoa esse espaço” (RANCIÈRE, 2010, p. 20), independente, portanto, dos temas e problemas que possa revelar.

Figura 2: SÃO PAULO/SP - 29/08/2017 Rua Augusta.



Fonte: C.H.O.C Documental

Ao não identificar o indivíduo dentro de uma determinada história, dentro de um contexto específico (a legenda utilizada se limita a referenciar local e data do registro), tal imagem acaba por ampliar as possibilidades de interpretação por parte dos espectadores, os quais, como sabemos, são tão produtores das imagens quanto aqueles que as “fixam”, por assim dizer, em um processo dialético de apreensão e fruição, afinal [...] a mais simples imagem nunca é simples, nem sossegada como dizemos

irrefletidamente das imagens. A mais simples imagem [...] não dá a perceber algo que se esgotaria no que é visto, e mesmo no que diria o que é visto” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 95). Quem é ele? O que estaria lendo? Possui mais livros? Será que, além de ler, também escreve? Em outras palavras, há nela um *Ainda-não* (SANTOS, 2002), uma potência e uma possibilidade não limitantes, as quais se relacionam com os dissensos imagéticos que viabilizam a atuação de vetores estético-políticos através da experiência estética decorrente de sua fruição. Além disso, em uma sociedade que costuma invisibilizar ou criminalizar pessoas em situação de rua, as quais são consideradas desajustadas, viciadas ou mesmo desocupadas, vagabundas, tal registro acaba por colaborar para a desconstrução de tais preconceitos e intolerâncias, uma vez que o ato de ler, sobretudo em condições tão adversas, geralmente é evocado como algo positivo.

Naturalmente não se trata de estetizar a aparência do “real”, o qual, como vimos, é sempre objeto de uma ficção, mas de mostrá-lo de modo diverso, contribuindo assim para a [re]configuração do sensível, do que pode ser visto, dito e pensado/subjetivado. Desse modo, o consenso, que estabelece “[...] um enquadramento conceitual e imagético para qualquer interação e discussão, cujas contradições passam despercebidas por coincidirem com interesses hegemônicos ou por refletirem situações existentes e vistas como inalteráveis” (MARQUES, 2013, p. 113), dá lugar ao dissenso, o qual, como já apontado, “[...] não é simplesmente o conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas, mais profundamente, a possibilidade de opor um mundo comum a um outro” (RANCIÈRE, 2010, p. 57). Em outras palavras, cria-se uma constelação de possibilidades em torno daquela existência, que no caso específico não é apenas a de um homem em situação de rua, mas a de um universo em perpétua transformação, *afinal o sujeito não é um dado apriorístico*, mas a arte de “[...] acertar as contas com a confusão dos tempos e a paixão das

expectativas e arrependimentos que emergem dela, uma arte do presente cada vez mais necessária já que perdemos a garantia de uma presença claramente delineada de um sujeito capaz de preceder a si mesmo” (RANCIÈRE, 1991, p. 249 – tradução nossa).

A partir de tal perspectiva, se “não há nenhum aspecto da vida social que não esteja contaminado pela imagem” (MAFFESOLI, 1995, p. 137), então também parece pertinente concordarmos com Rancière (2012, p. 81) quando sugere que cinema, fotografia, instalações etc “[...] contribuem para reconstruir o âmbito de nossas percepções e o dinamismo de nossos afetos. Com isso, abrem passagens possíveis para novas formas de subjetivação política”, a qual, como vimos, se constitui através da “[...] produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência [...]” (RANCIÈRE, 1996b, p. 47-48). Do mesmo modo, se fotografar “significa pôr a si mesmo em determinada relação com o mundo, semelhante ao conhecimento – e, portanto, ao poder” (SONTAG, 2004, p. 14), repensar a atividade fotojornalística a partir de uma leitura dialética e dialógica a um só tempo pode se mostrar um ato bastante profícuo, sobretudo quando tal *repensar* propõe mudanças nos modos de visibilidade e inteligibilidade em torno das experiências no “real”, ao que passamos a ensaiar algumas considerações, obviamente preliminares e não limitantes.

3. Fotojornalismos *dissensuais* como atos estético-políticos

A primeira delas diz respeito ao modo como se fotografa, à interação fotógrafo/fotografado, que pode ser relacionada ao trabalho de tradução em Santos, o qual não só incide sobre os saberes senão sobre a própria prática e seus agentes (SANTOS, 2002). A segunda, por sua vez, sinaliza para um *Ainda-não* premente em cada

fragmento daquele “real”, reconhecido ou não pela razão metonímica e pela razão proléptica, que pretendem um mundo confinado em possibilidades hegemônicas e vistas como inalteráveis. Em outras palavras, nos parece que o trabalho de tradução, compreendido aqui como gesto intelectual, político, afetivo e ficcional, pode vir a ser bastante útil ao fazer fotojornalístico, muito embora reconheçamos a incompletude inerente à representação daquele “real”.

A reconfiguração da partilha (política) do sensível perpassa a necessidade de intervenção de sujeitos plurais, coletivos, não identitários, a desconstrução e a reformulação do visível através da criação de outras zonas de contato, de outros modos de ver e de se posicionar diante de si mesmo e do mundo, de outras ausências e presenças, colocando em xeque os códigos canonizados pelo sistema policial que ordena e limita as experiências. Sendo assim, ao se colocar diante de uma cena, de uma pessoa, talvez fosse interessante que o fotógrafo (e mesmo qualquer jornalista) se perguntasse de que modo seu clique pode contribuir ou não para o estabelecimento e a ratificação de uma determinada “realidade”, o que certamente exige um olhar crítico e profundo, bem como um desejo de transformação social que possa transcender a mera replicação do que supostamente “já está” dado, certo, definido, em contraposição aos *Ainda-não* de cada sujeito em um determinado contexto sociocultural.

Se a criação de novas paisagens do possível é um trabalho que pressupõe, como vimos com Santos, o dilatamento do presente, das experiências, e a contração do futuro, das promessas que nunca se cumprem, então nos parece importante que a atividade fotojornalística se dê no âmbito da produção de novos e consecutivos dissensos imagéticos, minando tanto as lógicas de dominação perpetuadas com o auxílio da representação estereotipada de corpos historicamente deixados à margem quanto o próprio desperdício de experiências resultante daquelas mesmas lógicas.

Como dito antes, não se trata de estetizar o “real”, mas de mostrá-lo diversamente, contra-hegemonicamente, dissensualmente, colaborando assim para o surgimento de outras ficções e distribuições. Ainda que reconheçam as dificuldades inerentes a tal processo e não concordem em vários pontos, o que demandaria um ensaio à parte, tanto Santos quanto Rancière sinalizam para a possibilidade e a necessidade do aparecimento sempre renovado de outras lógicas, outras angulações e abordagens, ao que pensamos que os fotojornalistas podem vir a experimentar a não-normatividade e a transgressão como atos e gestos (fotográficos) capazes de colaborar para a intensificação da dialética envolvida na experiência estética em que atuam os próprios vetores de subjetivação estético-políticos, em que pese os imponderáveis que atravessam tais movimentos.

Referências

C.H.O.C Documental. SÃO PAULO/SP - 29/08/2017 - Rua Augusta. São Paulo, 29 de ago. de 2017. **Facebook:** @chocdocumental. Disponível em: [facebook.com/chocdocumental/photos/a.128461497546997/467734426953034/?type=3&theater](https://www.facebook.com/chocdocumental/photos/a.128461497546997/467734426953034/?type=3&theater). Acesso em: 28 dez. 2019.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2010.

FJELD, A.; TASSIN, É. Subjectivation et désidentification politiques: dialogue à partir d’Arendt et de Rancière. **Ciência Política**, v. 10, n. 19, p. 193-223, 2015.

FLORIANÓPOLIS se preocupa com quantidade de moradores de rua. **ND+**. Florianópolis, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/area-central-de-florianopolis-sofre-com-a-quantidade-de-mendigos/>. Acesso em: 28 dez. 2019.

MAFFESOLI, M. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre, Artes Ofícios, 1995.

MARQUES, A. C. S. Aspectos éticos, poéticos e comunicacionais do pensamento político de Jacques Rancière. **Logos**, v. 20, n. 2, 2013.

PALLOTTA, J. B. J. A trajetória teórico-política de Jacques Rancière. **Aisthe**, v. 8, n. 12, p. 52-68, 2014.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: **A crise da razão**. NOVAES, Adauto (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

RANCIÈRE, J. After what. In: CADAVA, E; CONNOR, P; NANCY, J [orgs.]. **Who comes after the subject?** Nova Iorque: Routledge, 1991.

RANCIÈRE, J. **A noite dos proletários: arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. Trad. Mônica Costa Netto. 14a ed. São Paulo: EXO experimental org., 2005.

RANCIÈRE, J. A estética como política, **Devires**, BH, v. 7, nº 2, jul/dez 2010.

RANCIÈRE, J. **O Desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996b.

RANCIÈRE, J. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 75-80, 2010.

RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2012.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Autêntica, 2011.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995.

RANCIÈRE, J. After what. In: CADAVA, E; CONNOR, P; NANCY, J [orgs.]. **Who comes after the subject?** Nova Iorque: Routledge, 1991.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Capítulo 9

Reflexões entre decisões judiciais e produtos jornalísticos a partir dos conceitos de Boaventura de Sousa Santos

*Caetano Machado**

** é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 9

Reflexões entre decisões judiciais e produtos jornalísticos a partir dos conceitos de Boaventura de Sousa Santos

Caetano Machado

1. Acesso a direitos

O amplo acesso a direitos é uma das conquistas da modernidade, a partir do século XVIII, no início dos processos que culminaram no que se convencionou chamar de democracia. Aqui entendida como democracia liberal, pela qual o aparato do estado democrático de direito toma decisões em nome da sociedade (BOBBIO, 2004).

Entretanto, Santos alerta que o pensamento moderno ocidental opera um sistema de distinções chamado de “pensamento abissal”, numa separação de lados, autoritária e prepotente (SANTOS, 2002). O que é relevante, compreensível, integrado fica numa área protegida, e o que é considerado contrário (o irrelevante, ininteligível, marginalizável), fica do outro lado desse fosso. Dessa forma, o acesso a direitos é uma das formas de criar uma linha abissal entre os que possuem ou não prerrogativas, garantias e privilégios.

Entre as representações mais bem-acabadas do pensamento abissal, Santos apresenta o conhecimento e o direito moderno. No campo do conhecimento, aponta o discernimento entre o verdadeiro e o falso – defini-los são monopólios da ciência moderna. No do direito, o destaque é para o legal e o ilegal.

O direito oficial do Estado determina que o legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei. As zonas cinzentas são colocadas de lado e a afirmação do que é honesto ou não é propriedade do Estado. Dentro do Judiciário há um campo de lutas entre pessoas e organizações por uma declaração do Estado sobre quem está certo e errado.

Isso possibilita que a luta por um mundo justo tenha disputas e, conseqüentemente, vitórias. Por outro lado, a existência de derrotas nesta batalha é altamente provável. Por conta disso, a viabilidade do direito ser um poder emancipatório também foi examinada por Santos. À época, ele indicava que “emancipatórios e não-emancipatórios são os movimentos, as organizações e os grupos cosmopolitas subalternos que recorrem à lei para levar as suas lutas por diante” (SANTOS, 2003, p. 71).

Ao discutir sobre a globalização jurídica neoliberal então em curso, Santos destaca que “o direito conservador neoliberal não faz mais do que fixar o quadro em que uma sociedade civil baseada no mercado funciona e floresce, cabendo ao poder judiciário garantir que o Estado de direito é amplamente aceite e aplicado com eficácia” (SANTOS, 2003, p. 11). Desta forma, as necessidades do mercado (custos baixos das transações, defesa dos direitos de propriedade, aplicação de obrigações contratuais, e instituição de quadro jurídico minimalista) são atendidas.

Se em 2003 a questão era “reinventar o direito sem cair na agenda conservadora”, mais recentemente (2017), Santos examinou novamente a questão da capacidade emancipatória do direito sob um novo prisma e registrou que a ciência e os direitos modernos

legitimaram sete ameaças principais para as classes populares e os grupos sociais oprimidos: desfiguração do Estado, encolhimento da democracia, destruição da natureza, desvalorização do trabalho, comodificação do conhecimento, recolonização da diferença e criminalização do protesto social. Essas sete ameaças foram legitimadas ao ganharem status científico e legal e, ao fazerem isto, o direito e a ciência modernos foram cúmplices no surgimento de monstros: dronificação do poder, institucionalidades paralelas, violência sacrificial e crise permanente (SANTOS, 2017).

Neste ensaio, foquei em dois desses monstros apontados por Santos – institucionalidades paralelas e violência sacrificial. No primeiro, as instituições não funcionam pelas regras acordadas para sua criação e execução de seus fins. As autoridades formais utilizam o poder de maneira informal. No segundo monstro, os valores mais prezados da sociedade são sacrificados com o pretexto de serem defendidos. Santos diz que deveríamos levar em consideração que a vasta maioria das pessoas ao redor do planeta são não-cidadãos, sem cidadania, direitos e deveres.

2. Banalidades

Representantes do Poder Judiciário e da imprensa apresentam divergências em muitas ações, mas, em outras há concordância de que alguns direitos podem ser relativizados mais facilmente. São descritos como situações banais, meros dissabores que as pessoas devem enfrentar porque se encontravam onde não deveriam, em companhia de quem habita o lado de lá da linha da legalidade.

No verão de 2009, um cidadão foi detido numa operação policial na cidade de Laguna (litoral sul do Estado de Santa Catarina) e apontado como traficante em matéria de emissora com sede em Florianópolis. O cidadão estava hospedado na casa de uma amiga, por acaso investigada por tráfico de drogas. Quando a

polícia cumpriu mandado de busca e apreensão na residência, ele portava um cigarro de maconha, logo, apenas usuário recreativo de *Cannabis sativa*. Por dois dias seguidos, a emissora de televisão apresentou reportagens em que o homem era mostrado como traficante. Ele buscou indenização por danos morais no Judiciário Catarinense pelo constrangimento, mas foi infeliz no seu pedido¹.

Entre as contestações da empresa jornalística está a alegação de que apenas narrou o fato como ocorreu, tal qual um espelho da realidade. A divulgação dessa e outras prisões atenderia ao interesse público, segundo o acórdão da apelação cível que determinou a vitória da emissora. Sendo interesse público, o veículo está desobrigado de obter autorização de imagem das pessoas retratadas, defendeu-se o veículo, o que foi acolhido pelo magistrado.

A narrativa, apontou o relator do caso, não possuía conteúdo ofensivo à imagem e integridade do demandante – não teve intenção de caluniar, injuriar ou difamar o sujeito. De toda forma, ele foi apresentado como traficante e, nos procedimentos policiais que se seguiram, ficou caracterizada sua participação no episódio somente como a de usuário.

Não importa que a sequência dos fatos apresente a prisão do cidadão como traficante sendo um acidente de percurso do trabalho da polícia, que nem se demora em rever a situação do homem para a de usuário. É uma narrativa que não chega até o fim. Incompleta, prejudica a honra de uma pessoa, um direito personalíssimo seu.

“Tem que ficar mesmo em cima dessa cambada de vagabundos”. Foi assim que um apresentador elogiou a atuação da Polícia Militar de Santa Catarina. O julgamento imediato, descontextualizado da narrativa do acontecimento em Palhoça, seguiu os mesmos passos do caso citado acima, e ocorreu com um

1. Apelação Cível n. 2011.099723-3, Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

homem que afirmava realizar serviços de pintura num local que foi alvo de batida policial. O pintor buscou indenização por dano moral² por ser apresentado como traficante. Lugar errado, hora errada.

O destaque na reportagem é para a autoridade do policial civil responsável pela operação de busca e apreensão:

A guarnição do ES mobilizou uma operação, juntamente com o GRT, onde procedemos uma campana, e dessa campana observou-se a grandiosidade da movimentação, então decidiu-se por dar o ‘atrank’, e no momento da abordagem logrou-se êxito pegar em posse do (nome suprimido) essa quantidade de cocaína pura e uma quantidade em dinheiro, e junto com eles estavam esses 4 elementos ali, que com certeza estavam dando suporte à movimentação do tráfico ou sendo usuários. São conduzidos para averiguações aqui na delegacia (sic) (grifo nosso).

O desembargador que relatou o caso destacou que “[...] a veiculação do relato do policial civil, por si só, não oferece revestimento de caráter difamatório ou calunioso, pois se trata de simples reprodução da versão oficial dos fatos, narrada por autoridade pública”. Novamente, a justificativa legal é a de que a situação foi retratada tal qual ocorreu, e que a organização jornalística tem todo o direito, pelo interesse público, de apresentar a pessoa em tais ocorrências.

Essas mesmas justificativas foram apresentadas em outro caso, que também chegou ao Judiciário Catarinense³. Desta vez, um homem estava num bar e foi revistado pela polícia numa operação contra o tráfico de drogas e pedofilia na cidade de São José (SC). Junto com a polícia estava uma emissora de TV que filmou a ação e reproduziu os acontecimentos.

2. Apelação cível n. 2013.054405-2, Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

3. Apelação cível n. 2011.005483-2, Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O homem que buscou a reparação por julgar que teve sua imagem ultrajada teve a seguinte resposta do relator do caso no Tribunal de Justiça:

Não se entende, contudo, como uma pessoa casada, pai de crianças pequenas e profissional respeitado esteja, em dia de semana (uma quarta-feira), pelas 10 (dez) horas da noite, confraternizando com amigos em um local, pelo menos do ponto de vista da Polícia Militar, de reputação deveras duvidosa. É que, sob a ótica da respeitabilidade e dignidade pessoal do homem médio, parece aparentemente contraditório querer falar em dano moral se numa hora e dia desses o indivíduo, que deveria permanecer em casa com a família, deixa-se estar em local suspeito e acaba por ser revistado em operação policial de rotina (grifos nossos).

Neste ponto do acórdão judicial⁴, o magistrado mostrou seu descontentamento com a vida do sujeito, reprovando a maneira como ele se comporta. Não passa pela cabeça do desembargador que a vida das pessoas pode ter dignidade fora de casa depois de determinada hora, em local que a autoridade policial suspeita (e ainda por cima sequer aponta um crime). Tomam-se as preferências do padrão de comportamento de um desembargador como referência para um julgamento que, em tese, deveria ser impessoal – um exemplo de institucionalidade paralela, a utilização informal do poder mencionada por Santos. Obviamente, o ganho de causa foi dado à emissora de televisão na apelação cível.

Ao seguir de forma cega as ações policiais, os três casos citados acima são um exemplo de boçalidade jornalística, nos termos

4. Acórdão é uma decisão em segundo grau e guia a jurisprudência dos julgamentos seguintes. Nos casos apresentados neste ensaio, de apelações cíveis, três desembargadores votam numa decisão final, que pode ser unânime ou ter uma divergência.

da interpretação de Valentini e Ijuim (2017)⁵. Ao perseguir flagrantes de drogas, esses profissionais de imprensa se postam de um lado, uma linha abissal: a proposta por autoridades policiais. Tratam as pessoas como se não tivessem direitos, despersonalizando-as. Aliás, ações de dano moral são invocadas quando há ofensa aos direitos da personalidade, destacados na Constituição Federal do Brasil (Art. 5º, inc. X): “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

3. Sofrimento e desprezo

A espetacularização de ações policiais banais com a anuência do Poder Judiciário facilita e estimula a insensibilização dos profissionais da imprensa. A exposição indevida e a exploração do sofrimento alheio desembocam em situações que implodem qualquer característica emancipatória que um produto jornalístico possa ter.

De 4 a 6 de junho de 2011, uma emissora de TV de Florianópolis veiculou a imagem de um adolescente de 17 anos, morto durante uma ocorrência policial. O apresentador não deixou de demonstrar seu juízo instantâneo de valor: “vagabundo”, “bandido não tem idade”, “local de bandido é na cadeia”. Os pais do adolescente buscaram reparação por dano moral⁶.

Após a primeira transmissão, a mãe do jovem telefonou à emissora de televisão e pediu que a imagem não fosse mais transmitida. Ela não foi atendida e a fotografia do filho morto apareceu em mais duas oportunidades. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a imagem de pessoas com menos de 18 anos deve ser preservada, especialmente se há possibilidade de envolvimento com fatos criminosos.

5. Ver uma amostra desta técnica de observação em: VALENTINI, G.; IJUIM, J. K. Tratamento boçal e distância abissal no jornalismo, (2017).

6. Apelação cível n. 0047086-69.2011.8.24.0023, Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O relator da ação também destacou que uma das reportagens citadas teve o cuidado de preservar a imagem do policial militar que relatava os fatos – uma imagem é preservada enquanto outra é alvo de ofensas. Há quem tenha direitos em excesso, a ponto de exigir o que deve ou não ser mostrados de si; outros, são expostos porque não têm como exigir ou, caso o façam, não são atendidos porque se delimita o que podem ou não fazer. Entretanto, neste caso, o Poder Judiciário assistiu o casal reclamante e deu ganho de causa na apelação judicial.

Problema semelhante, com desfecho equivalente, ocorreu com outro jovem de Florianópolis, filmado em revista pessoal pela cavalaria da Polícia Militar catarinense enquanto aguardava o ônibus. A suspeição foi ao ar e o rapaz, com 17 anos, começou a sofrer humilhações pela situação, bem como seus pais, pela vinculação a uma investigação por assassinato.

Na ação judicial que se seguiu⁷, a defesa da emissora tentou uma saída criativa: o jovem já estaria com a honra manchada por ter sido abordado e revistado pela autoridade policial. Logo, registrar e divulgar os embaraços e afrontas sofridos por uma pessoa não provocaria nenhuma responsabilização. Porém, o fato de o jovem ter menos de 18 anos foi suficiente para que a vitória na apelação fosse do adolescente e de seus familiares.

A entrevista de uma adolescente de 13 anos sobre um caso de pedofilia para uma emissora de televisão da cidade de Rio do Sul (SC), em junho de 2009, é um exemplo de como jornalistas podem desprezar leis e direitos, sem pensar em consequências, em caso semelhante ao anterior. A família buscou reparação por dano moral pela exposição indevida da jovem⁸; além da falta de cuidado em encobrir sua identidade, os pais reclamaram que não

7. Apelação cível n. 0028639-38.2008.8.24.0023, Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

8. Apelação Cível n. 0001057-96.2010.8.24.0054, Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

houve autorização para o depoimento⁹. Os pais afirmaram que a reportagem dava a entender que a garota sofrera abuso sexual.

O caso ocorreu durante o desenrolar da prisão por pedofilia de um padre da Igreja Católica da região. O terror e a repulsa gerados por este tipo de crime provocam reações extremadas, problemas que são discutidos com frequência nos cursos de Jornalismo, especialmente após a ocorrência da acusação infundada no que ficou conhecido como Caso Escola Base (RIBEIRO, 1995).

A defesa da emissora alegou que uma repórter foi procurada pela jovem, que teria falado de forma livre e espontânea e que a filmagem foi realizada de forma a ocultar quem era a pessoa entrevistada. Da mesma forma, negou que houve insinuação de que a adolescente tenha sido vítima de pedofilia.

Nos 5 minutos e 55 segundos da reportagem, a garota de 13 anos foi a única adolescente entrevistada. O juiz relator do caso no Tribunal de Justiça pontuou que, ao longo da matéria, os repórteres repetiram que a vítima da pedofilia foi uma adolescente de 13 anos. Ela foi filmada de costas, com ocasionais tomadas de detalhes dos olhos, dos cabelos e da boca, e não houve distorção da voz e imagem. Por tudo isto, a emissora foi condenada, em primeira e segunda instâncias, a pagar R\$ 15 mil à família.

Ao buscarem divulgar informações do que julgam de interesse público, sua obrigação, os jornalistas oferecem desrespeito e insensibilidade, uma perversão do que procuram. A inversão de valores, inconsciente ou não, expõe um desdém pelas pessoas que brutaliza a figura do outro, e pode ser encarada como uma das monstruosidades apontadas por Santos: a violência sacrificial. Em nome de um direito, jogam-se na lata do lixo (ou do outro lado da linha abissal) as garantias individuais de pessoas.

9. Quando o caso foi julgado em segunda instância, a jovem já atingira maioridade.

Nos últimos três casos, a menoridade dos personagens das matérias é o fato comum. Caso tivessem mais de 18 anos, provavelmente o resultado seria diferente. Evidentemente, a pouca idade deve ser protegida, mas a inexperiência e a falta de traquejo não são predicados apenas dos mais jovens. São definições que parecem fáceis de serem traçadas e seguidas, mas não deixam de expor a crueldade da existência de uma linha que separa os que têm privilégios dos que não os têm.

4. Emancipação dificultada

Neste ensaio, não pretendi apresentar soluções para os problemas do judiciário e do jornalismo. Pelo contrário, é um exercício de crítica reflexiva de ambos os lados. Essa análise é uma necessidade de toda a sociedade, de trabalhos simples como este, até pesquisas mais robustas como as de Boaventura de Sousa dos Santos.

A definição do que é certo e errado pela opinião de um juiz é tão discricionária quanto as opções que os jornalistas têm ao escolherem suas pautas. O caráter emancipatório é uma alternativa dos seres humanos, mas a emergência de problemas estruturais do estado moderno dificulta, paulatinamente, sua realização. No jornalismo, as escolhas são cada vez mais dependentes da voz de autoridade. No judiciário, mais condicionadas a uma sociedade calcada em valores de mercado. Como pano de fundo, os marginalizados seguem sofrendo.

Referências

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em: 4 abr 2021.

RIBEIRO, A. **Caso Escola Base**: os abusos da imprensa. São Paulo: Ática, 1995.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Acórdão nº 0001057-96.2010.8.24.0054. Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Acórdão nº 0047086-69.2011.8.24.0023. Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Acórdão nº 028639-38.2008.8.24.0023. Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Acórdão nº 2011.005483-2. Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Acórdão nº 2011.099723-3. Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Acórdão nº 2013.054405-2. Florianópolis.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 63, n. Outubro, p. 237–280, 2002. Disponível em: ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF. Acesso em 4 abr 2021.

SANTOS, B. de S. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 65, p. 03–76, 2003. Disponível em: journals.openedition.org/rccs/1180. Acesso em 4 abr 2021.

SANTOS, B. de S. The Resilience of Abyssal Exclusions in Our Societies: Toward a Post-Abyssal Law. **Tilburg Law Review**, [s. l.], v. 22, n. 1–2, p. 237–258, 2017.

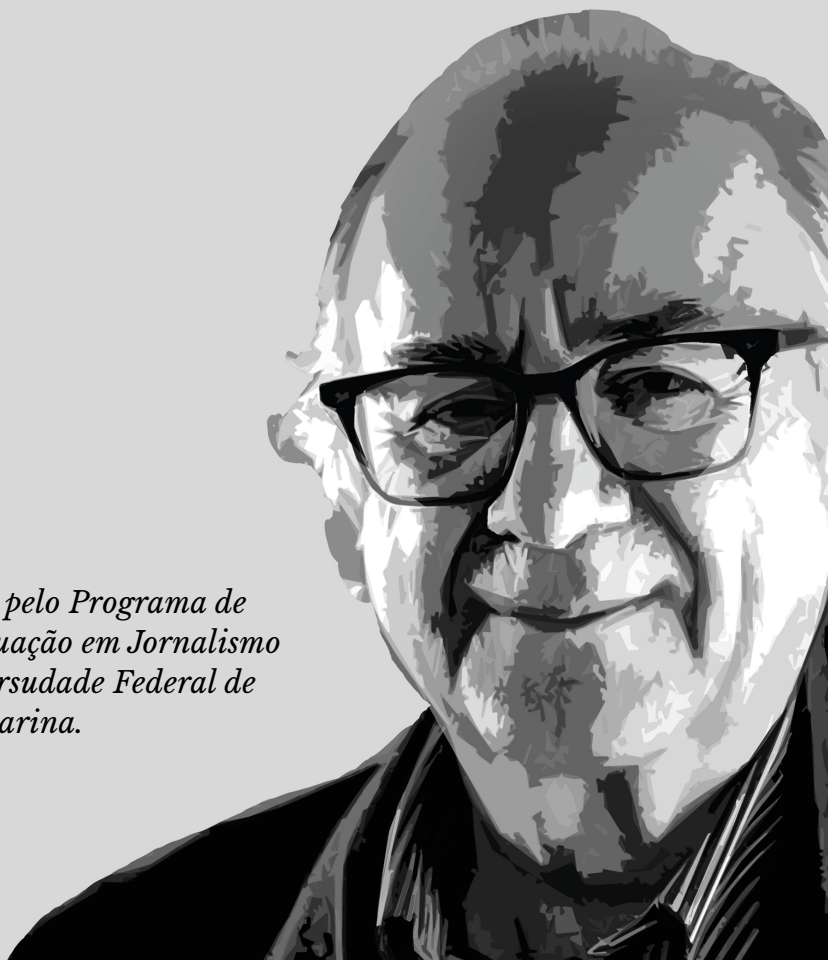
VALENTINI, G. G.; IJUIM, J. K. Tratamento boçal e distância abissal no jornalismo. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2017, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017.

Capítulo 10

O jornalismo como vocação e algumas más notícias

*Hendryo André**

** é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 10

O jornalismo como vocação e algumas más notícias

Hendryó André

1. Introdução

Por relacionar dialeticamente passado, presente e futuro, o ser humano encontrou em variados tipos de conhecimentos, dos concretos aos mais abstratos, maneiras de transcender a vida para além dos limites físicos do corpo. Vinculados à extensão da vida, na maior parte do tempo esses saberes são complementares, ainda que sejam, muitas vezes, também contraditórios. Decorrentes de imperativos históricos, essas diferentes consciências sobre si e sobre o mundo se organizam pelas relações cotidianas e servem à construção de identidades e memórias coletivas.

A necessidade de ampliar o sentido da vida, produto da percepção de tempo e da angústia pela finitude, estabelece-se por ações que definem, no mínimo, cinco “tipos” de humanos, cujas lógicas precisam ser problematizadas no ensino e no exercício do jornalismo. Em que pese a descrença proposta pelo niilismo, todo

indivíduo baseia a existência em uma ou mais destas dimensões: *senso comum, política, empreendedorismo, ciência e artes*. Essas categorias se entrecruzam em diferentes escalas na biografia de qualquer pessoa, algo que independe do grau de acesso formal à educação. Pela organicidade e caráter relacional, essas classes não são absolutas, o que, primeiro, permite a emergência de novos saberes e, segundo, faz com que elas contribuam para uma perspectiva não-essencialista de identidade (WOODWARD, 2014), uma abordagem que prega que todo sujeito é histórico porque transforma e é transformado pela realidade.

A modernidade rompeu com a ideia do conhecimento como algo sagrado (ECO, 2010) ao passo que legitimou vínculos genuínos entre saber e poder (FOUCAULT, 2004). Dito isso, essas cinco categorias, mesmo que reforcem distinções sociais, constituem-se como formas de leitura da realidade justamente por serem socializáveis. Quando disformes, representam riscos não apenas ao prolongamento simbólico da vida, mas à própria existência. Nesse sentido, caberia ao jornalismo o trabalho de *tradução* – ação entendida por Boaventura de Sousa Santos como a necessidade de “interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas” (SANTOS, 2002, p. 262-263).

2. “Tipos” de humanos

No conhecimento intitulado *senso comum*, o apego a forças divinas e a projeção de si em descendentes estão entre as formas culturais mais corriqueiras para se almejar a posteridade. Desdobrado em aspectos como família, casamento, religião, entre tantos outros, o *senso comum* defende ainda uma rígida moral do trabalho que, desde o princípio da modernidade, passou a ser entendido como uma espécie de *chamamento divino* (SOUZA, 2018, p. 36). Fundamental à organização da vida em sociedade, o *senso comum*, o mais antigo

e capilar dos saberes, contraditoriamente, é o mais marginalizado. Para essa visão de mundo, a natureza é uma criação oriunda de algo que a supera, motivo que ajuda a explicar por que essa expressão de arranjo da cultura, uma relevante forma de controle social, tende a carregar princípios moralistas que em contextos mais polarizados podem reverberar em práticas conservadoras, intolerantes, negacionistas e até mesmo violentas.

Idealmente, a *política* também é um campo no qual as pessoas encontram uma expressão genuína para estender a vida, embora alguns de seus princípios, sobretudo na lógica representativa, estejam desgastados. Depois do senso comum, a concepção moderna deste campo talvez seja a forma de extensão da vida que mais depende do aspecto coletivo, o que a amarra às culturas populares (BOURDIEU, 2004). A capacidade política, inata aos humanos, inaugurou ainda uma percepção de que as pessoas podem estender individualmente suas biografias para o bem e para o mal. Não há dúvidas que chefes de estado, de Nelson Mandela a Adolf Hitler, terão sempre seus nomes eternizados na história por aspirarem à natureza como uma narrativa. Majoritariamente fora dos três poderes, Martin Luther King, Chico Mendes, Zilda Arns, entre tantas outras personalidades, mantêm-se vivas como ideais.

Alguns humanos miram a natureza como uma matéria-prima. Bem verdade, a política, nos mais diversos matizes, carrega esse valor pragmático. A particularidade do *empreendedor*, não resumido aqui aos clichês que a palavra tem carregado, estabelece-se pela aptidão para resolver problemas abstratos e, sobretudo, empíricos. No primeiro caso, as pirâmides, obras faraônicas da Antiguidade, e o processo de mumificação, ações que tinham como finalidade justamente o prolongamento da vida, materializam-se a ponto de estender o significado daquela civilização por milênios. Mesmo com a evolução dos sistemas de transporte aéreo, Santos Dumont, os irmãos Wright e outros inventores que se dispuseram

a enfrentar a gravidade renascem a cada decolagem e pouso, ainda que, por uma infeliz ironia do destino, o uso do avião como arma de guerra possivelmente tenha contribuído para o suicídio do brasileiro, em 1932. Essa espécie de empreendedor vincula-se diretamente à ciência e aos pesquisadores. Sem a lei da gravitação universal, estabelecida pelos estudos de Isaac Newton, e de vários outros saberes, o avião não teria sido inventado naquele contexto específico.

Max Weber converge as atenções no ensaio *A ciência como vocação* para a figura do cientista social. De um laboratório onde produz textos, essa categoria avalia a natureza como um cosmo no qual precisa mergulhar. A rigor, as menções ao eminente autor nesta e em tantas outras referências garantem não só reconhecimento à obra, mas também à extensão de sua biografia. Ao contrário dos demais tipos de humanos citados, contudo, o investigador das humanidades teria como peculiaridade o corolário de ser superado. Em outras palavras, a ciência, imbricada à lógica de progresso, indica que um conhecimento é produzido para ser, necessariamente, ultrapassado. O esforço seria lutar durante toda a vida acadêmica para, com competência e um pouco de sorte, materializar em um texto um saber que *permaneça*. Como ser intelectual exige obstinação para mergulhar no desconhecido e desvendar mistérios da natureza social, sabendo de antemão que será superado, a missão desse ator social é ingrata e requer, segundo o sociólogo, *vocação*.

Para alongar a existência via ciência, a aposta weberiana gira em torno da capacidade de *especialização*, algo até certo ponto contraditório a uma obra que, ao lado dos legados de Karl Marx, Émile Durkheim e Auguste Comte, fundou o campo da sociologia moderna (BERLINCK, 2008). A rigor, apenas a especialização permite “que o trabalhador científico experimente por uma vez, e certamente não mais que por uma vez, a satisfação de dizer a si mesmo: desta vez, consegui algo que permanecerá” (WEBER, 2008, p. 24).

Embora haja nichos que tenham passado a dialogar com as culturas populares, as artes e a literatura buscaram a autonomização (ORTIZ, 2001), um afastamento do popular, durante o processo de massificação da sociedade, gestado ainda na primeira metade do século XIX (MARTÍN-BARBERO, 2015). Independentemente disso, nesses campos a natureza é avaliada como uma fonte de inspiração na qual é possível projetar expectativas sobre a aventura chamada vida. A pintura egípcia, por exemplo, não se tornou obsoleta frente à invenção da perspectiva. Somada às técnicas de mumificação e às obras faraônicas, ela possibilita visibilidade – isto é, *vida* – àquela civilização da Antiguidade. Capitu e Bentinho, protagonistas de um romance cujo desfecho no mundo contemporâneo seria solucionado com um eficaz – e frustrante – exame de DNA, são personagens responsáveis por um debate perene que mantém Machado de Assis eternizado na memória daqueles que tiveram oportunidade de deleitar o romance *Dom Casmurro*.

Classificações, sem dúvidas, detêm limitações. Por isso, o leitor mais atento pode se perguntar em qual *tipo* de humano, afinal, enquadra-se o jornalista. Como essa forma de enfrentamento da realidade julgada pelo senso comum, cobiçada pela política, estruturada pelo mercado, objetificada pela ciência e, finalmente, romantizada pela arte, propicia a extensão simbólica da vida? Se os conhecimentos são, de fato, imperativos históricos, há particularidades para que esse ator social, o jornalista, entenda a natureza? Por que, enfim, o jornalismo seria uma fonte de realização pessoal? Quais os riscos e vantagens de o ofício se aproximar ou se distanciar da ciência, da política ou do senso comum? Do mercado ou das artes? Ao buscar fugir das amarras da romantização, tão recorrente quando se pensa nas representações sociais da profissão e, em paralelo, ao propor que a atividade, potencialmente, seja uma forma de conhecimento orgânica para tecer o tempo presente (MEDINA, 2003), neste ensaio busca-se reforçar a necessidade de se

entender, a partir da linha de pensamento proposta por Boaventura de Sousa Santos, o jornalismo como um campo de *tradução*, uma técnica social que, por presumir que nenhuma cultura é absoluta, exige um esforço para estabelecer laços humanizados entre as diferentes formas de saber.

3. Especialização e singularidade

Sob o ponto de vista epistemológico, mas também pelo pragmático, o jornalismo busca legitimidade frente a dois tipos de conhecimentos que se consolidaram ao longo da modernidade como antagônicos: o *científico*, pautado pela razão, pelo rigor e formalidade do método (PARK, 2008); e o *sensu comum*, expresso nas observações cotidianas, nas astúcias incorporadas e postas em prática pelas pessoas da *rua* (BERGER; LUCKMANN, 2003), ou, em palavras mais sofisticadas, nas “noções que implicam uma apreensão funcional e orgânica do mundo tal qual ele se apresenta” (GENRO FILHO, 1987). Para iniciar um debate sobre essa singularidade da atividade é importante, primeiro, evitar uma dicotomia entre bem e mal, aquela que endeusa a ciência e demoniza o senso comum e, segundo, assumir que o debate perpassa também a política, as artes e o próprio ato de empreender, formas proeminentes de significação da vida.

Há emergência para que o jornalismo se referende como uma nova forma de conhecimento (MEDITSCH, 2007), sobretudo em uma das épocas de crise de legitimidade acerca da modernidade, da política, da ciência e, não por acaso, do próprio campo profissional. Parece ser exatamente na aparente contradição que esse ofício tem de retratar o cotidiano por meio de elementos inusitados, da potencialidade para organizar minimamente a memória social do tempo presente e, finalmente, dos potenciais para proporcionar visibilidade social que está sua capacidade de se constituir como um gênero legítimo de leitura e

tradução da realidade social, embora tal afirmação esteja longe de ser consensual entre estudiosos e profissionais.

Ainda que com princípios divergentes, tanto a ciência quanto o senso comum se amarram a matrizes generalistas, já que o ato de generalizar, “como um instinto poderoso e atuante em toda parte” (GROTH, 2014, p. 40), parece inerente à estrutura do pensamento (MOSCOVICI, 2015) – este texto mesmo se inicia com uma classificação de homens e mulheres que, inevitavelmente, incorre em limitações. Dentro de sua especialidade, qualquer ciência tem como corolário a necessidade de generalizar, já que as teorias buscam as regularidades dos fenômenos sociais. Em detrimento, o senso comum atua pelo viés generalista em função de a realidade ser interpretada como dotada de sentido concreto na vida cotidiana. Sem as amarras rigorosas do método, o senso comum prega que o mundo é construído por uma realidade objetiva na qual a lógica social é transmitida às futuras gerações. Assim, um mundo institucional possui “uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 86).

Essas duas formas de saber não devem ser analisadas como graus distintos de acesso ao conhecimento, pois simplesmente possuem finalidades sociais relevantes e distintas – o que ratifica o princípio de que os seres humanos têm necessidades de dialogar com outras formas de sabedoria. Afinal, se não há dúvidas de que um mundo baseado integralmente no senso comum levaria à barbárie, uma ordem inspirada nos outros tipos de conhecimento também seria tensa. A hegemonia do positivismo aliada a regimes totalitários, por exemplo, levou a ciência a desenvolver armas de destruição em massa, enquanto a sobreposição do empreender sem reconhecer a finitude da natureza tem trazido problemas de sustentabilidade para a existência da vida no planeta. Já nas artes e na literatura, o

método é um pouco distinto. Se parece pouco provável imaginar um mundo gerido por poetas, por outro lado é perceptível, a partir da própria mercantilização dos bens simbólicos, como essa forma de conhecimento, por ser mais orgânica, enquadra-se ao capitalismo. O que interessa observar, por ora, é que a diversidade de saberes gera tensões e, simultaneamente, produz múltiplas experiências sociais.

Conforme dito, a ciência vê na especialização a possibilidade de generalizar, enquanto o senso comum torna trivial tudo aquilo que, em tese, não valeria a pena problematizar. Já o jornalismo encontraria na singularidade dos acontecimentos uma maneira de se posicionar como novo gênero do saber (GENRO FILHO, 1987). Essa percepção não é simples porque precisa ter como essência a diretriz de que o campo combata o desperdício das experiências sociais (SANTOS, 2002), algo que talvez, entre as formas de conhecimento elencadas, só seja alcançado pelas artes. Se o senso comum, por um lado, interpreta a natureza como uma realidade dada e se a ciência, por outro, a vê como um cosmo no qual precisa olhar apenas um fragmento, o jornalismo teria maior potencial para aludir a um novo modelo de racionalidade.

Para que isso seja possível, a singularidade de um acontecimento qualquer não pode se restringir aos elementos inusitados potencializados nas notícias, mas sim à capacidade de se contar histórias humanizadas, pautadas pela dignidade a pessoas que ganhem protagonismo por meio de uma visibilidade narrativa, aquela que subsidia a existência política (MARTÍN-BARBERO, 2007) e a própria extensão simbólica da vida. É notório que esse jornalismo como forma de conhecimento, como uma atividade de tradução, carece de sentido nas formas mais factuais, especialmente em empresas com baixo poder de investimento, mas ganha ressonância, inclusive em projetos mais modestos do ponto de vista financeiro, em iniciativas mais especializadas – o sentido de especializada será retomado adiante.

Em um texto científico, a materialização de conhecimentos é voltada a um público específico; em tese, interessado na temática. Nessa linha, um cientista social só pode ser ultrapassado pelos pares, atores que se identificam com as discussões. Pelas aproximações com a lógica da política, o jornalismo tornou-se uma das principais instituições sociais da modernidade, mas com uma finalidade distinta: ao perpetuar vínculos com as experiências da vida cotidiana, passou a integrar o mundo social a partir do momento em que as pessoas passaram a sentir necessidade de se informar. Por fazer apologia aos princípios do projeto moderno, a área sofre respingos de certo esgotamento que envolve todo o campo da *razão* que, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, no ocidente carece de sentido.

Com a globalização e o advento da internet, um imperativo histórico que responde às necessidades de rearranjo das ideias de visibilidade, emergem novas problematizações acerca das noções de verdade, cidadania, política, ciência e, claro, jornalismo. Nesse contexto, por normativamente se posicionar como um dos principais campos de coesão da vida social contemporânea, o jornalismo se difere e supera a ciência sem renegá-la e sem jamais tê-la atingido (MARTINO, 2008). E isso só ocorre pela propriedade que configura o campo como um tradutor da realidade social, algo que o hibridiza não só com a ciência, mas também com o senso comum, a política, as forças produtivas e as artes.

É nessa teia que entram em cena interrogações apresentadas por Boaventura de Sousa Santos, autor que traz provocações epistemológicas, especialmente em relação à legitimação de novas concepções de conhecimento. Embora não trate diretamente do jornalismo, as reflexões do pensador carregam elementos cruciais para se repensar não só os significados do campo, mas também os fundamentos da prática profissional. Para contribuir ao debate, transformam-se em

premissas as três principais inferências do pensador sobre a relação entre a ciência e o mundo social. A primeira delas é o fato de que “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (SANTOS, 2002, p. 238). Já a segunda versa em torno do fato de que boa parte da riqueza social perde-se em função da apologia desenfreada à ciência e, por consequência, do desenvolvimento tecnológico. Por fim, a terceira premissa vale-se da noção de que “para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade” (*ibid.*).

É na junção dessas três considerações que o jornalismo pode se constituir como uma forma legítima de saber, ancorada em uma concepção de cidadania como forma de visibilidade vinculada a direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967). O caminho, no entanto, é árduo. Para Boaventura de Sousa Santos, a *razão indolente*, cuja definição versa em torno de uma concepção apática dos princípios científicos e filosóficos hegemônicos que regem o mundo ocidental, é incapaz de explicar a complexidade e a riqueza do mundo social. A noção limitadora de progresso *ad infinitum*, ancorada no tempo linear, reduz a experiência social, de modo a ocorrer uma contração do presente, estruturada por uma concepção de totalidade que transforma “o presente num instante fugidio” (SANTOS, 2002, p. 239), e uma expansão do futuro, pautadas por um mundo de expectativas. O pensador defende a ideia de inverter a lógica: para expandir o presente e ampliar as experiências, propõe uma *sociologia das ausências*; para contrair o futuro e evitar expectativas e frustrações tão recorrentes nas sociedades ocidentais, recomenda uma *sociologia das emergências*. Essas duas perspectivas teriam fundamento para existir a partir do trabalho de tradução.

4. Algumas más notícias e um potencial caminho

A preocupação com as noções de visibilidade traz desafios, algumas más notícias e uma potencial saída. Quando se pensa nas interfaces entre senso comum e política, por exemplo, não é incomum que a imprensa, em tese por servir a propósitos específicos, seja classificada como *popularesca e/ou panfletária*. Um jornalismo mais popularesco, por exemplo, apropria-se com maestria da capacidade de identificação, mas costuma reproduzir, predominantemente, senso comum. Por entender que a natureza é dada, mostra-se indisposto a trabalhar pelo diálogo de temas sociais mais complexos. Como o senso comum é a forma de conhecimento socialmente mais abrangente, esse nicho, que no Brasil se alinha, entre outros exemplos, aos noticiários criminais (ANDRÉ, 2018), permanece com força nos meios massivos, sobretudo na televisão. Um jornalismo subserviente à política, por outro lado, torna-se panfletário. Ainda que também se aproprie da lógica da identificação, essa perspectiva da atividade, por enxergar a natureza como uma narrativa, quando desagregada dos demais tipos de conhecimento não estabelece diálogo e, pior, incorre no risco de afastar-se dos fatos.

Em um modo de produção capitalista, a maior parte das iniciativas informativas se constitui, sem dúvidas, como modelos de negócios. Os interesses do mercado, sem qualquer intenção de demonizá-lo, nem sempre são coincidentes com os anseios do restante da sociedade. Parece fundamental que o jornalismo se aproprie de valores da especialização, para, com um pouco de sorte, produzir algo que permaneça. Por outro lado, isso não pode ser confundido, embora possa ser hibridizado, com a ideia de segmentação valorizada pelo mercado. É preciso ter em mente que um jornalismo especializado diverge de um jornalismo segmentado. No panorama mercadológico, as notícias são produtos que detêm princípios de obsolescência programada. A efemeridade reforça o critério de

singularidade para que um acontecimento se torne notícia, embora seja uma singularidade que, por não dialogar dialeticamente com as dimensões hegelianas do particular e universal (GENRO FILHO, 1987), desperdice experiências. A atividade, nessa abordagem, dá publicidade a temas exóticos, mas não possibilita visibilidade. Essa volatilidade das notícias, bem verdade, referendou o ofício como relevante, contudo, também aponta para os motivos que levaram a área a certo esgotamento de sentido.

Quando se pensa no jornalismo, há subvalorização dos diálogos com as artes, o que parece ser um grande paradoxo para uma profissão tão romantizada. Esse afastamento não é gratuito nem isento de significados. Com a autonomização do campo das artes, o jornalismo, dentro de suas limitações, assumiu para si um caráter mais pragmático das representações. Para ilustrar determinado recorte de realidade, o campo encontrou personagens que ilustram uma situação cotidiana qualquer: o desafio, em um mundo no qual há uma explosão discursiva de identidades (HALL, 2014), está em caracterizá-los sem estereotipá-los, em dar-lhes visibilidade social. A dificuldade, porém, está na *inevitabilidade da rotinização* que, segundo Anthony Giddens (1997), é um aspecto nitidamente moderno. Assim, observa-se, de antemão, que algumas experiências informativas (sobretudo, as publicações com periodicidades mais esparsas e, muitas vezes, especializadas) conseguem, por meio da humanização das fontes, construir histórias verdadeiramente singulares. Essas histórias marcam e questionam valores ligados ao senso comum, à política, ao empreendedorismo, à ciência e às artes, produzindo, necessariamente, uma nova forma de conhecimento, vinculada às experiências e à memória social. É possível se aproveitar dessa lógica para ampliar as experiências sociais e para consolidar uma nova forma de visibilidade?

A noção de “humanização da sociedade pela socialização do saber” (IJUIM, 2012, p. 121) é um elemento fundador do projeto

moderno que pautou a legitimação do jornalismo enquanto campo social. A humanização dessa prática social, contudo, não se restringe à descoberta de figuras ímpares que ilustrem uma tendência, menos ainda se explica pela apresentação de perfis de personagens – é preciso, novamente em paráfrase a Boaventura de Sousa Santos, *cruzar a linha* para entender a complexidade dessa ação. Não há, sem dúvidas, tanto desafio em encontrar personagens que ilustrem uma situação cotidiana: o desafio está em não estereotipá-los, em dar-lhes visibilidade, em alongar a existência simbólica dessas pessoas, e isso só pode ser estabelecido a partir da humanização dos próprios jornalistas (IJUIM, 2012).

Cremilda Medina (1999, p. 24) alega que a humanização por meio da narrativa, uma forma de produzir sentidos simbólicos e arranjar o caos do mundo social, pode dar novo sentido ao jornalismo: “O que se diz da realidade constitui outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa – o ser humano não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida”. A autora dissecou os empecilhos para a contextualização do presente, a partir do processo de produção da notícia: “Paradigmas abalados, conflitos culturais e desumanização de cosmovisões sacodem as certezas técnicas e tecnológicas da comunicação social assim como dos demais atos de relação entre os homens” (MEDINA, 2003, p. 49). Assim, o jornalismo, a partir da humanização e da capacidade para contar histórias inusitadas que ocorrem no cotidiano, tem potencialidade enquanto forma de conhecimento legítima, pautada pela singularidade e, sobretudo, pela capacidade de traduzir.

Ao alertar que há artífices no campo pouco ou nada conscientes das potencialidades que suas atividades podem gerar para a sociedade, a pensadora explica que, embora jornalistas e sociólogos utilizem metodologias distintas de trabalho, é imprescindível que ambas as profissões priorizem a aprendizagem. Em especial, no jornalismo, segundo ela, atropela-se “pelo faro, pelo jogo de cintura,

pelas agilidades inatas ou pseudo-inatas, a etapa de acúmulo de conhecimentos” (MEDINA, 2003, p. 20).

A consequência de priorizar a aprendizagem abre margens para o que Jorge Ijuim, inspirado no pensamento de Cremilda Medina (1999), chama de racionalidade criativa e emoção solidária, na qual o trabalhador deve assumir uma postura voltada ao questionamento constante do mundo social, a fim de desatar nós da complexidade das experiências cotidianas. Por conseguinte, a narrativa humanizada funcionaria como uma forma de arranjo do que está desorganizado com “as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos” (IJUIM, 2012, p. 133-134).

Se para humanizar é preciso respeitar as diferenças, não haveria jornalismo humanizado sem tradução, ou seja, desvinculado de todas as formas de conhecimento elencadas neste texto. Para ser verdadeiramente humanizado, o jornalismo deve se assumir como uma forma genuína de visibilidade. Segundo essa lógica, a atividade precisaria migrar: a) *do popularesco para o popular*, a partir da compreensão da necessidade de produzir reportagens que criem identificação e, conseqüentemente, engajamento; b) *do panfletário para o político*, mediante a produção de pautas que valorizem a democracia e a cidadania plena; c) *do segmentado ao especializado*, ou seja, de um nicho de mercado voltado a públicos específicos para um jornalismo de pautas especializadas que, potencialmente, tenham maior porosidade; d) *da razão indolente para a humanização*, por meio da possibilidade de expandir as experiências do tempo presente, de proporcionar que produtos jornalísticos se configurem como experiências nos processos de mediação; e) *da autonomização para a extensão da vida*, isto é, a partir da ideia de que é possível e preciso produzir, para a realização profissional e para o público, algo que permaneça.

5. Considerações, um mundo sem tradução

Nelson Traquina diz que as pessoas serão notícia pelo menos uma vez na vida, exatamente no dia posterior à morte (TRAQUINA, 2005). Como a garantia de visibilidade social é estruturada pela ideia de reconhecimento recíproco – ou seja, pelo “direito de ser visto e ouvido, uma vez que equivale ao direito de existir/contar social, política e culturalmente, tanto na esfera individual quanto na coletiva; das maiorias ou de minorias” (MARTÍN-BARBERO, 2007, p. 35) –, no contexto atual, o critério de noticiabilidade *morte*, visto como uma estratégia de visibilidade, torna-se insuficiente. Nesse tipo de sociedade, as pessoas, individual e, sobretudo, coletivamente, precisam ser notícia em vida; e isso não é um favor, mas sim uma *vocação* de quem se propõe a narrar as notícias de um mundo fragmentado.

Embora seja uma atividade romantizada, o jornalismo é uma das profissões mais desgastadas socialmente a partir dos desdobramentos da globalização e enfrenta desafios emergentes, tais como: o modo de se narrar histórias, aparentemente anacrônico; o anseio de criar processos de identificação em meio à crise do modelo de negócios que avalizou o jornalismo desde o século XIX; a necessidade de construir sentidos perenes e coletivos em um mundo pautado pela efemeridade e pela individualidade; a relevância de proporcionar visibilidade a distintos grupos e de pautar debates de interesse público; e, finalmente, o sonho de fazer tudo isso pautado por uma perspectiva racional.

Para Boaventura de Sousa Santos, quando se pensa nas experiências de mundo, a capacidade de tradução é a que mais precisa de atenção para uma sociologia das ausências, aquela que aponta para a necessidade de se expandir o presente, e uma sociologia das emergências, que se vincula à contração do futuro. Nesse sentido, o autor defende a relevância de demarcar “o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade” (SANTOS, 2002, p. 262).

Conforme abordado ao longo do texto, a falta de tradução entre as diferentes formas de racionalidade gera uma grave consequência, amplificada pelo jornalismo: a consolidação de estereótipos. Segundo o autor, a lógica das ausências produz a não existência, ocorrida quando “dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (*ibid.*, p. 246).

O trabalho de tradução parece ser, portanto, mais do que nunca, uma nova concepção de atuação para o jornalista, que pode se conduzir basicamente na adaptação contextual do *intelectual orgânico*, conceito criado por Gramsci, ou *intelectual público* (DOMINGUES, 2011), nomenclatura mais pertinente devido ao fato de a primeira ser estigmatizada por estar vinculada a um contexto socialista de política. Com natureza distinta dos filósofos, escritores e acadêmicos, esse tipo de intelectual – independentemente da terminologia – vive da e para a práxis. Por entender o mundo de forma dialética, deve ser capaz de pensar com o propósito de intervir em determinada realidade, e de agir com o compromisso de refletir sobre as ações. Essas características de intelectualidade podem e precisam estar presentes em qualquer pessoa, livremente do grau de escolaridade, e devem exigir e despertar reflexões sobre como o mundo é. Conhecer-lo, sem dúvidas, contribui para a autonomia entre aceitá-lo, questioná-lo e, por fim, transformá-lo.

Referências

ANDRÉ, H. “**Violência fascinante em vidas tão normais**”: relações de estigmatização e invisibilidade social na recepção de noticiários criminais. 2018. 528 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERLINCK, M. T. Notícia sobre Max Weber. In: WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2008. p. 7-16.

- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DOMINGUES, I. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do ethos da ciência. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 463-485, 2011.
- ECO, U. **O nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HALL, S. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.
- IJUIM, J. K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 7, n. 2, p.117-137, ago. 2012.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- MARTÍN-BARBERO, J. Novas visibilidades políticas da cidade e visibilidades narrativas da violência. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.27-39, out. 2007.
- MARTINO, L. C. O campo da comunicação e suas teorias. In KUNSCH, D. (org.). **Comunicação**: Saber, arte ou ciências. São Paulo: Plêiade, 2008.
- MEDINA, C. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, C. Narrativas da contemporaneidade, caos e diálogo social. In: MEDINA, C.; GRECO, M. **Caminhos do saber plural: dez anos de trajetória**. São Paulo: ECA/USP, 1999. p. 23-36.

MEDITSCH, E. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 1, n. 1, p.9-22, set. 2007.

MOSCOVICI, Sergi. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PARK, R. E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. v.2. p. 51-70.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63. Coimbra: outubro de 2002, p. 232-280.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. (p. 36).

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005. v.1.

WEBER, M. A ciência como vocação. In: WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2008. p. 17-52.

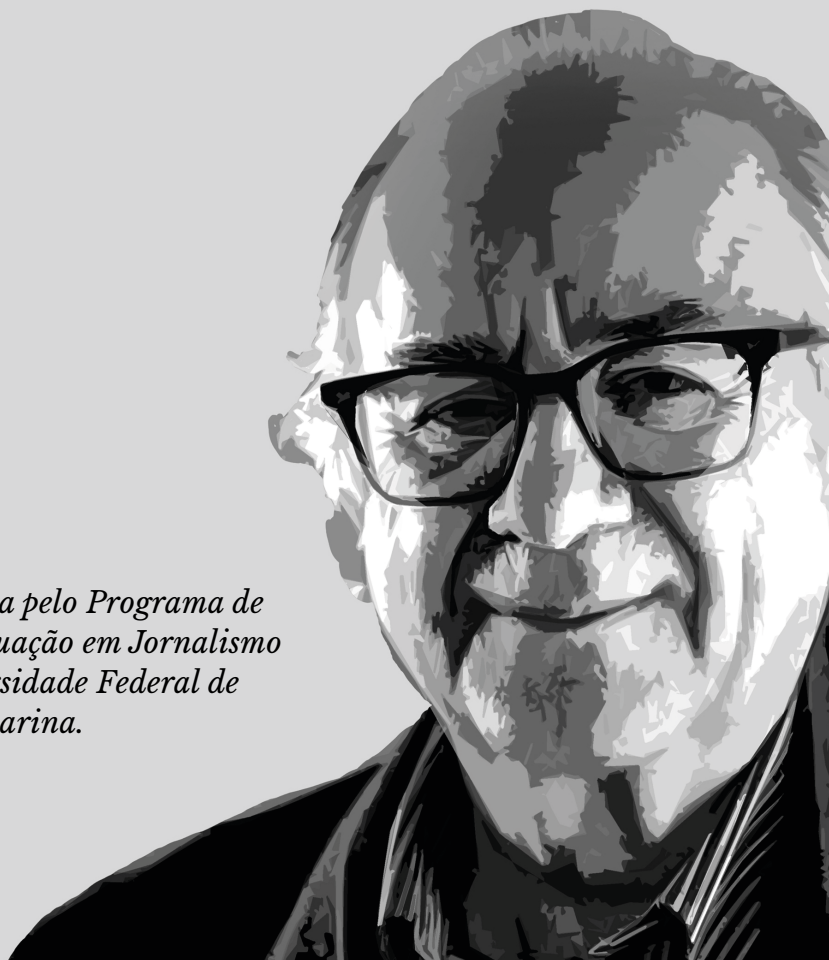
WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

Capítulo 11

Pluriversalidades e interseccionalidades dos temas direitos humanos e cidadania na práxis jornalística

*Criselli Maria Montipó**

** é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 11

Pluriversalidades e interseccionalidades dos temas direitos humanos e cidadania na *práxis* jornalística

Criselli Maria Montipó

“Não estamos reconciliadas com o opressor
que afia seu grito em nosso pesar”.

*Gloria Anzaldúa*¹

1. Introdução

As mais distintas formas de opressão são marcas palpáveis em nossas sociedades, ontem e hoje permanecem como feridas abertas de nossas desigualdades e exclusões. Inserida na esfera social, a narrativa jornalística promove a mediação de discursos, muitas vezes opostos. Devido a essa árdua tarefa cotidiana, a imbricação entre jornalismo, cidadania e direitos humanos é expressa nas teorias e na prática jornalística. Fluidas e construídas

1. Incentivadora do fortalecimento das vozes terceiro mundistas e do movimento feminista de inclusão, o pensamento da teórica social e escritora Gloria Evangelina Anzaldúa teve grande relevância na redefinição de identidades chicanas (identidade de pessoas de ascendência mexicana nascidas nos Estados Unidos), lésbicas e *queer*.

historicamente, estas três instâncias coletivas – jornalismo, cidadania e direitos humanos – são mutuamente intercambiadas no tecido social.

Ao compreendermos o jornalismo como narrativa do presente e mediação social contemporânea – portanto, ancorada na atualidade – não podemos perder de vista que a narrativa jornalística é, também, mosaico de distintas leituras sobre a vida, pluriverso de fatos e acontecimentos. O jornalismo se move continuamente entre experiências híbridas ininterruptas. Tributária de visões de mundo ao longo da História, a prática jornalística conecta saberes e dizeres, constrói novas perspectivas e interfere socialmente.

Tendo em vista as concepções hegemônicas que entretecem o jornalismo brasileiro, nossa intenção é refletir sobre a necessidade de uma abordagem pluriversa e interseccional dos temas direitos humanos e cidadania na *práxis* jornalística. Dado o breve espaço aqui disponível, o foco será tecer alguns apontamentos e sugerir uma vasta gama de pensadoras e pensadores que podem ser trazidas para o debate. Graças às epistemologias que vêm ganhando força na América Latina e no sul global desde a segunda metade do século XX, algumas perspectivas contra-hegemônicas já estão bastante difundidas nas ciências humanas e sociais, mas ainda são pouco debatidas no jornalismo, como discutiremos adiante. Ao final, buscaremos apresentar alguns aspectos da relação entre jornalismo, cidadania e direitos humanos a partir de pesquisas desenvolvidas recentemente.

De todo modo, balizamos que a prática jornalística se situa diante da responsabilidade de promoção da cidadania, reafirmada pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007) especialmente quando se refere à defesa dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

Como é conhecido, o documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, com seus 30 artigos,

buscou compreender o que caracteriza os direitos de todas as pessoas. Dada a complexidade dessa empreitada, muitos foram os paradoxos e pontos de divergência enfrentados durante esse longo percurso que, até hoje, não dá conta de abranger as singularidades humanas de forma justa e equitativa.

Da mesma maneira que a profissionalização do jornalismo sofre avanços e retrocessos, a garantia de cidadania e direitos humanos também trilha caminhos tortuosos. Somente há pouco mais de 70 anos foi possível consensuar, entre um grupo de nações, um elenco de direitos. A necessidade de construção da DUDH, a partir das contribuições de nações de distintas correntes ideológicas acabou também por gerar um resultado relevante: a interdependência entre os direitos civis e políticos (incentivados pelo ocidente capitalista e liberal que os concebe como individuais) e os direitos sociais, econômicos e culturais (defendidos mais fortemente pelo bloco socialista) que apresentam um caráter mais coletivo (SANTOS; MARTINS et al, 2019). Entretanto, a concepção hegemônica – ou universalista – de direitos humanos age de algum modo, inversamente, ao invisibilizar lutas e acobertar violências, como problematizaremos no decorrer deste ensaio.

Ainda que embrionadas na Antiguidade, arrefecidas na Idade Média e retomadas com maior fôlego na Modernidade, as garantias sociais estão compreendidas, contemporaneamente, em quatro gerações de direitos. Na primeira geração localizam-se os direitos civis e políticos. Na segunda, os direitos econômicos, sociais e culturais. Na terceira, os direitos de solidariedade internacional, como desenvolvimento, meio ambiente e questões bioéticas. Na quarta geração está a democracia e o pluralismo (VIVARTA; CANELA, 2006).

Assim, uma questão que nos parece relevante é questionar sobre quais direitos humanos ou quais cidadanias se debruçam o jornalismo brasileiro. A seguir, nos detemos em ponderar como a

visão hegemônica de cidadania e direitos humanos incide sobre o modo como o jornalismo é pensado e praticado no Brasil, onde ocorrem tantos processos de exclusão em consonância.

2. Uma breve (porém, dolorosa) nota sobre processos de dominação

Cidadania, direitos humanos e jornalismo estão assentados sobre densas estruturas como colonialidade, racismo, coronelismo, patriarcado, capitalismo neoliberal, capacitismo, entre outras formas de dominação. No Brasil, essas forças permanecem como bases das esferas de poder de modo bastante particular, já que são estrategicamente ocultadas ou dissimuladas para favorecer a manutenção estrutural desses polos de opressão, enfraquecendo o potencial de crítica e resistência de uma ampla parcela da população.

No caso brasileiro, as raízes da subalternização situam-se na imposição do sistema colonial nas terras, nos corpos e nas subjetividades de nossos ancestrais indígenas e africanos. Foram mais de três séculos de violações ininterruptas, em sentidos múltiplos: físicos, culturais e simbólicos. A colonialidade persistente até a contemporaneidade é oriunda da escravização abolida de forma inconclusa que reconfigura subcidadanias, ou seja, determina quais pessoas devem ser mantidas abaixo da cidadania, subjugadas pela dinâmica do capitalismo como subcidadãs, em que seus direitos não são respeitados, permanecem apenas como letras inertes nas declarações ou leis.

A colonialidade, por sua vez, se refere à normalização das relações ontológicas coloniais às práticas, instituições, estruturas culturais, sociais e epistemológicas a que dão origem, conforme Maldonado-Torres (2019). Diante desses violentos e complexos fenômenos sociais, Quijano (2000) nos adverte que colonialidade e colonialismo são opressões relacionadas, mas distintas. O colonialismo, mais antigo, é um padrão de dominação e exploração

que se manifesta, principalmente, no controle da autoridade política e dos recursos de produção. A colonialidade, ainda que forjada dentro do colonialismo, provou ser mais profunda e duradoura, sendo imposta à intersubjetividade de modo enraizado nos últimos 500 anos, especialmente na América Latina.

Ou seja, a colonialidade recria os mecanismos culturais para manutenção de uma parcela significativa de pessoas do outro lado da linha abissal. Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2010), trata-se de um intrincado processo de distinções que abre abismos visíveis e invisíveis e separa povos em dois mundos, sempre antagônicos: norte-sul, civilizado-selvagem, colonizador-colonizado, entre outros.

A fim de compreender como esse corte abissal se dá aqui em nossas linhas geográficas, recorreremos à obra *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado, em que Abdias do Nascimento – ativista na luta contra a discriminação e pela valorização da cultura negra – critica o mito da democracia racial ao denunciar o genocídio físico, a degradação moral e o aniquilamento cultural das populações negras, ações realizadas de modo velado na maioria das vezes (NASCIMENTO, 1978). No entanto, diversos indicadores sobre renda, escolaridade e violência evidenciam que o sistema vigente no país até hoje busca manter o grupo formado por pretos e pardos na condição de subalternização, o que contrapõe os ideais democráticos.

A mitologia da democracia racial também é refutada por Lélia Gonzalez. A intelectual e ativista chama a atenção para a discriminação, a divisão racial do trabalho e do espaço territorial prevalentes no Brasil. O legado acadêmico de Gonzalez como filósofa, socióloga, antropóloga, professora e militante do movimento negro já apontava, há quase quatro décadas, como o desemprego e a crise econômica brasileira são explicitamente articuladas com o racismo, que aprofunda os abismos sociais.

Ao mesmo tempo em que aponta as diversas formas de violência racial como impulsionadoras da desigualdade brasileira, Gonzalez (1988) reconhece a dinâmica dos contatos culturais e das trocas entre brancos, negros e indígenas ao defender uma América Ladina – a amefricanidade brasileira a partir da diáspora africana. Para a pesquisadora, o idioma português falado no Brasil é “pretuguês”, que além de linguagem também configura um tipo de pronúncia, um modo de ser, de sentir e de pensar, negligenciado em diversas instâncias. A construção social de raça como instrumento de classificação e controle está intimamente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), como também observa Quijano (2000), sendo parte constitutiva e histórica da América Latina e, especialmente, do Brasil.

Ao ajustar seu olhar para as realidades vivenciadas no sul global, Santos (2016) considera que esses modelos excludentes de opressão e violência são operados por três poderes em simultâneo: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, que são subservidos por vários outros subpoderes religiosos, midiáticos, geracionais, étnico-culturais e regionais.

O colonialismo se baseia na discriminação contra seres humanos “que são iguais de modos diferentes” (SANTOS, 2016, p. 210). O pensador lusitano se soma aos intelectuais brasileiros ao afirmar que, por um lado, a desigualdade é causada pela herança escravagista; por outro, a exclusão transparece a partir do extermínio dos povos indígenas² principalmente no Brasil, onde fatores históricos e o uso

2. Os povos indígenas foram expostos a situações de vulnerabilidade desde a colonização do Brasil, um dos países que mais abrigam tais populações. São quase 900 mil indígenas de 256 diferentes povos, com mais de 150 línguas e dialetos distribuídos em 723 terras indígenas, que somam 14% do território nacional, cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados - área em permanente disputa por setores do agronegócio e mineração. Com dados do Quadro Geral dos Povos, elaborado pelo Instituto Socioambiental. Disponível em: <pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos>. Acesso: 11 maio 2021. Sobre o tema, sugerimos: KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

do poder para controle social na forma de necropolítica influenciam as lutas por equidade até hoje. Vale salientar que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) discute que, por meio da necropolítica – aniquilamento físico e simbólico de subjetividades –, poderosos definem quem pode viver e quem deve morrer³, sobretudo ancorados em modelos universalistas, nada afeitos à diversidade e à pluralidade.

O capitalismo, por sua vez, está assentado em trocas desiguais entre seres humanos supostamente iguais e impulsiona ou intensifica as formas de opressão aqui discutidas. A concentração de riqueza e a degradação dos direitos econômicos e sociais fazem com que o círculo da reciprocidade cidadã se estreite. Cada vez mais cidadãs e cidadãos passam a viver na dependência de grupos sociais poderosos, sejam eles filantropos, narcotraficantes, latifundiários, industriais, empresas de mega projetos e mineração, que têm poder para interditar seus modos e expectativas de vida, como nos lembra Santos (2016).

O patriarcado, de modo semelhante, se assenta na dominação de corpos e subjetividades, nesse caso, com foco na opressão de mulheres e na estigmatização das orientações não-heterossexuais. Patricia Hill Collins, Sirma Bilge (2019) e Karla Akotirene (2019) aprofundam a discussão acerca da interseccionalidade do racismo, do capitalismo e do cis-hetero-patriarcado a partir da epistemologia feminista negra, conforme discutiremos adiante. Ainda que não haja um entendimento uníssono na teoria feminista sobre patriarcado, há consenso quanto à influência da razão androcêntrica⁴ sobre a ciência e outras esferas da sociedade.

Para além dessas três formas de opressão, a lógica coronelista também deixou traços inapagáveis no projeto de cidadania do país, principalmente no setor econômico, onde

3. Salientamos que a pandemia do novo coronavírus infelizmente demonstrou essa face perversa da política em diversas partes do globo.

4. Androcentrismo se refere à forma como as experiências masculinas são consideradas como universais, desconsiderando e invisibilizando as experiências vividas pelas mulheres e grupos LGBTQIA+.

prevalece ainda hoje a ideia de propriedade privada a qualquer custo, em detrimento da coletividade, basta atentar para o desrespeito às terras ancestrais. Além de configurar este e outros aspectos do neoliberalismo vigente, até mesmo o desenvolvimento da imprensa guarda essas características. Os arranjos de concentração midiática permeados de relações de poder deram origem ao coronelismo eletrônico, dinâmica na qual conglomerados midiáticos utilizam práticas monopolísticas para obter e manter o poder político e econômico, conforme Herrmann (2016), configurando-se como um obstáculo à democratização da mídia e do país.

Em todos esses mecanismos de dominação é possível perceber a presença do que Santos (2001) denomina mito de próspero e calibã, em que o escravo se apropria dos instrumentos do seu senhor como alavanca para a libertação da servidão e com isso dá continuidade às diversas formas de opressão. Nesta mesma toada, ao pensar sobre a realidade brasileira, Paulo Freire (2019a, 2019b) almejava a superação da contradição opressor-oprimido por meio da ação político-dialógica. “Somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora” (FREIRE, 2019b, p. 43). Suas reflexões avolumaram-se, ganharam densidade e passaram a ser disseminadas pelo mundo todo até hoje. Seus estudos foram base para a autonomia e para o empoderamento das classes oprimidas.

Por sua vez, a concepção de Paulo Freire recebeu influência da perspectiva dialética senhor-escravo proposta pelo psiquiatra caribenho de ascendência africana Frantz Fanon, que atuou na revolução argelina. Fanon (1968), um dos precursores do pensamento decolonial⁵, enfatizava que a descolonização é sempre um fenômeno violento, de forma semelhante ao modo como os colonizadores

5. Escola de pensamento oriunda Grupo Modernidade/Colonialidade, formado por intelectuais latino-americanos que demarcaram o colonialismo e a colonialidade a partir do eurocentrismo, do racismo e da modernidade, práticas vinculadas à exploração da mão de obra escravizada e para o acúmulo de capital globalizado, que se configuram na subjugação das subjetividades terceiro mundistas e do sul global.

exploraram as terras e a força de trabalho dos colonizados. Trata-se de um processo violento porque necessariamente precisa ser revolucionário. É preciso despertar da situação de opressão a partir da *práxis* – reflexão e ação sobre o mundo para transformá-lo.

Embasado nos estudos de Fanon, entre outros pensadores, Freire começa a formular sua teoria da conscientização na década de 1960. Sua pedagogia crítica – apresentada primeiramente na obra *Pedagogia do Oprimido* – é rearticulada em *Pedagogia da Esperança*, quase trinta anos depois, quando o pensador brasileiro revê alguns posicionamentos e expande a compreensão acerca da complexidade da opressão e da necessidade da libertação. Freire considerou que a tomada de consciência ainda não é a conscientização do processo de dominação, já que depende do desenvolvimento crítico da conscientização. A conscientização implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, permeada pelo grau de conscientização sobre a opressão a que se está sujeito. A consciência crítica está condicionada, portanto, à autonomia, já que não podemos nos assumir como sujeitos de procura, históricos e transformadores, sem nos assumirmos como sujeitos éticos.

Como prática profissional situada e interrelacionada a esse contexto social, compreendemos que há a necessidade de reflexão crítica de jornalistas acerca das pluriversalidades e interseccionalidades dos temas direitos humanos e cidadania, o que incide sobre o debate público de tais temas, como procuramos destacar a seguir.

3. Jornalismo ancorado na complexa universalidade dos direitos humanos

O artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos os seres humanos⁶ nascem livres e

6. Vigente desde 1948, o texto da declaração denota linguagem sexista que, embora seja tema de discussão permanente, permanece inalterado em algumas versões em português que ainda a apresentam como Declaração Universal dos Direitos do Homem (grifo nosso).

iguais, em dignidade e direitos. No entanto, esse ideal de igualdade – ou seu derivado socialmente justo: a equidade – não se concretiza no cotidiano, em razão de cidadãs e cidadãos nascerem entranhados em particularidades e diferenças, sejam econômicas, étnicas, sociais, entre tantas outras. Apesar de relevante para o reconhecimento de direitos, a versão mais recente da DUDH carrega a omissão sobre a luta anticolonial de forma mais contundente.

A ideia de universalidade – se restringida à ideia de uma cidadania universal – também é excludente do ponto de vista da interculturalidade (SANTOS, 2009; GARCÍA CANCLINI, 2009). Afinal, o discurso de emancipação dos direitos humanos foi historicamente concebido para vigorar apenas em um dos lados da linha abissal, sob a alegação de universalidade, já que sua narrativa traz consigo, ainda que de forma velada, a naturalização de corpos e a essencialização de hierarquias, conforme apontam autoras e autores em obra organizada por Santos e Martins et al (2019).

Apesar de reconhecer os contributos, Maldonado-Torres (2019) indica como limite fundamental ao avanço dos direitos humanos o fato de pressupor a humanidade de todos que são abrangidos por eles, sem haver a concretização de tais humanidades de forma equitativa, principalmente devido à normalização de violações e colonização, justificada pela ideia de conquista eurocêntrica.

Ao chamar a atenção para a necessidade de uma concepção amefricana de direitos humanos, acompanhando o legado de Lélia Gonzalez apresentado anteriormente, Pires (2020) nos adverte que a universalidade se baseia em uma única possibilidade de natureza humana. Essa concepção prioriza a busca de proteção suficiente e adequada para apenas um determinado tipo de experiência humana plena, aquela baseada no modelo de sujeito soberano de origem europeia, masculino, branco, cristão, heteronormativo, detentor dos meios de produção e sem deficiência. Esse mesmo padrão de normalização da condição humana aparece quando ajustamos o foco

às narrativas jornalísticas, que também privilegiam a visibilidade e o debate público de temas relacionados ao masculino, adulto, branco, classe média (MONTIPÓ, 2012)⁷.

Santos (2010) colabora nessa discussão ao apontar o papel dos agentes da comunicação no processo de universalização das singularidades. Segundo o autor, a globalização da mídia, a imposição de iconografias do norte global e a ideologia do consumismo auxiliam na neutralização das culturas locais. Isso explica, por exemplo, a descontextualização da cultura indígena, a desvalorização dos temas relacionados às questões ambientais, ou a falta de postura crítica da mídia em coberturas sobre as formas de racismo que estruturam a sociedade brasileira.

A ideia de universalização oculta o questionamento sobre temas relacionados aos sistemas de dominação. Nesse prisma, a ideia de universalidade pode servir às classes dominantes, aos donos do poder e aos intelectuais a serviço dessas classes, que auxiliam na manutenção dessas estruturas. Como ponderou Gonzalez (2000), essa postura não colabora na construção de uma nacionalidade brasileira multiétnica e intercultural, que valorize a diversidade de manifestações culturais e o lugar social de negros, mulheres e indígenas, para citar alguns modos de ser.

Portanto, ao reconhecermos o protagonismo dos direitos humanos como linguagem hegemônica de dignidade humana, apontamos, contudo, sua universalidade abstrata que hostiliza concepções contra-hegemônicas e não-eurocêntricas. A máscara de universalidade escancara, assim, que a maioria da população mundial não é sujeita de direitos humanos, mas contraditoriamente, objeto de seus discursos (SANTOS; MARTINS et al, 2019). Tal discussão acaba sendo ocultada ou reproduzida acriticamente em grande parte das narrativas jornalísticas.

7. A partir de um estudo de caso, a pesquisa de dissertação apreende um padrão de cidadania atribuído à população brasileira, apesar de sua diversidade sociocultural. Vale ressaltar que outras pesquisas trazem constatações semelhantes.

4. Pluriversalidades e interseccionalidades

Como o ideário da universalidade propicia a construção de um padrão de humanidade incapaz de acessar as múltiplas possibilidades de existências, impulsiona, ao contrário, as subcidadanias, apoiadas no esvaziamento político da ideia de cidadania, conforme Souza (2018). A posição de subcidadania é evidente nos grupos sociais que ocupam a base do sistema da desigualdade e da exclusão.

Ancorada nas epistemologias do sul global, a pluriversalidade é oposta aos desenhos globais e totalitários pautados na universalidade. Busca visibilizar a multiplicidade dos saberes e dos conhecimentos, as diferentes formas de ser e de existir. Valoriza aspirações sobre o mundo subjogadas historicamente, como é o caso dos saberes tradicionais, africanos e afrodiaspóricos. Acompanhando Santos e Martins et al (2019), compreendemos o pluriverso de lutas e saberes que desenham horizontes emancipatórios de direitos humanos, aportados em reivindicações de dignidade e perspectivas interculturais.

Complementarmente, a interseccionalidade busca entender e analisar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2019; AKOTIRENE, 2019) flexionadas às clivagens de gênero, classe, raça, condição física entre outras, especialmente quando tratamos de estruturas sociais desiguais vinculadas à organização de poder centralizado⁸. A matriz interseccional focaliza na compreensão das experiências das pessoas em hierarquias de poder e no entrelaçamento complexo dos padrões de dominação interdependentes que incidem sobre suas vivências.

Assim, nossa perspectiva pluriversal e interseccional de direitos humanos adere à epistemologia feminista negra

8. Lélia Gonzalez deu grande contribuição para pensar as desigualdades a partir da perspectiva interseccional.

como teoria social crítica para pensar como raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, capacidade física, nação, religião, faixa etária, entre outras formas de ser e estar no mundo são negligenciadas, provocando profundas divisões sociais. Ao colocarmos em pauta as questões a partir do ponto de vista interseccional e das pluriversalidades, nos aproximamos também do debate epistemológico da decolonialidade, que privilegia o enfoque às subjetividades subalternizadas e excluídas.

É importante demarcar que adotamos os termos decolonialidade ou decolonial para se referir à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE et al, 2012). A decolonialidade⁹ busca, assim, questionar o modelo de poder que reproduz hierarquias ético-raciais, de gênero e econômicas da época da colônia. Denota, portanto, um caminho de luta contínua para construções alternativas e ocupação de lugares. Aponta, de igual modo, para a dissolução das estruturas coloniais que sustentam a prática jornalística na atualidade.

5. Colonialidades midiáticas e práxis jornalística

Conforme já demarcamos, a prática jornalística é atravessada por opressões, como sinalizam Moretzsohn (2019), Koshiyama (2018) e Herrmann (2016). O levantamento *Media Ownership Monitor* (MOM-Brasil)¹⁰ sobre o sistema de mídia

9. Embora não haja consenso quanto ao uso das terminologias decolonial ou descolonial, oriundas das ideias de pós-colonialidade, a socióloga Catherine Walsh – conhecida como pedagoga da decolonialidade – considera que a supressão do “s” não significa um anglicismo, mas uma distinção no “des” castelhano, pois não se pretende apenas desarmar ou desfazer o colonial. Segundo Walsh (2009) a intenção, ao contrário, é provocar posturas e atitudes de transgredir, intervir, (in)surgir e incidir.

10. O MOM-Brasil mapeou 50 veículos ou redes de comunicação no Brasil e produziu indicadores sobre risco ao pluralismo, transparência e independência da mídia. Conferir: MEDIA Ownership Monitor Brasil. Mídia. Brasil, 2017.

brasileiro indica alerta vermelho, com alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas (MEDIA, 2017). O Índice Global de Liberdade de Imprensa 2021 também aponta para os padrões de dominação que incidem sobre a prática jornalística. Neste indicador da organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o Brasil ocupa o 111º lugar em uma lista de 180 países¹¹, passando a integrar a zona vermelha do *ranking*, parcela classificada como “difícil”. É o quarto ano consecutivo que o país perde posições (em 2018 ocupava a 102º). Além desses padrões, outro fator que colabora com o cerceamento midiático é a já citada antiga prática coronelista, replicada nos meios de comunicação. Embora proibido constitucionalmente, o Brasil possui um número representativo de políticos donos ou acionistas de emissoras de rádio e televisão ou conglomerados midiáticos, conforme evidenciam os estudos.

Tais dinâmicas acabam por influenciar a prática do jornalismo de diversos modos, como demonstra a pesquisa de tese *Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres* (MONTIPÓ, 2020)¹², desenvolvida no PPGJor/UFSC, com orientação do professor Jorge Kanehide Ijuim. Os impactos apresentados se dão justamente em um momento delicado para o jornalismo, desde o ponto de vista da sustentação financeira, até o desafio de mediar a *ágora* digital, envolta em especificidades, segmentações, processos desinformativos e potencialidades tecnológicas.

A partir de entrevistas, repórteres explicitaram que situam o jornalismo em *relação* com a *sociedade*. Os sentidos de cidadania e direitos humanos mais evidentes foram, justamente,

11. Disponível em: <rsf.org/pt/classificacao%20#>. Acesso: 22 abr. 2021.

12. A pesquisa estabeleceu relações entre as teorias e a práxis jornalística brasileira, averiguada a partir de 15 entrevistas em profundidade com repórteres que atuam na mídia alternativa e convencional.

de ausência de plenitude, de onde emergiu o *desejo de cidadania plena e de respeito aos direitos humanos*. Da dialogia a que nos propusemos, percebemos que tais garantias sociais não se concretizam nem mesmo na vida desses profissionais. Jornalistas são cidadãos e cidadãos desrespeitados em suas práticas, sendo, por vezes, impossibilitados de se expressar, ou expostos a situações em que seus direitos trabalhistas são ameaçados.

Nesse processo de escuta, ouvimos que algumas posturas editoriais direcionam o trabalho de repórteres para coberturas superficiais, descontextualizadas, sensacionalistas e baseadas na efemeridade caça-cliques, o que retroalimenta a subcidadania, reforça estereótipos e fomenta uma opinião pública oposta à proteção de conquistas históricas.

Entrevistadas e entrevistados revelam que, sob o manto de conservadoras, as empresas jornalísticas aderem ao neofascismo, representado hoje em todo o globo, pela direita ultraradical, como pontua Santos (2016). Dentre os danosos impactos desses fenômenos salientamos a detenção do poder político, econômico e sociocultural e, com isso, a difusão de sentidos convenientes aos poderosos.

Muitos temas ficam à margem da cobertura quando jornalistas atendem – por submissão ou conivência – a essa dinâmica jornalística aderente aos interesses dos dominadores. É o caso da ocultação das violências de ontem e de hoje: da censura, dos silenciamentos das ditaduras até a ausência de cobertura permanente e contextualizada sobre a juventude negra encarcerada e assassinada na contemporaneidade, a exploração ambiental, o aumento do feminicídio, o extermínio dos povos tradicionais ou, ainda, as violências contra crianças e adolescentes, entre tantas outras questões citadas por jornalistas entrevistados.

Nosso movimento dialógico de escuta de repórteres permitiu apreender que – nesse momento em que a esfera digital tem

dado amplificação aos discursos preconceituosos, segregacionistas e violentos – a prática jornalística se depara com mais um desafio: abordar os temas cidadania e direitos humanos à contragosto de uma parcela de seus públicos, aderente aos discursos de negação de direitos.

A ausência de uma discussão aprofundada sobre cidadania e direitos humanos nas diversas instâncias sociais é apontada como uma das condicionantes da falta de consciência crítica de repórteres e do público. Essa falta de reflexão, que se apresenta desde a formação escolar básica e perdura até a universidade – que prioriza o debate eurocêntrico sem dar a devida atenção às especificidades brasileiras – simplifica, oculta ou homogeneiza debates. É também mecanismo perverso de desatenção aos temas por parte dos gestores das empresas de comunicação. Sem articulação profissional e nem sempre conscientes criticamente sobre as singularidades inerentes aos direitos humanos, jornalistas flexionam suas subjetividades aos poderes dominantes.

O que vemos são coberturas jornalísticas em um país extremamente desigual como o Brasil, sem perspectivas de classe, gênero, ético-raciais, entre tantas outras abordagens necessárias para tratar de temas cotidianos em permanente disputa. Invisibilidade, manipulação, enviesamento e falta de pluralidade estão presentes desde a concepção de pautas, passam pela falta de diversidade na seleção de pessoas entrevistadas, até a edição final de materiais jornalísticos que não condizem com a nossa complexidade social (MONTIPÓ, 2020).

Deste modo, entendemos que a decolonização do jornalismo passa também por valorizar as intersubjetividades de sua classe profissional, já que lugares sociais¹³, vivências, trajetórias, formação, experiências de repórteres – ou seja, suas

13. Para aprofundar o debate, sugerimos: RIBEIRO, Djamilá. *Lugar de fala*. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

interseccionalidades – colocam-se como centrais para qualificar o debate público sobre as pluriversalidades. Além da formação contínua sobre os temas, redações mais diversas em termos étnico-raciais, gênero, classe, condição física, entre outras, colaboram na abordagem dialógica sobre direitos humanos e cidadania.

Acompanhando o que ponderou Freire (2019a; 2019b) sobre o domínio das estruturas socioeconômicas, frisamos que o conhecimento crítico da realidade não opera, por si só, a mudança da realidade. Alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. “Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão” (FREIRE, 2019a, p. 44). Por isso, a formação de jornalistas e a atualização contínua desses profissionais precisam passar pela decolonização do pensamento, ao valorizar nossos saberes e problematizar nossos contextos.

Portanto, nesse breve percurso reflexivo demonstramos algumas das amarras estruturais – históricas, sociais, culturais, ideológicas e econômicas – que colaboram para a prática jornalística acrítica de debates universalizantes que negam as pluriversalidades e, assim, permitem a introdução e a circulação dos sentidos de opressão no tecido social.

A partir das entrevistas com jornalistas percebemos que é possível superar a contradição opressor-oprimido (FREIRE, 2019a, 2019b) por meio da práxis. Somente conscientes de seus compromissos de dignidade e de suas cidadanias, repórteres poderão empalavrar o mundo com as distintas formas de viver, ser e estar.

6. Desafios e possibilidades da práxis

Ao fomentarmos as reflexões sobre a necessidade de atenção às pluriversalidades e interseccionalidades dos temas

direitos humanos e cidadania na *práxis* jornalística, procuramos demonstrar a urgência da consciência crítica de repórteres sobre as estruturas de poder a que estão condicionados. Demarcamos a relevância da profissão frente aos desafios de emancipação social, denotando que repórteres têm poder de voz limitado às forças que agem para a manutenção de hegemonia.

Nestas linhas finais, gostaríamos de lembrar que, apesar da dureza desses tempos áridos de interdito às subjetividades e fragmentação de direitos, temos acompanhado o florescimento de contranarrativas, seja pelo surgimento de novas propostas na mídia alternativa, ou projetos corajosos que desafiam linhas editoriais, mesmo dentro da mídia convencional.

É o caso dos feminismos e suas inúmeras vertentes, dentre elas os feminismos negro, interseccional e do pensamento decolonial, os quais entendemos como teoria e ação sobre a sociedade a partir do lugar e da experiência de pessoas em situação de invisibilidade, violência ou opressão, como demonstram as vivências das mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, negras e indígenas. Essas epistemologias transcendentais têm se conciliado com a narrativa jornalística, seja pela postura provocativa de profissionais ou por pressão do público atento. Inclusive, tais contranarrativas têm promovido algumas fissuras nas densas estruturas, graças à consciência crítica de um pequeno – mas crescente grupo de repórteres – que passa a externalizar posturas antirracistas e com perspectiva de gênero, classe ou condição social nas coberturas.

Visões mais pluriversas e interseccionais podem colaborar com a prática jornalística atenta às diversidades, violências e necessidades brasileiras. Aderimos às miradas esperançosas de Walsh (2009), Pires (2020), Santos (2019, 2010) e tantas outras pensadoras e pensadores sobre como movimentos contra-hegemônicos, ainda que sutis, têm sido fundamentais para renovar a agenda democrática, comprometida em romper com o autoritarismo, o

patriarcado, a colonialidade, o racismo, o não reconhecimento da diferença, e a exploração de corpos e subjetividades.

Neste conciso recorte, buscamos identificar limites e impossibilidades dos direitos humanos tidos como universais e, por outro lado, convidar ao diálogo aberto sobre as possibilidades de decolonização de saberes e ruptura com posturas norte-centradas e eurocêntricas, a partir do olhar acurado para nossa realidade de opressões históricas.

Sem incorrer à ingenuidade, sabemos que as violações constantes do passado inflam, ainda no presente, comportamentos xenófobos, misóginos, homofóbicos e excludentes. Quebrar essas fortalezas conservadoras, neoliberais e violentas é tarefa árdua. São grandes os desafios diante do oligopólio, do coronelismo e da colonialidade ainda presentes nos meios de comunicação. No entanto, defendemos a transformação social como imperativo ético, como sustentava Freire (2019a, 2019b), por isso consideramos que a formação contínua e aprofundada de jornalistas sobre os temas cidadania e direitos humanos pode espreitar novos cenários e possibilitar aberturas.

Mostra-se urgente uma educação para os direitos humanos que possibilite a escuta, que propicie o encontro com a diversidade. A partir das epistemologias do sul, sugerimos que a decolonização dos currículos e a educação continuada de jornalistas pode colaborar para a validação de conhecimentos e lutas daqueles que têm resistido às sistemáticas opressões. Deste modo, essa categoria profissional pode atuar na construção de uma linguagem pluriversa de direitos humanos.

Assim, talvez possamos incluir nossas vozes ao coro narrado por Conceição Evaristo: *A gente combinamos de não morrer* (2016, p. 99), apesar de terem prometido nos matar. Almejamos ampliar o grupo de jornalistas comprometidos socialmente que estimule o senso crítico no debate público. *Esperançamos* que essa

categoria profissional, consciente de suas responsabilidades, tome espaço na força transformadora que impulsiona o papel provocativo e educativo do jornalismo.

Referências

AKOTIRENE, K. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, v. 8, n. 1, 2000, p. 229-236.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidad**. Madrid: Ediciones Morata, 2019.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros, 2007**. Disponível em: <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso: 28 mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 69ª. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

GARCÍA CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, L. A democracia racial: uma militância. **Arte e ensaios**, Rio de Janeiro, n. 38, 2000, p. 222-225.

HERRMANN, J. D. Media, state and society in Bahia, Brazil. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2, 2016, p. 92-111.

KOSHIYAMA, A. M. Jornalismo e direitos humanos: teoria e práticas possíveis. In: **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**. Joinville, 2018, p.1-12.

MALDONADO-TORRES, N. Da colonialidade dos direitos humanos. In: SANTOS, B. de S.; MARTINS, B. S. (orgs). O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade. **Epistemologias do Sul** 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N1-Edições, 2018.

MONTIPÓ, C. M. **Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres**. 2020. 347 p. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MONTIPÓ, C. **Narrativa jornalística e diversidade sociocultural: a tessitura das reportagens da revista Brasileiros**. 2012. 189 p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MORETZSOHN, S. Imprensa brasileira historicamente fragiliza a democracia. In: BEZERRA, J. F. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, nov. 2019, p. 177-184.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948**, Paris, França. Disponível em: <ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso: 28 mar. 2021.

PIRES, T. R. de O. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In: HOLLANDA, H. B. de (org). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y

ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 201-245.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. et al. Estudios decoloniales: un panorama general. Antropólogos del Atlántico Sur, **Revista Kula**, n. 6, Buenos Aires, 2012, p. 8-21.

SANTOS, B.S. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, n. 2, 2009, p. 10-18.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; e MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, B.S. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, B.S. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: RAMALHO, M. I.; RIBEIRO, A. S. (orgs.). **Entre ser e estar**: Raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento, 2001, p. 23-85.

SANTOS, B.S.; MARTINS, B. S. (orgs). O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade. **Epistemologias do Sul 2**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

VIVARTA, V. (coord); CANELA, G. **Mídia e direitos humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ANDI. Brasília: Unesco, 2006.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

Capítulo 12

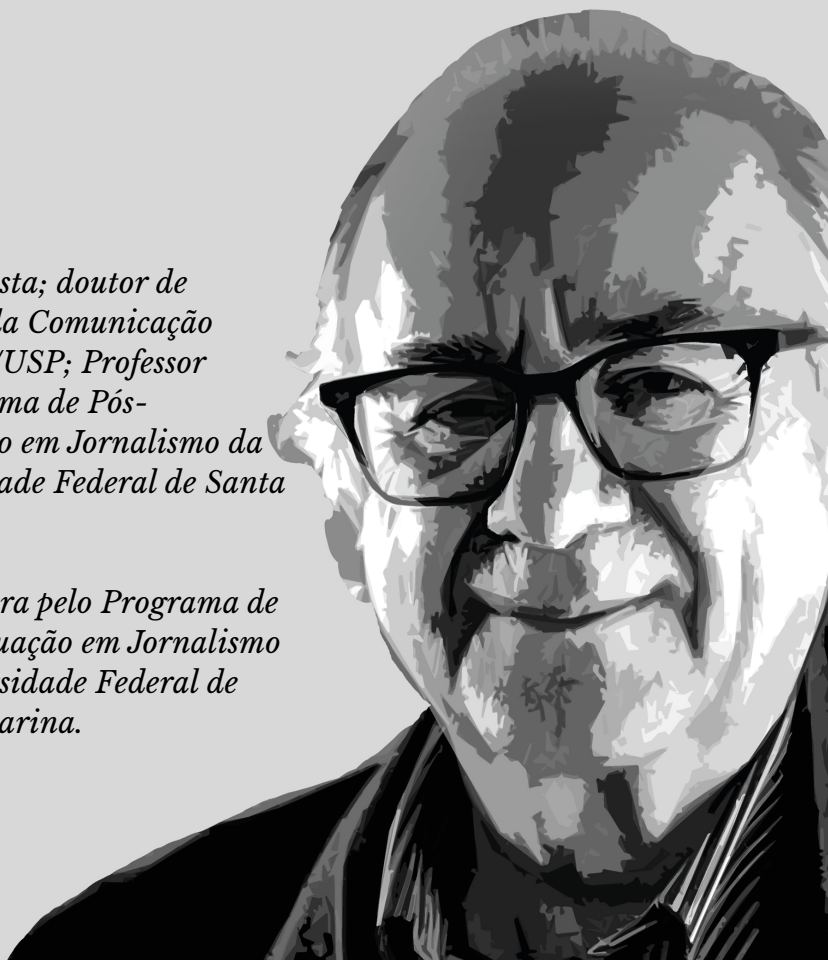
Jornalismo, humanização e o racismo estrutural

*Jorge Kanehide Ijuim**

*Géssica Gabrieli Valentini***

** é jornalista; doutor de Ciências da Comunicação pela ECA/USP; Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*

*** é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.*



Capítulo 12

Jornalismo, humanização e o racismo estrutural

Jorge Kanehide Ijuim

Gêssica Gabrieli Valentini

1. Na raiz

Os protestos antirracistas a partir de maio de 2020, nos Estados Unidos, não estão restritos à morte de George Floyd por um policial branco, em Mineápolis (O GLOBO, 2020). Parece ter sido uma gota d'água numa longa história de dominação sobre as populações fragilizadas – afro-americanos, latinos, pobres. A exemplo do Brasil, o continente norte-americano também estabeleceu suas bases de desenvolvimento no sistema escravocrata. Ali, também, o sucesso econômico se deveu à exploração da mão de obra de negros africanos.

A abolição da escravatura só foi oficializada quando o presidente Lincoln assinou a Proclamação de Emancipação e, em 1865, com a aprovação da Décima Terceira Emenda à Constituição americana, abolindo a escravidão em todo o território dos Estados Unidos.

A luta pela conquista dos direitos civis igualmente não foi fácil. O preconceito ao que se considerava um ser inferior impôs ao afro-americano normas e leis especiais, com avanços e retrocessos, por décadas. Desde a limitação dos espaços públicos, o acesso à educação e aos postos de trabalho, até a superexposição pernicioso, como relatou o *The New York Times*, numa edição de reminiscências (2006).

Figura 1: Ota Benga, exposto ao público na Casa dos Macacos.

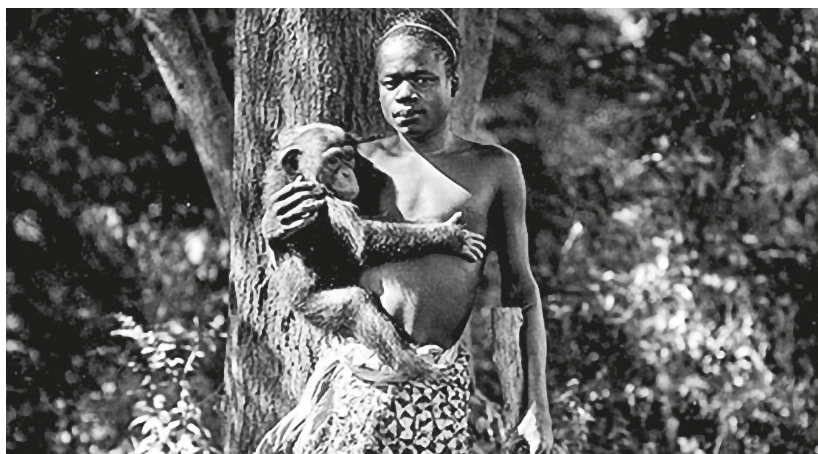


Foto: Wildlife Conservation Society

Em 1916, os nova-iorquinos que foram ao zoológico do Bronx tiveram uma nova atração na Casa dos Macacos. Um homem negro e pequeno compartilhava da mesma jaula dos primatas. Era Ota Benga, um pigmeu congolês, na época com 23 anos. Sim, um ser humano negro e pequeno foi exibido como atração num zoológico entre os macacos, pela negociação entre um antropólogo e o diretor daquele parque. Os jornais noticiaram a curiosidade de várias formas, do tom grotesco à situação exótica. Somente 114 anos depois, o Bronx Zoo pediu desculpas publicamente pelo ocorrido (CNN, 2020).

Como e em que medida a imprensa contribui para a manutenção – e a amplificação – do preconceito?

Não à toa, ainda que os negros representem 13% da população norte-americana, os homens negros são encarcerados em quase seis vezes a taxa de homens brancos. A polícia continua a matar negros em números desproporcionais. Conforme o Relatório Mundial da Human Rights Watch (2018), os negros são 2,5 vezes mais sujeitos a serem mortos pela polícia do que os brancos. Uma pessoa negra desarmada está cinco vezes mais sujeita a ser morta pela polícia do que uma pessoa branca desarmada.

Portanto, o assassinato de George Floyd não foi casual, é fruto do que conhecemos por racismo estrutural. Está naturalizado em grande parcela da sociedade e ainda levará tempo para ser desconstruído.

Figura 2: Para dominá-la, PM pisa no pescoço da mulher negra.



Foto: Globoplay

A morte do norte-americano George Floyd ocorreu em 25 de maio de 2020. No final do mesmo mês, num conflito com a polícia, uma mulher negra foi vítima de violência no bairro Parelheiros, em São Paulo. Para dominá-la, um policial a derrubou e pisou em seu

pescoço. O fato só foi divulgado nos primeiros dias de julho. Este episódio evidencia que as rotinas das forças de segurança no Brasil e nos Estados Unidos da América são semelhantes.

Desde a ocupação do Brasil, a história apresenta coincidências. A colônia portuguesa da América do Sul foi construída com o suor e o sangue do negro africano. Sob o signo do parasitismo imperialista, no dizer de Abdias do Nascimento, o negro africano “plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca” (NASCIMENTO, 1978, p. 49).

O genocídio de afrodescendentes e de indígenas não terminou com a lei Áurea, em 1888. Libertos, foram jogados à rua sem acesso à moradia, à educação e aos postos de trabalho. Como nos lembra Renato Ortiz, uma política de migração europeia, a partir de 1850, pretendeu “branquear” a população brasileira, pois se acreditava que os negros e os indígenas iriam desaparecer (ORTIZ, 2003).

Conforme a classificação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2010), entre negros e pardos hoje são 53,63% da população brasileira. Como assevera Jessé Souza (2018), esta extensa faixa da sociedade experimenta condições de *subcidadania*, uma singularidade brasileira. São a maioria pobre e marginalizada do país. Continuam com menor acesso ao ensino formal e ao mercado de trabalho, com consequências semelhantes aos irmãos norte-americanos. As políticas de encarceramento e aumento de pena se voltam, via de regra, contra a população negra e pobre. Entre os presos, 61,7% são pretos ou pardos. Conforme o *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil* (2015), em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra.

A violência policial também é real e efetiva nas ruas brasileiras, em geral nas comunidades empobrecidas, de maioria

negra. No Estado do Rio de Janeiro, os pretos compõem 11,1% da população, mas são 32,4% dos mortos pela polícia. Entre os brancos o quadro se inverte: são 54,5% da população e 19,7% dos mortos pela força policial. Já para os pardos, 34% da população do Rio de Janeiro, a incidência de mortes é de 21,8%, também acima da porcentagem registrada entre brancos. Em São Paulo, segundo o relatório do PNUD, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes para a população negra (pretos e pardos) é de 46,3 (1,9 vez a dos brancos). Morte por balas perdidas parecem fazer parte da rotina nas comunidades do Rio de Janeiro [pretos e pardos pela categorização do IBGE].

Figura 3: João Pedro, morto em sua casa em ação policial.



Foto: arquivos da família (colhidas pelo G1)

As operações policiais frequentes, em geral, sacrificam vidas de crianças negras. O garoto João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, foi uma das vítimas dessa violência, também em maio. Numa suposta perseguição a traficantes, PMs saltaram o muro da casa em que morava e dispararam ao que estava a sua frente. Atingiram mortalmente João Pedro (G1, 2020), que engrossa as estatísticas dos

que perderam a vida em intervenções policiais no estado do Rio. Só em 2019, foram cinco crianças e 19 adolescentes.

A violência aos negros extrapola as instâncias policiais e se estende a agentes de segurança privada. As agressões a pessoas negras em estabelecimentos comerciais têm sido mais frequentes nos últimos anos, como foi o caso de João Alberto Silveira Freitas (UOL, 2020), 40 anos. Ele morreu após ser agredido por dois seguranças – um deles PM temporário, fora de serviço – num supermercado da zona norte de Porto Alegre, em novembro de 2020, às vésperas do feriado da Consciência Negra. Após ser imobilizado e espancado, Freitas não resistiu. O inquérito policial apontou que a causa da morte foi asfixia mecânica por sufocação indireta. Assim, o genocídio do negro, como lembraria Abdias do Nascimento, continua.

2. Porquês

Por que a morte de negros estaria naturalizada em nosso país? As manifestações culturais e a voz dos movimentos sociais sinalizam de maneira crua e precisa essa naturalização desqualificante. Elza Soares canta sua indignação em *A carne*, uma composição de Marcelo Yuca, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti:

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Só-só cego não vê
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Dizem por aí [...]

A pesquisadora Lélia Gonzalez¹ reflete com humor irônico essa naturalização:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 2019, documento eletrônico).

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos nos ajuda a compreender esse quadro. Ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em vários artigos, destaque o direito à dignidade, este princípio está muito mais nos discursos do que na prática cotidiana. O pensador lusitano alerta que o desprezo à igualdade e à diferença tem origem no que chama de *Pensamento abissal* (2007), que remonta à época das grandes navegações. Por esse pensamento, a supremacia de um homem ideal – europeu, branco, burguês, ilustrado e munido de armas – tensiona com o diferente, o “conquistado”. Esta lógica, portanto, ao criar uma linha imaginária abissal, gera distinções entre a metrópole e a colônia, o

1. Lélia Gonzalez foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil, foi co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro e do Movimento Negro Unificado. Morreu em 1994. Seu texto, de 1980, foi reproduzido pelo Portal Outras palavras, em 2019.

civilizado e o selvagem, o Ocidente e o Oriente, o Norte e o Sul, o rico e o pobre, o branco e o negro. A crueldade dessa linha abissal é a impossibilidade de co-presença [coexistência] e, assim, promove a exclusão e a violência. Como acentua Santos, “na base da exclusão está uma pertença que se afirma na não pertença... assenta num discurso de fronteiras e limites que justificam grandes fracturas, grandes rejeições” (SANTOS, 1999, p. 3). Por isso, no caso do racismo, o princípio da exclusão se assenta na hierarquia de raças e pela integração desigual.

Este pensamento abissal parece estar incrustado em parcela significativa da população brasileira. Além do racismo encontrar porta-vozes nas redes sociais, parte expressiva da imprensa brasileira e de seus jornalistas colaboram para a estruturação e a amplificação do racismo. Alguns de forma intencional, outros, por mais que tentem acertar, deslizam ao ignorar culturas diferentes. Em nossas pesquisas recentes, temos observado que o preconceito não se restringe ao afrodescendente.

Vejam essas reportagens:

Africano é preso suspeito de tentar estuprar duas estudantes na UFSC / (G1 SC, 23/11/2014)

Este episódio emblemático envolveu um estudante de Cabo Verde em intercâmbio na Universidade Federal de Santa Catarina que teria tentado estuprar duas moças. Publicada como ‘caso de polícia’, o repórter ateve-se a ouvir fontes oficiais, quais sejam os responsáveis pela investigação e o setor de segurança da Universidade. Ao colher o depoimento do estudante, o jornalista transcreve de maneira burocrática uma fala rápida, dando-lhe pouca ênfase. A maior preocupação do profissional, ao que parece, foi evidenciar a condição do personagem como imigrante. Do título à última linha, o texto cita o termo “africano” quatro vezes.

A estranheza do repórter não esconde uma questão de fundo. É natural de Cabo Verde, portando africano, logo, é negro (?).

Haitiano mata companheira com golpe de faca em Chapecó / (G1 SC, 07/01/2015)

As notícias sobre esses imigrantes vão desde a superexploração no trabalho e o desrespeito às leis trabalhistas, o choque cultural, o preconceito por que passam, até sobre crimes comuns. Em vários casos, é possível verificar a estranheza com que são tratados. Na reportagem em questão, o termo “haitiano” é citado quatro vezes desde o título até a última linha. Parece muito improvável que alguém tenha lido alguma matéria em que um europeu ou norte-americano fosse citado tantas vezes. Esta repetição exagerada denota a intenção de esclarecer que o homem não é catarinense (catarinense não cometeria um crime?), mas, além disso, podemos especular por conotação que, no fundo da mente desse repórter, está o estigma de o “haitiano é negro”. O outro, o diferente que deve estar à margem.

Africano com suspeita de ebola esperou por 4h até ser atendido / (FANTÁSTICO, TV GLOBO, 12/10/2014)

O caso veiculado pelo Fantástico, da TV Globo, foi a suspeita de que um imigrante de Guiné estivesse com Ebola, o vírus letal que já havia matado milhares de pessoas, a maioria em Guiné, Libéria e Serra Leoa. De fato, diante da gravidade da doença, havia a necessidade de cuidados por parte da Vigilância Sanitária do país. Porém, a forma de divulgação trouxe diversos questionamentos, com consequências para todos os imigrantes africanos.

Era apenas uma suspeita, que estava sendo monitorada pelo governo, conforme os próprios jornais noticiavam, mas o

homem foi vítima, não do vírus, já que a suspeita foi descartada, mas teve divulgados seu nome completo, idade, detalhes de sua vida, foto e até mesmo o documento em que pedia refúgio. Seu rosto e documento de passaporte foram expostos em rede nacional pelas principais emissoras de televisão, como o programa Fantástico, da Rede Globo. Mais uma vez, o adjetivo “africano” foi recorrente em diversas reportagens, com amplificação maciça pelas redes sociais, o que ajudou a reforçar estigmas e preconceitos.

Por isso, quando Lélia Gonzalez diz “basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão” (2019), observa-se que suas palavras são mais que de uma ativista, mas expressam o olhar antropológico que escancara o quanto os meios de comunicação podem intensificar e contribuir para a manutenção da estrutura do racismo.

3. O Xis da questão

Como indagaria Manuel Carlos Chaparro², onde está o *XIS da questão*? Temos defendido, desde 2002³, a possibilidade de um jornalismo humanizado ou humanizador. Como já escrevemos anteriormente,

[...] em sua relação com o mundo, [o jornalista] esvazia-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo (Dines), de empatia, de solidariedade às dores universais (Medina). Assim, seu trabalho respeita

2. Jornalista português radicado no Brasil. Foi professor de Jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da USP. Escreveu por vários anos a coluna “O Xis da questão” no portal *Comunique-se* e depois em seu próprio blog.

3. Desde a tese “Jornal escolar e vivências humanas: um roteiro de viagem”, defendida em 2002, na ECA/USP, ljuim vislumbra a hipótese de uma abordagem humanizadora para o jornalismo. Esta noção perpassa vários artigos publicados desde então.

as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador (IJUIM, 2012, 2017).

Já fomos questionados muitas vezes sobre o assunto. Existe um jornalismo inumano? O jornalismo não é feito por humanos para humanos? Teoricamente, sim. Mas é possível garantir que todo jornalismo respeita a dignidade humana? Penso que não. Em seu ensaio *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, Boaventura de Sousa Santos nos lembra que o pensamento moderno desenvolveu uma razão indolente. Por esta, as características de uma *parte* (Europa) são tidas como referência única e levadas ao *todo*. Dessa forma, gera distinções e exclusão – Norte/Sul, Ocidente/Oriente, conhecimento científico/senso comum, alta cultura/cultura popular. A arrogância dessa visão de mundo estende-se a várias formas de manifestação da cultura – literatura, cinema, teatro, música. Quem não se lembra de *Robinson Crusoe*? O náufrago europeu em uma ilha deserta; encontra um nativo (Sexta-feira) e já exerce sobre ele sua “vocaçãõ” dominadora subjugando-o à condição de inferioridade. O romance de Daniel Defoe, publicado pela primeira vez em 1719, traduzido a vários idiomas, foi um *best seller*. Não só refletia essa arrogância eurocêntrica como ajudou a naturalizá-la.

E no jornalismo, por que não?

Por isso, entendemos a potência do jornalismo para ter *o ser humano como ponto de partida e de chegada*. Se a imprensa pode contribuir para manter e a amplificar estigmas e preconceitos, pode também potencializar mudanças estruturais. Para a produção de narrativas humanizadas este fazer começa antes da pauta, na consciência do *ser jornalista*. Humanização, para Paulo Freire, exige engajamento com a realidade, cumplicidade com o outro – solidariedade (FREIRE, 1983). Se negar este compromisso

e esta solidariedade, o jornalista – alienado dos valores universais – ignora também a complexidade dos acontecimentos que deve investigar. O *Xis da questão*, portanto, está na elevação da nossa consciência [nós jornalistas] para contribuir, por meio do nosso trabalho, para a transformação da consciência da sociedade. Esta ampliação da consciência pode quebrar as heranças eurocêntricas de um *pensamento abissal*. Podem cooperar para a desestruturação do racismo.

Para desestruturar o racismo há que se reconhecer o outro – o diferente. Boaventura de Sousa Santos nos apresenta um caminho que, no seu entender, deve presidir uma articulação multicultural das políticas de igualdade e de identidade: “Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1999, p. 44). A sociedade, e o jornalismo como reflexo e refração dessa sociedade, caso compreendam e aceitem este imperativo, poderão realimentar o espírito de solidariedade, seu sentido de humanidade.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Sistema carcerário brasileiro**: negros e pobres na prisão. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Disponível em: camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao . Acesso em: 8 mar. 2021.

FREIRE, P. O compromisso do profissional com a sociedade in: **Educação e mudança**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONZALEZ, L. Para compreender a “América” e o “pretuguês”. **Portal Outras Palavras**. Publicado 22/07/2019. Disponível em: outraspalavras.net/eurocentrismoemxeque/para-compreender-a-a-mefrica-e-o-pretugues/ . Acesso em: 8 mar. 2021.

Human Rights Watch. **Relatório Mundial 2018**. Disponível em: hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/312941. Acesso em: 8 mar. 2021.

IBGE. População residente, por cor ou raça, 2010. Disponível em: ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques. Acesso em: 11 mar. 2021.

IJUIM, J.K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**. v.7, n.2, p.117-137, maio/ago. 2012. Disponível em: faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/290. Acesso em: 8 mar. 2021.

IJUIM, J.K. Por que humanizar o jornalismo (?) **Revista Verso e Reverso**. v. 31, n. 78 (2017). Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07. Acesso em: 8 mar. 2021.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Mapa do Encarceramento**: os jovens do Brasil. Disponível em: br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/pressreleases/2016/06/03/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil.html. Acesso em: 8 mar. 2021.

SANTOS, B.S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 3-46, 2007. Disponível em: journals.openedition.org/rccs/753. Acesso em: 8 mar. 2021.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002: 237-280. Disponível em journals.openedition.org/rccs/1285. Acesso em: 8 mar. 2021.

SANTOS, B.S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Centro de Estudos Sociais** (oficina 135). Coimbra, 1999. Disponível em: ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2018.

Reportagens consultadas

CAMPOS, N. Africano é preso suspeito de tentar estuprar duas estudantes na UFSC. **G1 SC**. 23/11/2014. Disponível em: g1.globo.com/sc/santa-

catarina/noticia/2014/11/africano-e-presosuspeito-de-tentar-estuprar-duas-estudantes-na-ufsc.html. Acesso em: 11 mar. 2021.

FANTÁSTICO, TV GLOBO. Africano com suspeita de ebola esperou por 4h até ser atendido. Edição do dia 12/10/2014. Disponível em: g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/10/africano-com-suspeita-de-ebola-esperou-por-4-horas-ate-ser-atendido.html. Acesso em: 11 mar. 2021.

G1 RIO. Morte do adolescente João Pedro durante ação policial causa comoção na web. 19/05/2020. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/morte-do-menino-joao-pedro-durante-acao-policial-causa-comocao-na-web.gh.html. Acesso em: 11 mar. 2021.

G1 SC. Haitiano mata companheira com golpe de faca em Chapecó. 07/01/2015. Disponível em: g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/01/haitiano-mata-companheira-com-golpe-de-faca-em-chapeco.html. Acesso em: 11 mar. 2021.

GLOBOPLAY. Mulher é vítima de violência policial em São Paulo. 13/07/2020. Disponível em: globoplay.globo.com/v/8693705. Acesso em: 11 mar. 2021.

KELLER, M. The Scandal at the Zoo. **The New York Times**, Aug. 6, 2006. Disponível em: nytimes.com/2006/08/06/nyregion/thecity/06zoo.html. Acesso em: 11 mar. 2021.

O GLOBO. De Minneapolis para o mundo: veja a cronologia do caso George Floyd. 09/06/2020. Disponível em: oglobo.globo.com/mundo/de-minneapolis-para-mundo-veja-cronologia-do-caso-george-floyd-24470788. Acesso em: 11 mar. 2021.

ROMINE, T. Organization that runs Bronx Zoo apologizes for putting an African man on display in its Monkey House. **CNN**, July 30, 2020. Disponível em: amp.cnn.com/cnn/2020/07/30/us/bronx-zoo-man-exhibit-apology-trnd/index.html. Acesso em: 11 mar. 2021.

VASCONCELLOS, H. Homem negro morre após ser espancado em supermercado de Porto Alegre. **UOL**, 20/11/2020. Disponível em: noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/video-mostra-homem-sendo-e-espancado-por-segurancas-do-carrefour-no-rs.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

Temos o direito de ser iguais
sempre que a diferença nos inferioriza;
temos o direito de ser diferentes
sempre que a igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de Sousa Santos

“Por eleger o Jornalismo como objeto de pesquisa, este trabalho se debruça, de forma crítica, sobre diversos materiais e suportes, com a finalidade de compreender como determinados fenómenos sociais “traumáticos” são reportados, possibilitando, ou não, dar voz a atores sociais desprotegidos. A escolha destas temáticas, objetos e atores sociais é, por si só, reveladora do propósito desta obra, focada nos direitos humanos e na ambição de dar voz aos que não têm voz. Em tempos tão conturbados e incertos, louva-se a organização desta obra, afirmando-se a pertinência da publicação e congratulando os(as) autores(as) que contribuíram para a sua realização.”



Isabel Ferin Cunha - Centro de Investigação em Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA).

